

Denilson P. de Matos

# SINTAXE NA LINGUÍSTICA FUNCIONAL

Hil

joa

pess

UNCIONALE

cartas AMOR

sertão

GSF E COMPL

*E povos indígenas*

pronomes (RE

ISE "coisa" no português

partícula disc

COGNICÃO líng  
port

demonstrativos item

# **SINTAXE NA LINGUÍSTICA FUNCIONAL**



**Reitor**  
**Vice-Reitora**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Valdiney Veloso Gouveia  
Liana Filgueira Albuquerque



**Direção**  
**Gestão de Editoração**  
**Gestão de Sistemas**

**EDITORA UFPB**

Natanael Antonio dos Santos  
Sâmella Arruda Araújo  
Ana Gabriella Carvalho

**Conselho Editorial**

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)  
Eliana Vasconcelos da Silva Esrael (Linguística, Letras e Artes)  
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)  
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)  
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)  
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)  
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)  
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)  
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

**Editora filiada à:**



Denilson P. de Matos  
Organizador

# SINTAXE NA LINGUÍSTICA FUNCIONAL

Editora UFPB  
João Pessoa  
2021

Direitos autorais 2021 – Editora UFPB.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB.**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo e a revisão de texto/normalização desta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

<b>Projeto Gráfico</b>	Editora UFPB
<b>Revisão Gráfica</b>	Alice Brito
<b>Editoração Eletrônica</b>	Emmanuel Luna
<b>Capa</b>	Valentina Ilarraz

**Catálogo na fonte:**

**Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

---

S618 Sintaxe na linguística funcional / Denilson P. de Matos (organizador). - João Pessoa: Editora UFPB, 2021. 246 p. : il.

E-book  
ISBN: 978-65-5942-134-3

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Ensino. 3. Sintaxe. 4. Análise do discurso. 5. Análise linguística. 6. Português falado I. Matos, Denilson P. de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81

---

Livro aprovado para publicação através do Edital N° 01/2020/Editora Universitária/ UFPB - Programa de Publicação de E-books.

**EDITORA UFPB**

Cidade Universitária, Campus I  
Prédio da Editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB  
CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br>  
E-mail: [editora@ufpb.br](mailto:editora@ufpb.br)  
Fone: (83) 3216.7147

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> <b>EU USO, ELE USA, NÓS USAMOS .....</b>	<b>7</b>
---	----------

*Denilson Pereira de Matos*

<b>CAPÍTULO 1.....</b> <b>FUNCIONALISMO, COGNIÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA</b> <b>PORTUGUESA</b>	<b>16</b>
--	-----------

*Mariangela Rios de Oliveira*

<b>CAPÍTULO 2.....</b> <b>USOS DO ITEM LEXICAL “COISA” NO PORTUGUÊS</b> <b>FALADO DE JOÃO PESSOA – PB</b>	<b>37</b>
---	-----------

*José Walbérico da S. WCosta*

*Denilson P. de Matos*

*Maria Angélica Furtado da Cunha*

<b>CAPÍTULO 3.....</b> <b>“ENVIO-TE MAIS ESTA CARTINHA PARA DAR-TE AS</b> <b>MINHAS NOTÍCIAS E SABER DAS TUAS”:</b> as formas <b>pronominais dativas em cartas amorosas do sertão pernambucano</b>	<b>60</b>
---	-----------

*Cleber A. Ataíde*

*Victor Hugo Luz Ramos*

<b>CAPÍTULO 4.....</b> <b>PRONOMES DEMONSTRATIVOS: uma (re)visão</b> <b>pancrônica</b>	<b>87</b>
--	-----------

*Cláudia S. Oliveira*

*Denilson P. de Matos*

<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>116</b>
<b>ANÁLISE LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS</b>	
<i>Isabella S. Toguchi</i>	
<i>Dionei M. Gomes</i>	
<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>143</b>
<b>O PERCURSO FUNCIONAL DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS <i>ESSE</i> E <i>ESTE</i>: do latim clássico ao português</b>	
<i>Adílio Junior de Souza</i>	
<i>Denilson Pereira de Matos</i>	
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>168</b>
<b>“PEGO ELE”, “COLOCOU ELA”:</b> usos e formas em flutuação	
<i>cícero José da Silva</i>	
<i>Denilson Pereira Matos</i>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>196</b>
<b>GSF E COMPLEXO ORACIONAL</b>	
<i>Vania Lúcia Rodrigues Dutra</i>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>213</b>
<b>A PARTÍCULA DISCURSIVA <i>ME</i></b>	
<i>Adélia Virgínia de A. Lacerda</i>	
<i>Amanda Brito de M. Farias</i>	
<i>Denilson P. de Matos</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES E AUTORAS .....</b>	<b>238</b>

# APRESENTAÇÃO

## EU USO, ELE USA, NÓS USAMOS

A obra *Sintaxe na Linguística Funcional* traz um conjunto de trabalhos voltados para estruturas e princípios sintáticos que se desdobram em outras inquietações e discussões. Estas são geradas de uma abordagem que admite cláusula/oração e discurso sob a dimensão do uso.

Os professores e pós-graduandos que contribuem com esta coletânea dão-lhe perfil prático, interessante, tendo em vista que provém dos resultados preliminares e finais de estudos construídos em tempos de luta pela universidade, pela educação, enfim, pela ciência em nosso país. Por isso, não apenas como registro linguístico-científico, mas também como registro histórico (de resistência pela pesquisa responsável e comprometida com a sociedade), apresento, com satisfação, o livro *Sintaxe na Linguística Funcional*.

Ressalte-se que os fundamentos que regem cada capítulo lidam com a função linguística a partir de argumentos, conceitos e propostas do funcionalismo. Tais enfoques exaltam, por exemplo, a perspectiva:

- (+) Clássica, no que se refere às bases da Linguística Funcional norte americana, atualmente alcunhada de Linguística Funcional clássica (LFC);
- (+) Semântico-cognitiva e (+) discursivo-pragmática, conhecida como Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e;



- (+) Léxico-gramatical, de inspiração europeia, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF),

De toda maneira, a partir de tais perspectivas, emergem as convicções deste livro que ora apresento:

- a. A estrutura/estruturação é observada a partir da função, considerando arranjos e rearranjos sintáticos, semânticos e discursivos, perceptíveis no uso;
- b. A língua/linguagem é admitida como prática social, para e na sociedade;
- c. O Uso torna exequível a pesquisa e a confirmação do potencial criativo dos falantes.

Portanto, o “Eu uso, ele usa, nós usamos” sugere exatamente aquilo que os autores pretendem nesta obra, por exemplo, verificar, reconhecer, identificar: os significados possíveis de pronomes e de substantivos em atuação interacional; os efeitos que a voz e valência verbais podem exercer sobre os discursos; ou até mesmo a reflexão sobre o ensino de língua portuguesa, observando-se a gramática tradicional escolar seja no uso efetivo da língua, em amplo sentido, seja num determinado complexo oracional, em sentido mais específico.

Esta acepção coaduna-se com a lógica de que usos significam, sob uma clara concordância com a visão filosófica da linguagem de Wittgenstein, 1999<sup>1</sup>. Também, que tais usos admitem, explícita ou tacitamente, uma interação entre falantes. Por conseguinte,

---

1 WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

uso, então, é reconhecido como uma via de, no mínimo, dupla mão, suscetível à observação e à análise, na modalidade oral, escrita e até gesto-visual.

Neste sentido, os trabalhos presentes nesta coletânea defendem, cada um a seu modo, sob perspectivas teóricas devidamente assentadas, que:

- “o ensino de Língua Portuguesa passa a ser considerado como meio pelo qual os estudantes devem desenvolver sua competência linguística, seu maior e melhor desempenho no uso da expressão verbal.” (Mariangela Rios de OLIVEIRA, Capítulo I);
- “o uso da língua é motivado pela situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos comunicativos e o contexto discursivo.” (José Walbérico da S. WCOSTA, Denilson P. de MATOS e Maria Angélica FURTADO DA CUNHA, Capítulo II);
- “O uso do pronome *tu* repetidamente revela o apelo do remetente e a intenção de destacar quem, de fato, ele ama.” (Cleber ATAÍDE e Victor Hugo Luz RAMOS, Capítulo III);
- “considerando os usos em situações reais de comunicação, observamos que esses pronomes assumem outras funções, bem mais pragmáticas. (Cláudia Sales de OLIVEIRA e Denilson P. de MATOS, Capítulo IV);
- “Nossas aulas na escola e até mesmo a leitura não crítica tampouco contribuem para que façamos questionamentos essenciais para entender quais intenções pragmático-discursivas estão por trás da construção de textos.” (Isabella S. TOGUICH e Dione M. GOMES, Capítulo V);

- “as estruturas linguísticas emergem do uso, o usuário movimenta e ordena os itens lexicais na sintaxe da língua em meio a pressões interativas do ato comunicativo.” (Cícero José CJSILVA e Denilson P. de MATOS, Capítulo VII);
- “Léxico e gramática representam os dois extremos de um mesmo *continuum*, visto que não é possível o uso da língua sem um ou sem o outro.” (*Vania Lúcia Rodrigues DUTRA*, Capítulo VIII);
- “Este caminho de investigação nos traz a possibilidade de uma pesquisa preocupada em examinar a relação entre a estrutura gramatical da língua e os vários contextos interacionais de uso.” (Adélia V. A. LACERDA, Amanda de Souza BRITO e Denilson P. de MATOS, Capítulo IX).

Portanto, conforme os excertos dos capítulos dos autores de *Sintaxe na Linguística Funcional*, é possível notar as inquietações que emanam de suas proposições, sobretudo o interesse em contribuir para que os usos sejam observados no interior dos sintagmas, orações, textos e discursos, reconhecendo-se que o conjunto sintático, lexical e discursivo-pragmático deve ser acolhido para o entendimento de como cada falante faz uso das estruturas linguísticas, sempre observadas no todo oracional e não em fragmentos ou vocábulos soltos.

Inclusive, seria bastante apropriado reconhecer que a concepção defendida nos capítulos de *Sintaxe na Linguística Funcional* pode sugerir ações voltadas para ensino de língua, propondo-se, por exemplo, outras opções de analisar a oração e o discurso. Aquela, compreendendo-se, também, em sua análise, aquilo que excede

ao sistema. E este, considerando-se, também, o princípio de que o discurso se constrói a partir de estruturas em franco uso: momento em que tudo se organiza e reorganiza em função de interesses individuais e coletivos: “Eu uso, eles usam, nós usamos”.

Sobre o capítulo 1, FUNCIONALISMO, COGNIÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, de Mariangela Rios de OLIVEIRA, a educação básica do Brasil é lembrada para reforçar a necessidade de ressignificação do papel do docente e discente em tempos das TDIC (Tecnologias digitais de informação e comunicação). E isto está intimamente ligado à representação linguística que tais agentes fazem do mundo e, conseqüentemente, a como lidar com alguns conceitos da gramática, dita tradicional, em tempos de usos cada vez mais suscetíveis ao protagonismo, mais recente, dos estudantes. As estruturas mudaram pouco, em termos absolutos, mas os usos não. Outros e novos usos seguem atuando, diante de um ensino que ainda não conseguiu se reinventar para além das ações individuais dos docentes, em suas turmas respectivas.

Os capítulos 2, 3, 4, 6, 7 e 9 elencam itens da língua portuguesa, com morfossintaxe definida, em termos de protótipo, lançando luz a possibilidades funcionais (-) usuais, porém efetivas e (+) usuais, sob ótica diversa daquelas já consagradas tradicionalmente.

No capítulo 2, USOS DO ITEM LEXICAL “COISA” NO PORTUGUÊS FALADO DE JOÃO PESSOA – PB, de José Walbérico S. WCOSTA, Denilson P. de MATOS e Maria Angélica FURTADO DA CUNHA, o item substantivo *coisa* é interpretado, reconhecendo-se que ele depende de outros elementos linguísticos com os quais se relaciona (endo e exoforicamente). Na mesma me-

dida, estes elementos atuam no preenchimento do suposto vazio semântico que “coisa”, a princípio, manifesta.

Já no capítulo 3, de Cleber ATAÍDE e Victor Hugo Luz RAMOS, no capítulo 7, de Cícero José CJSILVA e Denilson P. de MATOS, e no capítulo 9, de Adélia V. A. LACERDA, Amanda de Souza BRITO e Denilson P. de MATOS, são observados os usos dos pronomes pessoais: *você, tu, o, a, os, as, ele, ela, eles, elas e me*.

ATAÍDE e RAMOS, no capítulo 3: ENVIO-TE MAIS ESTA CARTINHA PARA DAR-TE AS MINHAS NOTÍCIAS E... SABER DAS TUAS”: AS FORMAS PRONOMINAIS DATIVAS EM CARTAS AMOROSAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO, analisam as variações das formas *tu e você* e seus paradigmas, em contexto morfossintático de objeto indireto nas cartas de amor do sertão pernambucano, em meados do século XX. Propõem que haja algum paralelismo linguístico quando há preferência pelo uso de *tu* na posição de sujeito em correspondências amorosas, indicando que tais escolhas sugerem interesses pragmáticos efetivos.

No capítulo 7: “PEGO ELE” “COLOCOU ELA”: USOS E FORMAS EM FLUTUAÇÃO, CJSILVA e MATOS ponderam que haja consequências sintático-discursivas na flutuação dos pronomes *a, o, as, os, ele, ela, eles, elas*, com relação à função assumida na oração em posições pré-verbais e pós-verbais. Observam se há verbos motivadores da atuação sintático-discursiva no uso destes pronomes em posição de complemento verbal. E se o uso dos pronomes do caso reto em função completiva ocorre com a mesma frequência na modalidade falada e escrita.

Em A PARTÍCULA DISCURSIVA *ME*, capítulo 9, LACERDA, BRITO e MATOS reconhecem o pronome *me*, como partícula discursiva, categoria de pronome cuja função sintática desempenhada não foi possível identificar diante do conjunto de regras previstas na sintaxe de noção mais tradicional. Todavia, é importante perceber que, nas ocorrências como partícula discursiva, há um funcionamento do pronome *me* que avança o nível sintático em direção ao nível discursivo.

Os pronomes demonstrativos *esse* e *este* são tratados no capítulo 4, PRONOMES DEMONSTRATIVOS: UMA (RE-)VISÃO PANCRÔNICA, de Cláudia SALES de Oliveira e Denilson P. de MATOS, e no capítulo 6, O PERCURSO FUNCIONAL DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS *ESSE* E *ESTE*: DO LATIM CLÁSSICO AO PORTUGUÊS, de Adílio Junior de SOUZA e Denilson P. de MATOS.

No capítulo 6, verificam-se as características sintáticas e semântico-discursivas dos pronomes. Nessa visão, o estudo focaliza os usos desses pronomes, respaldado por fontes do greco-latino e do português.

Já no capítulo 4, pensando no conceito de marcação da Linguística Funcional de abordagem mais clássica (LFc), os autores propõem que os pronomes demonstrativos *esse* e *este* nem sempre são categorias discretas, pois um assume a função do outro. Diante da alta frequência de uso do pronome *este*, assim como ocorreu no *latim vulgar*, quando o pronome *iste* absorveu o uso de *hic*, em português, o pronome *este* está incorporando as (multi)funções de *esse*.

No capítulo 5, ANÁLISE LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE OS

POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS, de Isabella S. TOGUCH e Dione M. GOMES, há uma discussão interessante sobre preconceitos e estigmas, nem sempre muito explícitos, sobre o discurso jornalístico a respeito dos povos indígenas brasileiros. Os autores, por meio da análise das vozes e valências verbais, identificam nos textos jornalísticos elencados a discriminação com o indígena reforçada pelos meios de comunicação em massa. Considerando que esses meios constituem uma importante fonte de informação, figurando entre os principais formadores de opinião no país, os autores entendem que ainda há espaço para pesquisas que colaborem para a compreensão da resignificação da identidade indígena.

Em outro recorte e abordagem, sob a égide da LSF, no capítulo 8: GSF E COMPLEXO ORACIONAL, Vania DUTRA propõe que a construção de mensagens por meio de orações ou por meio de complexos oracionais é uma escolha que gera significados diferentes. A opção por uma ou por outra forma de alinhamento do complexo oracional, também. Ou seja, a língua pode codificar um mesmo significado por meio de estruturas diversas, com vistas a atender a intenções comunicativas diferentes, em contextos distintos.

Diante do exposto e conforme o título desta apresentação, convém reforçar que todos os autores do livro **Sintaxe na Linguística Funcional** observam a representação linguística como resultado das diversas funções desempenhadas por estruturas e complexo estruturais, a partir dos interesses do falante potencial.

Se “Eu uso, ele usa, nós usamos”, quer dizer que significados se constroem, interpretações se estabelecem e se reconstruem

nas mais diversas maneiras de interação linguística. E é exatamente isto que nos move, enquanto pesquisadores que buscamos encontrar vida na língua/linguagem graças àqueles têm a competência, a oportunidade e o contexto apropriado para fazer.

Prof. Dr. Denilson Pereira de Matos  
Prof. Associado UFPB



# CAPÍTULO 1

## FUNCIONALISMO, COGNIÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Mariangela Rios de Oliveira*

### 1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, a pós-modernidade nos desafia diariamente, no sentido de darmos conta das novas demandas que nos são cotidianamente apresentadas. Entre esses desafios, no âmbito escolar, está o de revisarmos e reavaliarmos a formação dos alunos e o papel do professor na Educação Básica do Brasil. Esses alunos hoje lidam com novas tecnologias, vivem no mundo digital, ampliam suas redes sociais e manipulam uma série de informações que lhes chegam de fontes múltiplas e distintas. Trata-se de um corpo discente que assume cada vez mais, em parceria com o corpo docente, o protagonismo do ensino-aprendizagem, que deve ter como meta a formação cidadã no novo milênio.

Na consideração desse objetivo maior, o presente capítulo elege a *Linguística Funcional Centrada no Uso* (doravante LFCU), com base em Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), entre outros, como viés teórico a partir do qual são apresentados, discutidos e exemplificados aportes teóricos com vistas ao desenvolvimento da análise, da reflexão e da competência lingüís-

tica em Língua Portuguesa, com foco no Nível Médio. A vertente teórica eleita, que conjuga a perspectiva funcionalista e a cognitivista na abordagem da língua em situação de uso efetivo, destaca os propósitos comunicativos como motivadores da configuração estrutural da gramática, aí incluídos fatores de ordem estrutural, sócio-histórica e cognitiva, entendidos estes últimos como resultado da vivência, da experiência com a linguagem. Essa abordagem é destacada no Brasil em fontes Oliveira e Cezario (2017), Rosário e Oliveira (2016) e Oliveira e Rosário (2015), entre outras.

Destaca-se que a primeira versão deste texto foi publicada na coletânea “*O todo da língua – teoria e prática no ensino de português*”, organizada por Casseb-Galvão e Neves, pela Parábola, em 2017”. Portanto, este capítulo apresenta adaptações, bem como contribuições desenvolvidas e, agora, incluídas e apresentadas num novo texto.

Para dar conta do propósito maior referido, o capítulo se inicia com uma seção em que são apresentados os objetivos gerais para a formação em Nível Médio no Brasil, com foco nas metas relacionadas ao âmbito da linguagem e da Língua Portuguesa; nessa apresentação, destaca-se o lugar dos conteúdos gramaticais na atividade de análise e produção textual, bem como a importância da reflexão sobre os usos linguísticos. A seguir, o capítulo se dedica à definição da LFCU, abordando seus pressupostos fundamentais e demonstrando como tais pressupostos estão alinhados aos objetivos do ensino de Língua Portuguesa. A terceira seção especifica mais os pressupostos referidos, com destaque para os processos de ordem cognitiva que marcam os usos linguísticos, acompanhados de exemplificação. O capítulo se encerra com uma reflexão acer-

ca das perspectivas e desafios da abordagem linguística, a partir da LFCU, na sala de aula do Ensino Médio, com base na consideração do conjunto de pressupostos apresentado e das possibilidades de trabalho que tais pressupostos permitem aos docentes de Língua Portuguesa.

## 2 COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA EM PORTUGUÊS

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) e Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN) para o Ensino Médio no Brasil, espera-se que o aluno, ao término deste nível educacional, tenha obtido uma formação geral, voltada para a construção de saberes básicos e fundamentais, bem como para sua inserção e participação efetiva na sociedade. Nessa formação, deve haver preparação científica, que inclui a apropriação de novas tecnologias e desenvolvimento de habilidades relativas à busca, à seleção, à avaliação e à manipulação de informações e conhecimentos.

Ao final da Educação Básica, o aluno deve, portanto, ter aprimorado competências fundamentais, que permitam sua exitosa inclusão no mercado de trabalho e sua ação plena no meio social, como cidadão participativo, crítico, consciente e solidário. Em síntese, como se destaca nos PCN (2000, p. 14), *a) a educação deve cumprir um triplo papel: econômico, científico e cultural; b) a educação deve ser estruturada em quatro alicerces: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.*

Para o atingimento desses objetivos educacionais mais amplos, uma das áreas acadêmicas fundamentais é a de *Linguagens*. Tra-

ta-se de uma área marcada por pluralidade e dinamicidade, em consonância com os traços caracterizadores do século XXI. Essa área tem também forte componente contingencial, no entendimento de que as distintas formas de manifestação de linguagens e de códigos, bem como suas tecnologias, são impactadas por fatores de ordem social, temporal, cultural, histórica, entre outros. Assim, toda manifestação de linguagem deve ser considerada a partir das propriedades que a contextualizam, em sentido lato; é preciso saber como, quando, por quê, para quê, com quê, entre outras indagações, no momento de se analisar e produzir linguagem.

A Língua Portuguesa, que se situa na área de *Linguagens*, apresenta-se como manifestação linguística essencial, na condição de língua materna da expressiva maioria da população brasileira. Tal como preconizam os PCN (2000, p. 19), essa língua é assumida como *geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade do aluno*. A abordagem da Língua Portuguesa na sala de aula do Ensino Médio deve, assim, considerar os usos linguísticos em termos de sua contextualização, de seu funcionamento em textos, sejam estes falados ou escritos, mais ou menos formais, com finalidade diversa. Para tal abordagem, é preciso levar em conta tanto aspectos estruturais, relativos à organização gramatical do português, como, por exemplo, aqueles do nível sintático, morfológico, fonológico e fonético, quanto outros de natureza funcional, como os referentes a propósitos comunicativos, condições de produção, perfil dos interlocutores, entre outros.

De acordo com tal perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa passa a ser considerado como meio pelo qual os estudantes devem desenvolver sua competência linguística, seu maior e melhor

desempenho no uso da expressão verbal. Essa competência diz respeito à conscientização e à hábil utilização dos recursos verbais, capazes de proporcionar não só expressão linguística eficiente, mas também controle e exploração dos recursos referidos. Como destacado em Oliveira e Wilson (2015), a aula de Língua Portuguesa passa a ter na análise e na produção textuais seu ponto de partida e de chegada, e os aspectos gramaticais são tomados como meios, como recursos através dos quais se chega à análise e à reflexão sobre a língua.

Para a tarefa de análise, reflexão e aplicabilidade dos recursos gramaticais em termos do contexto de seu uso, ganham destaque os aspectos funcionais, os efeitos de sentido articulados por intermédio destes recursos. A descrição gramatical deixa de ter um fim em si mesma, conforme visão mais tradicional do ensino de língua, e passa a constituir um meio para o desenvolvimento da competência comunicativa, como um instrumento para a leitura e a produção textuais com maior eficiência e aproveitamento dos recursos linguísticos. Trata-se, nesse sentido, de um realinhamento, em termos de relevância, do lugar da gramática e do texto na sala de aula, em que a primeira, a gramática, passa a se constituir no meio para se analisar, refletir e produzir o segundo, o texto.

Diante desse novo horizonte para o ensino de Língua Portuguesa, algumas das perguntas a serem feitas pelos docentes da Educação Básica se colocam: a) Como dar conta da abordagem gramatical com vistas à análise e à reflexão sobre a língua?; b) Alguns conteúdos ou aspectos da gramática devem ser privilegiados em termos do tratamento das questões de textualidade?; c) De que forma ou a partir de que critérios tais conteúdos podem ser selecionados?

Para encaminhar essas e outras questões afins, a Linguística, com base em suas distintas vertentes teóricas, tem contribuições a oferecer. Não se trata de aplicação ou transposição direta de teorias desenvolvidas no mundo acadêmico universitário para a prática docente da Educação Básica, mas sim de concepções e pressupostos linguísticos que podem sustentar ou embasar a atividade de ensino de Língua Portuguesa, oferecendo ao docente um instrumental que lhe permita tomar decisões e fazer escolhas exitosas em sua prática cotidiana. Uma das referidas vertentes teóricas, no bojo da qual este capítulo é concebido, é a LFCU, a partir de seus fundamentos cognitivistas, tratada nas próximas seções.

### 3 LFCU E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Denomina-se LFCU, ou *Linguística cognitivo funcional*, de acordo com Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), uma vertente de estudos linguísticos mais recente, incrementada no Brasil a partir do século XXI, que compatibiliza aspectos funcionais e aspectos cognitivos em sua análise. Trata-se de um desdobramento do chamado Funcionalismo clássico, iniciado na Costa Oeste dos Estados Unidos por volta dos anos 70, a partir das contribuições de linguistas como Bolinger, Givón, Hopper, Heine, Thompson, entre outros.

Na LFCU, os usos linguísticos, tomados em seu contexto efetivo de ocorrência, são considerados como motivados por três fatores primordiais, como destacado em Martelotta e Alonso (2012): a) os estruturais, relativos à própria configuração gramatical de cada língua em particular; b) os históricos-sociais, concernentes

aos elementos contextuais extralinguísticos em jogo nas interações; c) os cognitivos, referentes ao modo pelo qual as experiências sociais, culturais e conceptuais impactam a codificação gramatical, configurando as práticas linguísticas.

A LFCU assume que a gramática é resultado da sistematização de determinadas práticas de dizer, de rituais que se consolidam no trato social e sobre os quais os usuários não têm maior controle ou consciência, de tão sistematizados que se encontram, como por exemplo, declarações do tipo *bom dia*, *por favor*, *com licença* e outros. Como salienta Bybee (2010; 2015), pela repetição de uso, aquilo que era original se torna convencional; o uso motivado inicialmente vai ganhando progressiva convencionalidade, até chegar a estágios em que prevalece a marca arbitrária, como observa-se com os conectores *embora* (proveniente de *em boa hora*) e *todavia* (proveniente de *toda via*), bem como com a resposta *obrigada*.

Tomando por base que um dos objetivos fundamentais do ensino de Língua Portuguesa referidos na BNCC e nos PCN (2000, p. 95) é relacionar textos com seus contextos de uso, levando em conta propósitos comunicativos, estrutura formal e condições de produção e recepção, então é possível afirmar que a LFCU tem a contribuir, em termos de instrumentalização teórica, para a formação do docente de Língua Portuguesa. Tanto na LFCU quanto nos documentos referidos se destaca a questão da regularidade dos usos linguísticos e o papel do contexto no delineamento destes usos. Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 13) reiteram esse destaque, ao declararem que *a atividade de construção textual exige o domínio das regularidades gramaticais que estruturam os textos nas mais diversas práticas discursivas*.

De acordo com as mesmas autoras, essa orientação de metas para o ensino da Língua Portuguesa requer formação mais ampla do docente da Educação Básica, numa prática que deve passar pelo conhecimento maior da própria estrutura gramatical, bem como das propriedades contextuais, em nível intra e extralinguístico, e dos processos cognitivos envolvidos nos distintos usos. Na seção a seguir, destaca-se o viés cognitivo da LFCU, foco deste capítulo.

#### **4 PROCESSOS COGNITIVOS DE DOMÍNIO GERAL**

De acordo com Bybee (2010; 2015), as categorias linguísticas, que aqui podem ser relacionadas às classes sintáticas e morfológicas da Língua Portuguesa, por exemplo, são caracterizadas por dois traços fundamentais – variação e gradiência. Assim, é preciso que a tarefa de ensino da Língua Portuguesa considere tais traços na atividade de análise e reflexão linguística.

No viés da variação, conforme defende a autora, toda língua é formada por níveis estruturais mais fixos e estáveis, enquanto, de outra parte, há outros níveis de maior instabilidade. Assim, por exemplo, enquanto o nível morfológico, notadamente o relativo à esfera flexional, têm maior regularidade, com lista mais fechada e fixa de desinências, por exemplo, o nível discursivo e o sintático exibem maior variabilidade, permitindo alternativas como intercalações, alterações de ordem, supressões e outros. Portanto, lidar com os distintos níveis gramaticais é lidar com distintos graus de flexibilização estrutural do idioma. Pertencem também ao eixo da variabilidade os casos de mudança gramatical que acabam por fazer com que determinados usos linguísticos passem a competir na língua,



como é o caso de *a gente*, que, ao se pronominalizar, concorre com a forma *nós* na expressão da primeira pessoa do plural.

Com relação à gradiência, considerada como escalar, Bybee (2010; 2015) destaca a mobilidade categorial, demonstrando que classes não são discretas e uniformes, pelo contrário, admitem interseções e têm fronteiras pouco nítidas em muitos casos. Na contramão da concepção tradicional de ensino, e mesmo do tipo de disposição dessas classes em gramáticas escolares, em que se encontram separadas por capítulos específicos, a autora defende que é regular a gradiência categorial nas línguas.

Assim, em português, é gradiente ou escalar o sentido e o perfil categorial do verbo *achar* em frases do tipo: a) *Achei uma caneta no chão*; b) *Achei você cansado* e c) *Achei melhor sair*. Na primeira frase, tem-se o verbo pleno e objetivo, de sentido concreto; na segunda, o objeto achado é o estado do interlocutor, o que confere ao verbo sentido mais abstrato e subjetivo; já na terceira frase, *achei melhor* se encontram altamente vinculados, de modo que ambas as subpartes compõem uma só declaração, cujo sentido extrapola a soma do significado de cada subparte, implicando análise mais ampla dessa formação, em termos de sentido e de estrutura.

Além de variação e gradiência, na abordagem da dimensão cognitiva dos usos linguísticos, Bybee (2010) destaca cinco processos de domínio geral, como habilidades de que as pessoas são dotadas e que se manifestam tanto em atividades linguísticas como não linguísticas. Para os propósitos do presente capítulo, apresentam-se cada um desses processos, acompanhados de definição, comentários e exemplificação em português. Na verdade, essas habilidades costumam atuar em conjunto, mas, para efeito didático, são apresentadas separadamente:

a) Categorização: um dos mais básicos processos cognitivos, relacionado à similaridade ou à ligação de identidade que ocorre entre membros de uma classe; pela categorização, as pessoas criam e classificam conjuntos, baseadas em sua experiência e percepção. Em termos linguísticos, a categorização está expressa, por exemplo, na classificação dos tipos de texto, das funções sintáticas, das classes de palavra, das configurações silábicas, entre outros níveis.

Na LFCU, a categorização é prototípica, ou seja, é baseada num conjunto de traços que podem estar mais ou menos presentes nos membros da categoria; assim, há membros mais prototípicos, que portam a maioria dos traços da classe, e outros menos prototípicos, que se situam em posição marginal, ocupando espaço de interseção categorial. Na Língua Portuguesa, a gradiência categorial pode ser ilustrada na trajetória *verbo pleno* > *verbo de ligação* > *verbo auxiliar*, como se observa no contínuo *Ele anda pela rua de madrugada* > *Ele anda doente esta semana* > *Ele anda falando mal dos outros*. Observa-se que, a partir do primeiro estágio, os traços prototípicos verbais, relativos à dinâmica e à objetividade da ação de *andar*, vão sendo perdidos, até o terceiro patamar, em que o verbo auxiliar, muito destituído de seus traços lexicais, se comporta mais como um marcador morfológico do que como um efetivo elemento da classe dos verbos.

A categorização tem impacto na representação dos membros em termos da classe a que pertencem; quanto mais esses membros portam traços de categoria, mais são tomados como exemplares. No caso das três frases ilustrativas da gradiência verbal de *andar*, apresentadas no parágrafo anterior, é na primeira ocorrência, *Ele anda pela rua de madrugada*, que se encontra a maior exem-

plaridade, uma vez que, neste caso, temos um agente humano (*ele*), que caminha fisicamente por um espaço (*pela rua*) num tempo definido (*de madrugada*). Essa questão têm impacto forte também em termos de ensino, dado que, quanto mais os membros de uma classe se afastam do eixo categorial e se tornam marginais, menos visibilidade têm como pertencentes ao grupo; as pessoas tendem a identificar mais facilmente os exemplares de um conjunto, enquanto outros membros são menos perceptíveis. Assim, o *status* de *andar* em *Ele anda doente esta semana* e *Ele anda falando mal de você* é menos verbal, o que compromete sua consideração e classificação como efetivo elemento da categoria dos verbos.

O professor de Língua Portuguesa deve se perguntar, numa atividade avaliativa, o que quer medir ou testar em seus alunos – o conhecimento da exemplaridade categorial ou, em outro sentido, a identificação e análise das margens e interseções categorias? Trata-se de objetivos distintos, de competências distintas que requerem metodologia também distinta. Em termos de ensino de língua, a habilidade de categorização precisa ser levada em conta, uma vez que vários constituintes da gramática portuguesa se encontram em margens categoriais, o que prejudica ou mesmo inviabiliza sua identidade funcional, como no famoso slogan da *Cerveja que desce redondo*. Nesse uso, mais do que gastar tempo na tentativa de identificar o *status* de *redondo*, na decisão entre seu papel de adjetivo ou de advérbio, a atividade de análise e reflexão pode e deve se concentrar nos efeitos de sentido advindos justamente desse limbo categorial em que se situa *redondo*, com propriedades que oscilam entre adjetivo ou advérbio. Ao invés de ser considerada um problema, a prototipicidade categorial, relativa à gradiência defendida por Bybee (2010;

2015), deve ser tomada como traço constitutivo da gramática do português e como fonte de grande riqueza de sentidos, a serem explorados e refletidos na sala de aula.

b) Encadeamento: também nomeado diretamente do inglês *chunking*, esse processo diz respeito às sequências de unidades que são concebidas como um todo, na formação de outras mais complexas. Conforme Erman e Warren (2000) e destacado, em termos de ensino de Língua Portuguesa, em Oliveira (2012), a organização textual se orienta por dois princípios básicos – o da *livre escolha*, que se volta para a liberdade que cada usuário da língua tem em selecionar e ordenar, de modo criativo, sua expressão linguística, e o princípio *idiomático*, que se refere às convenções já formalizadas na língua, aos encadeamentos pré-definidos e a que todos os membros da comunidade linguística devem se subordinar. Portanto, na tarefa de análise e produção de textos, entram em cena ambos os princípios, devendo o professor considerá-los em sua especificidade e complementaridade.

Em relação ao princípio idiomático e ao processo cognitivo de encadeamento, destaca-se o papel das unidades pré-fabricadas (doravante UPF), nos termos de Erman e Warren (2000). Essas unidades são definidas como a combinação de pelo menos dois constituintes altamente integrados, em termos de sentido e de forma, que se fixam pela regularidade com que são usados na comunidade linguística. Nesse sentido, com base em Oliveira (2012), pode-se dizer que todo uso linguístico é articulado a partir de determinado número de unidades mais ou menos pré-fabricadas e que a presença de UPF impacta a produção e estruturação de tex-

tos, tanto na fala quanto na escrita. Também se pode afirmar que há relação entre tipos de UPF e tipos de texto.

As UPF, conforme a classificação de Erman e Warren (2000), podem ser de quatro tipos: a) as lexicais, como os sintagmas nominais (*sua casa, esta semana, guarda-chuva*) e verbais (*andar doente, descer redondo*); b) as gramaticais, como os elementos de função textual, do tipo sintagmas preposicionados de valor circunstancial (*de madrugada, pela rua*) e conectores lógicos (*por sua vez, de outra forma, ou seja*); c) as pragmáticas, como os marcadores conversacionais, que, sem integrarem a sintaxe básica das frases, concorrem para monitorar as interações, sendo este monitoramento social (*não é? Acho que, eu sei que*), textual (*por fim, quer dizer, como se sabe*) ou metalinguístico (*tá entendendo?*); d) as reduzidas, de maior ocorrência na modalidade falada, fruto da maior integração de sentido e forma, com perda estrutural (*taí, peraí, simbora, cadê?*).

O processo cognitivo do encadeamento, em termos de ensino de Língua Portuguesa, vai de encontro à tradicional prática de se isolarem os constituintes para o procedimento de análise linguística. O encadeamento diz respeito à propriedade gestaltica<sup>1</sup> de apreensão e de representação da experiência humana, experiência esta que atua como um todo, e não de forma isolada e compartimentalizada. A consideração de que a língua, em todos os seus níveis, é formada por UPF enseja uma atividade didática mais integradora, que leve em conta esse nível de vinculação de sentido e forma. O conceito linguístico de sintagma, por exemplo, ratifica a propriedade de en-

---

1 Adjetivo derivado de *Gestalt*, teoria oriunda da Psicologia, que diz respeito à integração de fenômenos psicológicos e biológicos na formação de unidades organizadas, com solidariedade interna e leis próprias.

cadeamento, dado que se refere a um grupo de palavras subordinadas (determinantes) a um núcleo (determinado), que forma um único constituinte funcional e formal. Assim, por exemplo, retomando a frase *Ele anda doente esta semana*, tem-se duas UPF (*andar doente; esta semana*) que devem ser analisadas no contexto interno do grupo de que participam; juntas e em sequência, as duas UPF compõem o predicado nominal, tomado como unidade de nível maior.

c) Analogização: habilidade cognitiva referente à criação de novas formas de dizer, de produção de novos enunciados, com base em outros já existentes, que foram convencionalizados a partir de experiências linguísticas anteriores. Como defendido em Traugott e Trousdale (2013), os seres humanos são seres basicamente analógicos, no sentido de que tendem a criar, com base em padrões já disponíveis, novos usos, que guardam correspondência com o padrão original. Tais padrões se referem a membros exemplares de uma dada categoria, que, justamente por causa de sua exemplaridade, tornam-se modelo para outras criações.

Nos conteúdos de ensino de Língua Portuguesa, a analogização está presente em distintos níveis. É comum, por exemplo, a atividade de produção textual partir de certos modelos de redação, com base em estruturas convencionais de textos de base dissertativa, narrativa, descritiva, expositiva, entre outras. Em sintaxe, a configuração dos sintagmas fornece também modelo padrão para a criação de novos usos, como a nominalização de verbos (det. + N > *o andar*) e a correlação (*ou X ou Y > seja X seja Y*). Na morfologia, novos verbos são criados com base no esquema mais geral e regular da primeira conjugação (base + ar > *deletar, formatar*) e novos

substantivos são derivados com base em afixos não previstos inicialmente (*sofrência, imexível*).

Via analogização, é possível analisar e produzir novos enunciados, uma vez que há padrões mais antigos que licenciam novos dizeres. A própria ordenação *sujeito + verbo + objeto*, na condição de esquema mais produtivo e exemplar da sintaxe da Língua Portuguesa, fornece a base para a produção de novas orações, que são compreendidas a partir do referido esquema. Por essa razão, quando tal sintaxe é violada, devido a intercalações ou inversões de ordem, é comum, por exemplo, haver indução ao erro numa atividade de análise sintática, como na frase hipotética *Redondo, desce esta cerveja*, ou ainda quando, frequentemente, o vocativo é tomado como o sujeito, em frases do tipo *Você, ande logo!* Na verdade, o que ocorre é uma tentativa constante de entender o novo uso tomando por base um modelo exemplar já disponível, no estabelecimento de associações prováveis ou possíveis.

d) Memorização enriquecida<sup>2</sup>: processo cognitivo referente à estocagem mental de detalhes da experiência com a língua. Nesses termos, o processo inclui a memória de detalhes fonéticos de palavras e sintagmas, contextos de uso, sentidos e inferências associados aos enunciados.

Levando em conta a experiência com a Língua Portuguesa, na condição de língua materna, essa memorização ganha rele-

---

2 Em Bybee (2010, p. 7) encontra-se o termo original *rich memory*, que tem sido traduzido para o português como *memória enriquecida* ou *rica*, como está incluído numa listagem de processos cognitivos, por bem da coesão e da coerência em relação aos demais processos, opta-se neste capítulo pela tradução *memorização enriquecida*.

vância, dado que se trata do meio de recepção e de produção dos enunciados experienciados socialmente. Via memorização enriquecida, é possível lidar com a antecipação de enunciados numa dada interação, que leva ao maior controle e monitoramento da atividade comunicativa. Na sala de aula de Língua Portuguesa, a ênfase nas atividades de leitura e análise mais acuradas de textos de maior complexidade, em termos de sentido e forma, concorre para o enriquecimento da memória, conferindo aos alunos habilidades necessárias ao desenvolvimento de sua competência comunicativa. Tais habilidades se referem, entre outras, ao aumento de vocabulário específico ou técnico, à aquisição de estruturas sintáticas mais complexas, ao domínio eficiente no uso de conectores lógicos, à apropriação de formas de expressão mais específicas e autorais. Essas habilidades devem ser usadas tanto na tarefa de recepção quanto na de produção textual, fazendo com que, progressivamente, ao longo dos anos escolares, se forme um usuário mais consciente e eficiente no manuseio e na apropriação dos recursos linguísticos colocados à sua disposição.

Como se pode observar, a memorização enriquecida não tem a ver com a atividade mecânica, e por isso improdutiva, de codificação e decodificação linguística, com a simples fixação momentânea de determinadas estruturas. Antes, trata-se de uma habilidade cognitiva que deve ser aprimorada progressivamente na sala de aula de Língua Portuguesa, por intermédio da análise e da produção textuais, tendo por base a reflexão sobre língua. À medida que os alunos são expostos a textos e são chamados a produzir textos que requerem maior habilidade e controle dos recursos gramaticais, a memorização enriquecida é aprimorada, tor-



nando-os usuários mais competentes e eficientes, capazes não só de compreender e redigir textos de natureza e propósito diversos, mas também de fazer inferências, associações, antecipações e outras habilidades comunicativas.

e) Associação transmodal: habilidade cognitiva que se refere à premissa de que experiências co-ocorrentes tendem a ser cognitivamente associadas. Por intermédio da associação transmodal, as pessoas conectam também sentido e forma. Esse processo está diretamente associado a outros, como a memorização enriquecida e a analogização.

A base da associação transmodal é a premissa de que os seres humanos são capazes de estabelecer conexões constantes entre suas experiências no trato social. Um exemplo claro da aplicabilidade desse processo cognitivo são os estudos sobre semântica de *frame*, desenvolvidos por Fillmore (1968). Segundo o autor, não se pode compreender o significado de uma palavra, de um sintagma, sem acesso a todo o conhecimento vivencial que diz respeito a esses termos. Assim, o conjunto de elementos que formam o léxico e a gramática das línguas está organizado e estocado em nossa experiência sob forma de conhecimento integrado e emoldurado por cenas vividas e fixadas, em outras palavras, por *frames*.

Nesse sentido, por exemplo, em Língua Portuguesa, o verbo *vender* não pode ser tomado como elemento que porta uma ação isolada, em si mesma. Na verdade, *vender* evoca todo um evento, que deve incluir pelos dois participantes (quem vende e quem compra), o objeto da venda, o preço deste objeto, podendo também estar associado ao lugar da venda, ao tempo da venda, ao motivo da

venda, entre outros. A configuração semântica corresponde à configuração sintática, por isso, o participante que vende tende a ser codificado como o sujeito (*João vendeu*) e o que é vendido se realiza como objeto (*João vendeu seu carro*), enquanto aquele que compra surge como objeto indireto (*João vendeu seu carro a Paulo*), acrescidas informações acessórias de preço (*João vendeu seu carro a Paulo por 30 mil reais*), de tempo (*João vendeu seu carro a Paulo por 30 mil reais na semana passada*), de causa (*João vendeu seu carro a Paulo por 30 mil reais na semana passada, por motivo de viagem*), entre outras.

No ensino de Língua Portuguesa, em termos de análise e produção de textos, a associação transmodal pode ser trabalhada e concorrer para a coesão e a coerência, garantindo o estabelecimento de relações associativas entre a tese e seus argumentos (em textos de base dissertativa), entre as diversas etapas de um relato (em textos de base narrativa), entre os elementos componentes de um quadro ou uma situação (em textos de base descritiva). A premissa é de que a unidade semântico-sintática dos textos se efetiva por intermédio de associações coerentes, compatíveis com o universo histórico-social, com as experiências acumuladas e emolduradas na vivência.

## 5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, demonstra-se como os fundamentos teóricos da LFCU, notadamente em seu viés de cunho cognitivista, podem contribuir para uma mais eficiente tarefa de análise e reflexão sobre a língua, a partir dos objetivos formulados para o ensino de Língua Portuguesa no Nível Médio.

No enfoque aqui assumido, destacam-se os cinco processos cognitivos de domínio geral – categorização, encadeamento, analogização, memorização enriquecida, e associação transmodal – que marcam as atividades humanas, incluídas aí as linguísticas. O texto estabelece relação entre esses processos e as atividades com a linguagem, na defesa de que a base cognitiva que dá suporte e sustentação aos usos linguísticos deve ser considerada na sala de aula de Língua Portuguesa.

Como defendido em Bybee (2010; 2015), observa-se que variação e gradiência são marcas constitutivas das categorias gramaticais, categorias estas que se caracterizam pelo traço da protopicalidade. Assim, em cada classe gramatical, encontram-se elementos mais centrais, como exemplares, e elementos mais marginais, como periféricos. Destaca-se, para efeito de ensino, que a visibilidade, a identificabilidade desses membros é distinta, uma vez que, em termos cognitivos, os exemplares são mais nítidos e salientes como representantes de uma categoria, enquanto os marginais, ocupantes de espaço periférico, muitas vezes em interseção com outra classe, são de difícil identificação.

O aparato teórico aqui apresentado e ilustrado está longe de se constituir em um conjunto de saberes assentados e estabelecidos para o ensino de língua, antes, trata-se de uma recente linha de investigação científica, cujos resultados têm permitido que mais e melhor se conheçam as bases cognitivas que sustentam os usos linguísticos. Ainda há o que testar, o que refinar, mas, de todo modo, trata-se de um ramo de investigação teórica que tem muito a contribuir para a docência na sala de aula de Língua Portuguesa.

## REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. **Language, Usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helena de Moura (org). **O todo da língua: teoria e prática do ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2017.

ERMAN, Britt; WARREN, Beatrice. The idiom principle and the open choice principle. **Linguistic – an Interdisciplinary Journal of the Language Sciences**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, no. 2, 2000, p. 29-62.

FILLMORE, Charles. The case for case. In: BACH, Emmon; HARMS, Robert (eds). **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p. 1-88.

FURTADO DA CUNHA, Ma. Angélica; TAVARES, Ma. Alice. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, Ma. Angélica; TAVARES, Ma. Alice (org). **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: Edufrn, 2007, p. 13-52.

FURTADO DA CUNHA, Ma. Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Ma. Maura; FURTADO DA CUNHA, Ma. Angélica (org). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013, p. 13-40.

HILPERT, Martin. **Construction grammar and its application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa (org). **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 87-106.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Integração de sentido e forma na morfossintaxe do português. In: PALOMANES, Roza; BRAVIN, Angela Marina (org). **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 111-142.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZARIO, Maria Maura (org). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. Niterói: Eduff, 2017.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; ROSÁRIO, Ivo da Costa (org). **Linguística centrada no uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; WILSON, Victoria. Linguística funcional aplicada ao ensino do português. In: FURTADO DA CUNHA, Ma. Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (org). **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015, p. 79-110.

**Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – 2000**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. **Funcionalismo e abordagem construcional da gramática**. *Alfa*, no. 60, vol. 2, 2016, p. 233-259.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford, Oxford University Press, 2013.

## CAPÍTULO 2

# USOS DO ITEM LEXICAL “COISA” NO PORTUGUÊS FALADO DE JOÃO PESSOA – PB

*José Walbérico da S. W Costa*

*Denilson P. de Matos*

*Maria Angélica Furtado da Cunha*

## 1 INTRODUÇÃO

No uso real da língua, o item lexical “coisa”, nosso objeto de estudo, é frequentemente utilizado em diferentes padrões sintagmáticos. Para essa investigação, focalizamos as funções sintáticas, semânticas, pragmáticas e textuais que esse item desempenha na língua falada na cidade de João Pessoa. Escolhemos essa modalidade pelo fato de ela ser mais espontânea e menos monitorada.

Utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Clássica e suas categorias analíticas para subsidiar nosso exame das ocorrências coletadas no *corpus* VALPB.

É certo que o item “coisa” veicula diversos sentidos no uso da língua em situações reais de comunicação, principalmente na fala. Isso se dá por esse item exibir uma certa fluidez semântico-lexical, podendo ser empregado em diferentes contextos discursivos, com significados relacionados, mas distintos. Nessa linha, afirmamos que a interpretação de “coisa” depende de outros elementos linguísticos que coocorrem com esse item no entorno discursivo.

Tais elementos colaboram no preenchimento do “vazio semântico” que “coisa”, a princípio, manifesta.

Desse modo, buscamos: (i) descrever as ocorrências do item lexical “coisa” no *corpus* de língua falada selecionado; (ii) identificar suas funções prototípicas nos níveis sintático, semântico, pragmático e textual; (iii) reconhecer os elementos linguísticos e/ou extralinguísticos que se relacionam com “coisa” no processo de atribuição de sentido.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para empreender a pesquisa sobre “coisa”, baseamo-nos na Linguística Funcional Clássica, doravante LFC. Nessa direção, podemos afirmar que o uso da língua é motivado pela situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos comunicativos e o contexto discursivo. Em consonância a isso, alegamos que

A língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizado, o que depende de cada contexto específico de interação. (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2016, p.14)

Para a LFC, a língua é “dinâmica e flexível às influências do processo comunicativo dos falantes” (LEMOS; MATOS, 2017 p. 32), comportando-se como um “sistema adaptativo complexo” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 20). Subjaz a esse entendimento de língua a regularidade que pode ser detectada

no uso efetivo que os falantes fazem dela. A esse respeito, Lemos e Matos (2017, p. 28) apontam que:

O funcionalista busca compreender as regularidades no uso linguístico a partir dos contextos comunicativos e através destes é que são construídas generalizações, assim, não será algum critério do sistema que explicará as construções linguísticas, mas os aspectos comunicativos que permitirão entender as influências que levam o falante a fazer uso de determinada construção linguística.

Tendo apresentado uma das premissas básicas da LFC, a seguir caracterizamos alguns princípios e categorias dessa abordagem que julgamos fundamentais para a nossa investigação, a saber: prototipicidade, informatividade, referencialidade e definitude.

Na LFC, a noção de prototipicidade é aplicada na identificação das categorias linguísticas, as quais são consideradas em termos de um contínuo. Assim, trabalha-se com a ideia de um modelo exemplar, ou prototípico, que reúne o maior número de características que define uma determinada categoria, de modo que os demais membros dessa categoria são avaliados em relação ao grau de proximidade ou afastamento que mantêm com esse exemplar prototípico.

Seguindo o mesmo entendimento de prototipicidade linguística, Lemos e Matos (2017, p. 30) argumentam que para cada categoria “há um membro linguístico (modelo) que reúne o maior número de propriedades que caracterizam uma categoria – o protótipo – ou a categoria mais prototípica”. Nesse contexto, o critério de frequência de uso é fundamental: é ele que possibilita o estabelecimento do exemplar prototípico para cada categoria. Conforme afirmam Lemos e Matos (2018, p.19),



A prototipicidade tem esse caráter de se estabelecer pela frequência dentro de um complexo de valores que determinam a identidade exemplar na relação com outros complexos determinativos de outras categorias, e esta determinação é evidenciada pela regularidade na frequência de uso.

Logo, para um elemento pertencer a uma categoria, ele precisa manifestar algumas das propriedades que identificam o exemplar prototípico dessa categoria. No tocante ao item lexical “coisa”, para definir seu significado e seus atributos prototípicos, consideramos o sentido que predomina no *corpus* analisado e os atributos mais recorrentes. Desse modo, utilizamos o critério de frequência para a constatação do item “coisa” prototípico.

Analisamos nossos dados, também, sob o viés da informatividade<sup>1</sup>, categoria analítica que “manifesta-se em todos os níveis da codificação linguística e diz respeito ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação.” (FURTADO DA CUNHA *et al*, 2015, p. 35). Nessa linha, os autores argumentam que

“(...) o locutor não apenas procura dosar o conteúdo informacional em função do que supõe que seu parceiro já conhece ou não, mas também se esforça em monitorar/orientar o ponto de vista deste, visando a atingir determinado(s) objetivo(s).

O falante tem à sua disposição mecanismos linguísticos do nível léxico-gramatical, com toda sua gama de alternativas de arranjo e codificação textual, conforme GIVÓN (2001), assim como re-

---

1 O *status* informacional de um referente nominal pode ser *novo*, *velho*, *disponível* e *inferível*. A esse respeito, ver Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2015).

cursos extralinguísticos, que envolvem o contexto comunicativo e a situação de fala.

Na LFC, a informatividade é tratada com base na classificação semântica e na codificação do item lexical, o que indica que a forma como o referente ocorre no discurso é decorrente de fatores semântico-pragmáticos. Tendo em vista o vínculo entre a codificação do SN e seu *status* informacional, aspectos como definitude e referencialidade são importantes na avaliação do *status* informacional de “coisa”.

A princípio, pode parecer inusitado identificar usos definidos de “coisa”, devido à própria natureza indefinida, vaga do seu conteúdo lexical. No entanto, o caráter definido ou não de “coisa” é estabelecido com base na sua codificação gramatical, e não apenas no seu significado.

Assim, a classificação do item “coisa” como definido ou indefinido toma como parâmetro a presença do tipo de determinante que ocorre com esse item: se artigo (in)definido, pronome demonstrativo, pronome possessivo etc., ou mesmo a ausência de determinante e item no plural. A partir dessa primeira classificação, buscamos avaliar a referencialidade dos usos de “coisa” coletados.

A noção de referência não é simples de expor. Para dar suporte à nossa análise neste trabalho, consultamos o que alguns linguistas dizem a respeito. Para Lyons (1981), a referência é a relação que se estabelece entre elementos linguísticos e o que eles simbolizam no mundo ou no universo discursivo. No dicionário de Trask (1993, p. 232, 233), a referência é descrita como “fenômeno pelo qual um SN é associado com alguma entidade no mundo real ou conceptual, seu referente. A referência é um fenômeno semântico”.

Ainda segundo esse autor, uma expressão referencial é um SN que é entendido como tendo uma entidade identificável como seu referente. Matthews (1997), por sua vez, define referência como a relação entre uma parte de um enunciado e um indivíduo ou conjunto de indivíduos que ela identifica. Concluímos, dessas definições, que referência é uma noção do nível da semântica que diz respeito à relação entre um SN e um elemento do mundo real, conceptual ou do universo discursivo, cuja propriedade característica é o fato de o SN referido poder ser identificado, ou seja, ser específico. Esse é o critério que aplicamos no exame da referencialidade de “coisa”.

Utilizamos, também, alguns fundamentos da Linguística Textual (KOCH, 1996) para identificar a função textual, se anafórica ou catafórica, que o elemento nominal “coisa” desempenha no *corpus* examinado.

Com base nas categorias analíticas descritas acima, analisamos o comportamento do item lexical “coisa” no *corpus* falado do VALPB. Vale salientar que para o funcionalismo, a função de um dado elemento linguístico não é estática nem permanente, uma vez que ele pode desempenhar, no uso comunicativo da língua, diferentes funções sintáticas, semânticas e/ou pragmáticas. No caso em questão, a fluidez de sentido de “coisa” parece motivar uma variedade de funções linguísticas. Além disso, somente com base no contexto discursivo em que o item é usado assim como na situação comunicativa em que os interlocutores estão inseridos é possível estabelecer seu referente e seu significado.

Diante do exposto, aplicamos a noção de prototipicidade para constatar as funções que “coisa” desempenha no texto falado, considerando os níveis sintático, semântico e discursivo-pragmáti-

co. A relevância da classificação do *status* informacional desse item reside no fato de que, sendo sua utilização muito frequente na fala dos entrevistados, o preenchimento de seu sentido se estabelece na negociação comunicativa entre os interlocutores, a partir do que estes cognitivamente compartilham ou supõem compartilhar na interação discursiva. Identificamos, também, as funções textuais que o item “coisa” pode desempenhar no texto, com base nos conceitos de anáfora e catáfora da Linguística Textual.

Adiante, descrevemos o modo de organização desta pesquisa.

### **3 O CORPUS E OS MÉTODOS PROCEDIMENTAIS DA PESQUISA**

Nossa pesquisa é de natureza qualitativa com suporte quantitativo. Nessa direção, descrevemos qualitativamente o elemento “coisa”, interpretando suas funções no contexto em que ele ocorre, por meio da análise de material coletado no *corpus* VALPB (projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba). Esse banco de dados é composto por entrevistas transcritas e armazenadas eletronicamente de falantes da cidade de João Pessoa. Na dimensão quantitativa, calculamos, em termos absolutos e percentuais, o número de ocorrências do fenômeno linguístico, a fim de utilizar esses resultados numéricos para sustentar nossa interpretação, bem como para revelar o uso prototípico desse item lexical. É, também, uma investigação de natureza empírica, visto que analisa dados de língua real, produzida em contextos efetivos de interação comunicativa.

Conforme dito anteriormente, classificamos as ocorrências de “coisa” sob diferentes níveis gramaticais, a saber: sintático, se-

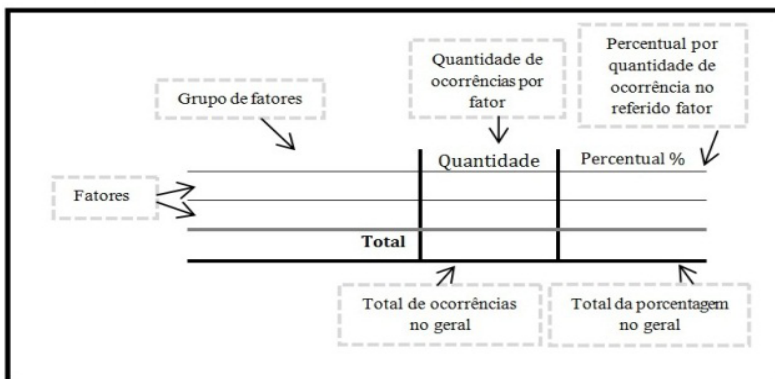
mântico e discursivo-pragmático. No nível sintático, analisamos a função – sujeito, objeto direto, predicativo, aposto etc. – que o item desempenha nos textos em que ocorre. No nível semântico, verificamos os sentidos para o qual o item lexical aponta no contexto em que ocorre. E, por fim, no nível discursivo-pragmático, identificamos a(s) função(ões) que “coisa” exerce na organização textual.

Os dados são analisados a partir de um grupo de fatores que assim se configura:

1. Função sintática: objeto direto, predicativo, aposto e adjunto adnominal.
2. Propriedades semânticas: a) concreto ou abstrato; b) definido ou indefinido; c) referencial ou não-referencial;
3. *Status* informacional: velho, novo e inferível;
4. Função textual: anafórica e catafórica.

Utilizamos a seguinte Tabela de Fatores de Análise, elaborada para trabalharmos com os dados coletados:

Quadro 1: Explicação da Tabela de Fatores de Análise



Fonte: WCosta, 2019.

## 4 DESCREVENDO AS OCORRÊNCIAS

Nesta seção, procedemos à análise de 24 fragmentos do *corpus*, num total de 41 ocorrências. Os excertos são fiéis ao original, pois, por se tratar de língua falada, consideramos importante manter a forma exata em que foram produzidos.

Antes de verificarmos os resultados obtidos, é preciso explicar como analisamos cada ocorrência, conforme cada grupo de fatores. Nessa direção, consideramos a função sintática do item lexical “coisa” a partir da relação sintática que ele mantém com os demais elementos linguísticos com que coocorre.

Com respeito às propriedades semânticas (a, b e c), avaliamos o sentido do item lexical “coisa” considerando cada uma delas. Com relação às propriedades semânticas *abstrato* e *concreto*, classificamos “coisa” como abstrato quando o item se refere a ação, noção, sentimento, estado e tudo aquilo que não é palpável em termos de matéria física. Como concreto, o item que se refere a algo de existência própria, seres vivos ou aquilo que se pode tocar (objetos).

Quanto às propriedades semânticas relacionadas à definitude de “coisa”, se o item é precedido por artigo definido e/ou se referir a algo identificável ele é definido; é *indefinido* quando vier precedido de artigo ou pronome indefinido ou estiver no plural.

Para as propriedades que dizem respeito à referencialidade, analisamos o item “coisa” como não-referencial quando não identificamos um referente específico para ele, e como referencial quando seu referente específico é claramente apreendido.

Quanto ao *status* informacional, observamos se a informação veiculada por “coisa” é ou não compartilhada pelos interlocu-

tores, classificando a informação compartilhada como *velha* (quando o item já tiver aparecido no texto ou está presente na situação comunicativa), *inferível* (quando o item representa uma informação acessível no texto, com base em outras informações previamente dadas) ou *nova* (quando o item é introduzido pela primeira vez no discurso).

Finalmente, no tocante às funções textuais de “coisa” nas ocorrências analisadas, ela é anafórica quando “coisa” retoma algo dito anteriormente, e catafórica quando o item aponta para algo que ainda vai ser dito.

Ressaltamos que, para este trabalho, descrevemos e analisamos apenas 10 ocorrências de “coisa”. Esse recorte, portanto, é apenas uma amostra da pesquisa realizada na dissertação de mestrado<sup>2</sup>.

Os resultados obtidos na análise levaram-nos à elaboração de tabelas para cada fator de análise, apresentadas a seguir.

Sobre a Tabela 1 – Funções sintáticas, ressaltamos que, das 41 ocorrências examinadas na dissertação, foram identificadas as funções sintáticas de 38, pois 3 delas não compõem um conjunto oracional suscetível à análise sintática.

---

2 WCosta, José Walbérico da Silva. **Que “coisa” é essa? - usos e funções**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Língua Portuguesa e Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

Tabela 1: Funções sintáticas

<b>Funções sintáticas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual %</b>
Objeto direto	14	37%
Predicativo	12	31%
Aposto	4	10%
Objeto indireto	3	8%
Sujeito	2	5%
Adjunto adnominal	1	3%
Adjunto adverbial	1	3%
Complemento nominal	1	3%
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 1, é possível observar que o item lexical “coisa” funciona, predominantemente, como complemento verbal, enquanto objeto direto (37%) e predicativo do sujeito (31%), que, somadas, totalizam 68% das ocorrências. Tanto o objeto direto quanto o predicativo são posições preferenciais para a introdução de informação nova, em oposição ao lugar de sujeito, tipicamente ocupado por informação velha (tópico). Esses resultados apontam para a prototipicidade dessas funções no nível sintático.

A Tabela 2 exhibe as propriedades semânticas relacionadas à concretude ou não de “coisa”. Nela predominam usos abstratos (63%) desse item.

Tabela 2: Propriedades semânticas – a) Abstrato e Concreto

<b>Propriedades semânticas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual %</b>
Abstrato	26	63%
Concreto	15	37%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.



Por sua vez, a Tabela 3 mostra os resultados para a definitude de “coisa”, em que os usos definido (44%) e indefinido (56%) estão praticamente equilibrados.

Tabela 3: Propriedades semânticas – b) Indefinido e Definido

Propriedades semânticas	Quantidade	Percentual %
Indefinido	23	56%
Definido	18	44%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Por fim, sobre a referencialidade de “coisa”, temos a Tabela 4, em que os usos não-referenciais são favorecidos (63%).

Tabela 4: Propriedades semânticas – c) Não-referencial e Referencial

Propriedades semânticas	Quantidade	Percentual %
Não-referencial	26	63%
Referencial	15	37%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Com base nas Tabelas 2 e 4, identificamos que as propriedades mais significativas de “coisa” no *corpus* examinado são abstrato (63%) e não-referencial (63%). Esse resultado comprova a imprecisão semântica de “coisa” nos fragmentos avaliados. Há uma vagueza de sentido que os interlocutores são convidados a negociar para preencher/interpretar o que está sendo dito. Essa ausência de clareza torna o item lexical não-referencial. Desse modo, podemos di-

zer que a propriedade semântica prototípica de “coisa” no *corpus* investigado é de um elemento abstrato e não-referencial, ou seja, que não aponta para um item específico. Todavia, sabemos que “coisa”, por ser um substantivo, é um item lexical de referência, ou seja, remete a algo do mundo, seja animado ou inanimado o qual, no nosso corpus, não pode ser claramente identificado.

Com relação à propriedade de definitude, conforme a Tabela 3, os resultados são inconclusivos na medida que os usos indefinido e definido estão muito próximos.

Sobre o *Status* Informacional, apresentamos a Tabela 5:

Tabela 5: *Status* Informacional

<b>Status Informacional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual %</b>
Velho	16	39%
Inferível	15	37%
<b>Novo</b>	<b>10</b>	<b>24%</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Quanto ao *status* informacional, podemos perceber que os resultados não foram significativos, pois estão muito equilibrados. As informações velhas e novas veiculadas pelo item lexical “coisa” estão relacionadas ao modo de codificação, de tal forma que o uso de artigo definido ou indefinido aponta para um elemento velho ou novo, respectivamente. Nesse caso, não podemos atribuir a “coisa” um *status* informacional prototípico. Contudo, uma vez que a categoria inferível está mais próxima de velho do que da categoria

novo, se somarmos os resultados de inferível (15) e velho (16), obtemos um total de 31 dados, que equivalem a 76% das ocorrências. Isso parece demonstrar que “coisa” tende a ser informação textualmente velha.

Sobre a Tabela 6, vale ressaltar que, das 41 ocorrências de “coisa” em nosso *corpus*, em apenas 22 pudemos estabelecer sua função textual. No restante (19/46%), o item não desempenha nenhuma das funções investigadas e reconhecidas na literatura específica. Não identificamos, nesses usos, uma função relacionada estritamente ao encadeamento do texto. Dos 22 dados analisados, a função textual prototípica (82%) é de anáfora.

Tabela 6: Função textual

Função textual	Quantidade	Percentual %
Anáfora	18	82%
Catáfora	04	18%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Os resultados da análise das 41 ocorrências discutidas neste trabalho corroboram que o item lexical “coisa” tende a ser um substantivo abstrato, não-referencial, que desempenha a função sintática de objeto direto e funciona textualmente como elemento anafórico. Quanto ao *status* informacional, os dados não mostram uma tendência clara. É importante lembrar que esses resultados estão completamente atrelados à situação comunicativa (informal), à modalidade (fala), ao gênero (entrevista), aos tópicos discursivos, entre outros aspectos, que caracterizam nosso *corpus*. De acordo com os

pressupostos da LFC, se variássemos esses fatores, provavelmente não obteríamos os mesmos resultados.

### 3.1 Descrição e análise do item lexical “coisa” no *corpus*

Nesta seção, procedemos à descrição e análise de “coisa” em 5 fragmentos que servem de amostra dos usos desse item no *corpus* investigado.

#### (1) O que isso?

É uma cola que tem, uma cola bem misturada, ela é: mistura-da com cola branca com álcool; mistura pra fazer o preparo, pra apricar pra segurar, que é uns negócio antigo, diz os pessoal que é ôro esse negócio antigo, eu acho que é banhado só a ôro, então a gente tem que trabalha cum muito cuidado pra num + pra num rancar ele, que lá uma vez, como é que se diz, logo no começo, o menino arrancou um pedaço + o professor da gente pegô deu uma bronca lá + puoque ele rancôo pedaço do ôro, la vai bronca, num pode não, a gente tem que trabalha como maior cuidado com isso. Isso eu acho que uma história, né? desses [na] tempo antigo, essa Igreja de São Francisco mehmo é a **coisamaio** bonita que tem lá dentro, o forro da capela + **coisamaio** bonita que tem + Pra mim eu achei bonito, sabe? lá, muito bonito mehmo, a gente intremo lá dentro tudinho pra gente olha, muito bonito mesmo esse negócio antigo. (Hora, 2005, p. 16)

No fragmento em (1), há duas ocorrências de “coisa”. Ambas têm função sintática de predicativo e, do ponto de vista semântico, apontam para objetos concretos, são definidas e referenciais: a primeira refere-se à *igreja*, enquanto a segunda diz respeito ao *forro*. Sob a perspectiva discursivo-pragmática, representam informação velha, visto que estão sendo utilizadas para se referir a elementos

que já foram introduzidos no contexto anterior: *igreja* e *forro*, respectivamente. Desse modo, essas ocorrências têm funcionamento textual anafórico, pois retomam referentes mencionados no contexto imediatamente anterior.

**(2) HumHum. Como eram é: o: cada um dos seus professores, Eliane?**

Ah mulheø, eu acho que eu nem lembro mais, já fayz tanto tempo, visse?(Risos)

Hum. Hum.

Mais: eu gostava de todos, agora, tinha um: que eu mesmo, queødizeø, num gostava, mais temia, sabe? Porque ela era uma: professora muito exigente da pessoa, sabe? Se a gente fizesse uma coisa errada ela dava em cima. Pel'uma parte era ela era røim, e por outra não, porque: eu achava que ela tava certa de fazer aquilo até era bom porque: a gente tinha medo dela. Aí fazia as coisaø: com aquele medo aí, ói, tirava notaø melhores do que aquele que a gente, sabe? que era bom pra gente, tirava nota baøxa. E ela, que era uma pessoa røim, a gente tirava nota melhor. Acho que isso. (HORA, 2005, p. 28)

Nas duas ocorrências em (2), “coisa” funciona como complemento verbal, atuando sintaticamente como objeto direto; é substantivo abstrato e não-referencial. Contudo, na primeira ocorrência o item “coisa” é indefinido, antecedido do artigo *uma*, diferente da segunda ocorrência, em que o artigo definido *as* o antecede, embora não se possa recuperar com exatidão qual o referente de *as coisaø*. Nesse contexto discursivo, os usos desse

item parecem apontar para dois tipos de comportamento: um que seria o errado (possivelmente, não fazer as atividades, manter conversas paralelas, não obedecer à professora etc.) e outro que seria o certo (fazer as atividades, não manter conversas paralelas na hora da explicação da professora, ser disciplinado etc.). Por esse motivo, somos levados a analisar as duas ocorrências como informação inferível. Ressaltamos que, apesar de o locutor não ter mencionado explicitamente o ambiente ‘sala de aula’, podemos identificá-lo por causa do contexto linguístico em que os elementos *professora* e *nota* se encontram. Sua função, no discurso, é partilhar com o interlocutor situações comuns que se dão em sala de aula, para que ele possa preencher adequadamente as lacunas do não dito, mas sugerido. Não identificamos, nesses usos, uma função relacionada ao encadeamento do texto.

### (3) Por que é que você acha que não tem muita inteligência pra isso?

Puøqueacho que minha cabeça não dá pra essas **coisa**o não.  
 + Assim, eu já tentei, comparação, amigo meu chamoo pra gente fazeo um curso aí, pra políçoa, pra PM, aí eu disse a ele que não ia puøque não tinha muita leitura. Ele disse que arrumava <um>pa-rece que tinha uma peoxada lá dentoo, mayø fiquei pensanoo, digo “Não, mayø não quero não, puøque mais tarde», como é que se diø<sempre> de veyz em quando apareceumas provaø pra pessoa passaø, assim pra cabo, sargento, essas **coisa**o” /Os exames/ Aí não quis não. Eu acho difícil, tem essas provaø pra fazeo, a gente fazeo e num passaø. (HORA, 2005, p. 18)

No texto em (3), há duas ocorrências de “coisa”: na primeira, ela funciona sintaticamente como objeto direto do verbo *fazer*, que foi omitido, e, na segunda, como aposto que resume patentes militares: cabo, sargento. Semanticamente, ambas são substantivos abstratos que se referem a profissões que exigem leitura, estudo: médico, engenheiro, advogado, cabo, sargento, sendo, portanto, não-referenciais, mas definidas porque são antecedidas pelo pronome demonstrativo *essa*. O uso desse pronome antes de “coisa”, nas duas ocorrências, deixa clara sua função textual anafórica e confirma seu *status* de informação velha.

#### (4) O que você faria se ganhasse na loteria?

(Risos) Bom, essa é + uma pergunta muito difícil, assim da gente respondê, mays eu acho que: + pelo meu conhecimento, já que eu num tenho muito conhecimento econômico, + eu acho que eu procuraria logo uma pessoa que entendesse de economia. Aí, depois disso eu aceitaria os conselhos dele, + isso teria que ser uma pessoa de confiança, claro, né? Eu sei lá, eu acho que eu iria aplicá + é: + [nes] no banco, na, eu acho que imóveis + e: também + acho que + iria abri: alguma **coisa** assim voltada pra Educação Física. + Uma academi:a, + alguma **coisa** assim desse tipo. (HORA, 2005, p. 88)

No fragmento em (4), podemos verificar que, nas duas ocorrências, o item lexical “coisa” atua sintaticamente como objeto direto. No nível semântico, temos substantivos concretos e indefinidos, precedidos pelo pronome indefinido *alguma*. Embora não sejam exatamente referenciais, sua interpretação é delimitada no contexto: um estabelecimento relacionado à área de Educação Física. Nesse

sentido, seu *status* informacional é inferível. Note-se o uso de *assim* no fragmento: *alguma coisa assim voltada pra Educação Física. + Uma academia, + alguma coisa assim desse tipo*, que parece indicar a hesitação do entrevistado, sua insegurança a respeito do que faria se ganhasse na loteria. Esse uso está diretamente relacionado à imprecisão semântica de “coisa” juntamente com *alguma*. Desse modo, tanto *alguma* como *assim* servem de reforço à inexatidão semântica do item lexical “coisa”.

### (5) Na sua opinião quais os lados ruins e os lados bons da Televisão?

[...] + Hoje é aquela estrela toda, porque a Globo quis fazêo e <f> quem ela <fa> e quem ela quéo, fayz mesmo. Tôcitanø a Globo, porque é, é, acho que é a única emissora que + você, onde você vai ela ela está presente. Você pode vêo que Manche:te, SBT:, + Bandeørantes, quase + Você vai no interiô:ø, você num encontra, é difícil. Mays a Globo tem, em qualquéo casa, qualquéo buraco, você acha a Globo. Então, + ela: consegue, de uma forma, ôø de ôøtra, é: alienáo o povo. + Até mesmo os, às vezes, os mais esclarecidos. + E o lado bom da Televisão, + qui ela informa, né? [na-] + você fica por dentro de dede **coisas** que acontecem a milhares de quilômetros daqui. É: principalmente programas [e-] educativos, como a TV Educativa, que passa muita **coisa** boa. É: + os programas que eu já citei antes, né? de esporte, de música. Quéo dizêo, + ela é muito boa. Se, eu acho que sem a [televi-], se não existisse a televisão, seria, a nossa vida seria muito monótona. (HORA, 2005, p. 90)

No excerto em (5) temos duas ocorrências de “coisa”. A primeira tem a função sintática de adjunto adnominal, com signi-



ficado abstrato, indefinido, genérico e semanticamente vago, impreciso. Mais uma vez, veicula uma informação inferível a partir do contexto discursivo: acontecimentos nacionais e/ou internacionais transmitidos pela TV, conteúdos informativos divulgados por essa mídia. Desse modo, podemos dizer que o item “coisa” não tem um referente claramente delimitado, não retoma qualquer outro item da conversação; o ouvinte aciona seu conhecimento de mundo para interpretar o significado de “coisa”. Na segunda ocorrência, esse item atua como objeto direto de *passar*, e retoma a expressão *programas educativos* mencionada anteriormente, numa função textual anafórica. Quanto ao seu *status* informacional, representa uma informação velha, já que substitui *programas educativos*. Da perspectiva semântica, é abstrato, indefinido e não-referencial ou genérico, pois não aponta para um programa educativo específico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simplicidade do item lexical “coisa”, em seu aspecto morfológico, e seu significado fluido, permitem ao falante adaptá-la à uma dada situação comunicativa e ao contexto linguístico corrente. Esses aspectos, combinados, justificam seu uso frequente no discurso.

Vimos que “coisa” tanto se relaciona a elementos linguísticos quanto extralinguísticos. Em se tratando do primeiro, vocábulos como *assim*, *algum(as)*, *essa(s)*, *uma(s)*, *a(s)* precedem o item lexical “coisa” nas ocorrências analisadas. Estes, por sua vez, relacionam-se com “coisa”, reforçando-lhe o sentido tanto na sua definitude quanto na sua referencialidade. Já no domínio extralinguístico, o

uso de “coisa” está estreitamente relacionado à situação física do ato de fala e aos participantes da interação comunicativa. Em alguns casos, essas circunstâncias não possibilitam atribuir uma referência específica à “coisa”, embora sua ideia geral possa ser compreendida.

Com base na análise do item lexical “coisa” em seu uso real, em termos sintáticos, podemos apontar que a função mais frequente, ou prototípica, é a de objeto direto. Semanticamente, as propriedades abstrata e não-referencial são as mais recorrentes. Para os atributos do *status* informacional, embora os resultados numéricos sejam muito próximos uns dos outros, podemos dizer que a tendência é de que funcione, predominantemente, como informação velha ou inferível. No recorte da análise que privilegia questões textuais, predomina a função anafórica do item.

Reforce-se que, neste estudo, foram feitas análises de apenas 10 ocorrências do *corpus* total investigado, de língua falada. Sabemos, todavia, que uma pesquisa em larga escala, a qual contemplasse outros tipos de *corpora* e outras modalidades de língua, os resultados aqui obtidos provavelmente se alterariam, de modo a evidenciar, com maior nitidez, o uso prototípico de “coisa” e seus atributos sintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos.

Diante do exposto, alcançados os objetivos principais deste estudo, estamos convictos de que essas e outras possibilidades funcionais podem ser atribuídas ao item lexical “coisa”. Fica, então, nosso convite a que outras pesquisas e estudos possam ser feitos na mesma direção de se descobrir mais sobre esse instigante item lexical.

## REFERÊNCIAS

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduino & SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica & CEZARIO, Maria Maura (orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antônio & CEZARIO, Maria Moura. Pressupostos teóricos fundamentais. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica., OLIVEIRA, Mariangela Rios., MARTELOTTA, Mário Eduardo. (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. 1 ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica., TAVARES, Maria Alice (Orgs.). **Funcionalismo e ensino de gramática** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2016.

HORA, Demerval da. et al. (org.). (1995) [2005]. **Corpus Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba** (VALPB). João Pessoa. UFPB.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. 8ª ed., São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Repensando a Língua Portuguesa).

LEMONS, Cléber & MATOS, Denilson P. Abordagens sintático-discursiva sobre o uso prototípico do pronome te. *In*: MATOS, Denilson P., (org.). **Morfossintaxe e léxico: abordagens funcionalistas**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2017.

LYONS, John. **Language, Meaning and Context**. Londres: Fontana/Collins, 1981.

MATTHEWS, Peter. **The Concise Oxford Dictionary of Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

TRASK, Robert Lawrence. **A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics**. Londres: Routledge, 1993.

WCosta, José Walbérico da Silva. **Que “coisa” é essa? - usos e funções**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Língua Portuguesa e Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2019.

## CAPÍTULO 3

# “ENVIO-TE MAIS ESTA CARTINHA PARA DARTÉ AS MINHAS NOTÍCIAS E SABER DAS TUAS”: as formas pronominais dativas em cartas amorosas do sertão pernambucano

*Cleber A. Ataíde*

*Victor Hugo Luz Ramos*

### 1 INTRODUÇÃO

Até as primeiras décadas do século XIV, durante a fase em que predomina o galego-português, eram desconhecidas as formas de base nominal como estratégia de referência a segunda pessoa do discurso, uma vez que só existiam o *tu*, que era utilizado em tratamentos familiares, portanto, mais íntimos, e o *vós*, utilizado em tratamentos deferentes, principalmente em referência ao rei (TEYS-SIER, 2001). Com a ampliação de uso do *vós* para outras figuras de poder e prestígio na escala social, ele foi perdendo seu valor de respeito e deferência, ganhando espaço as formas de base nominal para se referir ao soberano do reino. Foi a partir desse panorama que surgiu a forma *Vossa Mercê*, aludindo à *mercê* que a figura do rei representa socialmente (FARACO, 1996). A expressão *Vossa Mercê* esteve presente na língua desde 1331, mas somente no final do século XIV foi utilizada para fazer referência ao soberano. (CINTRA, 1972 *apud* MARCOTULIO, 2010).

O desbotamento semântico e a redução fonética do pronome *Vossa Mercê* geraram muitas formas, entre elas o *você*. Estudos anteriores, como o de Lopes *et al* (2018), realizado a partir de cartas pessoais oitocentistas e novecentistas, já mostraram o uso desse pronome com valor diferente de sua forma geradora em contextos de maior intimidade. Foi a partir do século XIX, com o processo de gramaticalização do *você*, que se evidenciou a concorrência dos pronomes *tu* e *você* em relações simétricas/privadas. Na história da implementação da nova forma gramaticalizada, proposta por Lopes e Souza (2012), o *tu* entra em variação com o *você*, entre 1900 e 1939 e o *você* se insere como pronome-sujeito no português brasileiro a partir de 1940.

A inserção da forma *você* no paradigma pronominal, originada a partir da forma de tratamento de base nominal *Vossa Mercê*, mediante o processo de gramaticalização, provocou a reorganização dos subsistemas pronominais, uma vez que houve um sincretismo entre as formas de 2ª e 3ª pessoa nos mais variados contextos morfossintáticos. Isso fez surgir, conforme Lopes *et al.* (2018, p.92), um paradigma pronominal supletivo em que “as formas do antigo paradigma de *tu* não se perderam, com a entrada do *você* no sistema, mas se mantiveram vivas no *te* complemento acusativo (“eu **te** amo”) e dativo (“*Você*, arranjou aquilo que eu *te* pedi”) em convivência com as formas alternantes, menos produtivas, relacionadas ao paradigma de *você* (*‘lhe’* e *‘a você’*). Isso ocorreu e continua ocorrendo tanto nos subsistemas tratamentais em que o *tu* prevalece, quanto naqueles em que o *você* predomina como pronome-sujeito.

Em consonância com outros estudos já realizados sobre as formas pronominais de referência ao interlocutor na função dativa

no português brasileiro (GOMES; LOPES, 2014, SOUZA, 2012; LOPES; SOUZA, 2014), buscamos, com este estudo, fornecer mais dados para o entendimento da terceira fase proposta por Souza (2012), na qual se verifica o predomínio de *você* sobre *tu*. Essa é a linha de trabalho na qual se insere o presente estudo ao analisar as variações das formas dos paradigmas *tu* e *você* no contexto morfosintático de objeto indireto nas cartas de amor do sertão pernambucano no fim da primeira metade e início da segunda metade do século XX. A nossa proposta prevê uma descrição dos dativos. Pretendemos saber: (i) quais eram as formas de dativo de 2ª pessoa do singular utilizadas na escrita amorosa de sertanejos nas décadas de 1950 e 1970? (ii) Que fatores linguísticos e extralinguísticos atuam no uso dessas formas variantes? (iii) o emprego das variantes acompanhava o paradigma pronominal de 2P verificado na posição de sujeito (*você/tu*)?

A hipótese para esta pesquisa é de que haja um paralelismo linguístico quando houver preferência ao uso de *tu* na posição de sujeito nas correspondências amorosa. Acreditamos que as estratégias originais de 2P sejam as preferidas, enquanto as estratégias de 3P sejam mais frequentes quando o *você* for usado para fazer referência a 2P. Acreditamos que o clítico *te*, por ser a forma original de 2P, seria a variante mais frequente no recorte de sincronia passada estudado. Acreditamos ainda que a natureza das relações entre os missivistas possa influenciar nas escolhas linguísticas, de acordo com o grau de intimidade (BROWN E GILMAN, 1960). Neste caso, por se tratar de uma análise de correspondências de dois casais, que escrevem cartas amorosas, seus interlocutores apresentam um grau maior de proximidade e de compromisso

afetivo e, por isso, favorecem o uso das formas de referência de maior intimidade.

Para apresentar os nossos resultados parciais, organizamos este texto em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na seção 1, apresentamos uma síntese da natureza e da caracterização dos complementos pronominais na função dativa de 2ª pessoa (2P); na seção 2, explicitamos os procedimentos teórico-metodológicos da sociolinguística histórica que adotamos para o tratamento e análise do nosso *corpus* de cartas de amor produzidas por dois casais de missivistas não ilustres, residentes no interior pernambucano. Na seção 3, expomos os resultados preliminares das ocorrências dos complementos verbais, mais especificamente das formas dativas de 2P: *te*, *lhe*, *a/para ti* e *a/para você*.

## 2 ARTICULAÇÃO TEÓRICA

Por meio das cartas pernambucanas em análise, passamos a conhecer o entorno de quem as escreveu, sobre o local onde vivia, quando escreveu, além obviamente de podermos identificar as estratégias linguísticas utilizadas (CONDE SILVESTRE, 2007). Com base na perspectiva da sociolinguística histórica e mudança linguística, articulamos a abordagem das estratégias de referência ao interlocutor na função dativa, retomando pesquisas anteriores; com a carta pessoal com um gênero que favorece a identificação das normas de uso da língua em um contexto de espontaneidade e proximidade.

Na perspectiva da mudança linguística, Labov (1994), sob o Princípio do *Uniformitarismo*, passou a postular que as forças que



operam para produzir a mudança linguística no presente são as mesmas que operaram no passado e, por isso, são passíveis de investigação. Esse princípio exerce grande influência na investigação histórica e junto a Teoria da Variação também postulada por Labov (2008) que assegura que, em todos os níveis da língua ocorre variação, além de chamar atenção para o fato da heterogeneidade ordenada da língua, são importantes para pensar o modelo teórico-metodológico da sociolinguística histórica, a qual se define como um ramo da linguística que tem por objetivo investigar e descrever mudanças pelas quais as línguas sofrem no eixo do tempo, RAMAINE (1982 *apud* ROSA, 2015).

Diante destas duas abordagens, escolhemos as cartas pessoais para a pesquisa histórica porque, em muitos casos, é a única fonte para a investigação de sincronias passadas que apresentam indícios de variação da mesma maneira que a língua falada apresenta.

## 2.1 As formas de manifestação do dativo em cartas pessoais nordestinas

O dativo é um caso morfossintático complexo por natureza, o que acaba gerando uma dificuldade de definição/caracterização precisa. Tradicionalmente, as formas do dativo são identificadas como *objeto indireto (OI)* que, por sua vez, assim são denominadas por estarem vinculadas a um verbo por meio de uma preposição. Aqui, tomamos o dativo como todo argumento interno selecionado por verbos de dois lugares (OI) ou de três lugares (OD/OI), que recebe o papel temático de *Alvo*, *Fonte* ou *Beneficiário* da ação de um predador verbal (MATEUS *et al.*, 2003; BERLINCK, 1996). Esse argumento interno é marcado por (i) um traço [+animado]; (ii) re-

gido por uma preposição e (iii)cliticizável para os casos em que é um pronome pessoal, sendo a forma clítica *lhe* a principal marca do caso dativo. São exemplos:

1. ...eu escrevi **para você** mas não pude enviar...” (C\_2\_PE)
2. A Agradeço-**lhe** a remessa dos cartões...” (C\_3\_PE)
3. ...são 11 horas preciso dormir, se não fosse isso seria capaz de ficar a noite toda escrevendo **para ti**. (C\_4\_PE)

As pesquisas sobre a manifestação do dativo no português brasileiro têm apresentado uma forte inclinação ao apagamento do clítico de terceira pessoa *lhe*, com o aumento gradativo no uso de sintagmas preposicionados, geralmente introduzidos pela preposição *para* (FREIRE, 2005; BERLINCK 2005). Contudo, a perda de *lhe* na 3ª pessoa não significa o desaparecimento desse clítico, uma vez que tal forma passou a ser utilizada em referência a 2P, seja na função dativa como na função acusativa, LOPES e CAVALCANTI, 2011. Segundo Gomes (2003), essa mudança se dá a partir da entrada da forma *você* no paradigma de 2P, ocorrido a partir da primeira metade do século XX. Vários são os estudos que mostram que algumas das formas do paradigma de *você*, nas diversas posições sintáticas, acompanharam o novo pronome sujeito em algumas áreas dialetais. Lopes, Rumeu e Carneiro (2013) postulam que, no que se refere ao dativo de 2P no português brasileiro, “há formas que se relacionam ao paradigma original de 2P (o clítico *te* e sintagmas preposicionados com *ti*) e outras que estão associadas ao paradigma de *você*: o clítico *lhe* e sintagmas preposicionados associados a *você* (para *você*, a *você*, etc)”.

Os estudos realizados por Martins *et al.* (2016) e Gomes e Lopes (2014), em cartas de natureza variada, dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, mostraram que a forma de tratamento utilizada na posição de sujeito exerce uma grande influência sobre as estratégias de complementação verbal na função dativa e acusativa (com *te* e *lhe* associados ao nominativo *tu* e *você* respectivamente). Em contextos onde há variação entre *tu* e *você* na posição de sujeito, foi observada, uma maior produtividade do clítico *lhe* nas cartas do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os resultados de Pernambuco nos interessam mais especificamente, e serão detalhados mais adiante, quando trataremos do estudo de Gomes e Lopes (2014), uma vez que o *corpus* do presente artigo faz parte do Sertão desse estado.

Nas 123 cartas pessoais de pernambucanos ilustres, redigidas entre 1869 a 1969, Gomes e Lopes (2014) identificaram o emprego do clítico *lhe* com 73% de frequência, seguido do clítico *te*, com 15%. Outras formas preposicionadas apresentaram também taxas abaixo de 10% como o *te: a você* (6,5%), preposição + *ti* (4%) e *para você* (1%). O emprego majoritário do *lhe* deve-se à predominância do uso de *você* na posição de sujeito relacionada à simetria pronominal mantida pela maioria dos escreventes que têm um alto grau de letramento no *corpus* de cartas pernambucanas. Geralmente, quando há o uso exclusivo de *uma* função de sujeito, os remetentes usavam formas referentes ao paradigma desse pronome, ou seja, o clítico *te* e os sintagmas preposicionados *a ti* e *para ti*. Da mesma forma, observou-se um favorecimento das estratégias de complementação verbal originais de 3P, correlacionadas a *você*, quando este pronome aparece de forma exclusiva na função de sujeito.

Diferentemente dos estados nordestinos, estudos de cartas pessoais do Rio de Janeiro e Minas Gerais revelaram o uso de *te* como a estratégia mais recorrente somando 44% das ocorrências gerais contra 31% de *lhe*. Porém, o comportamento dos dativos varia de um estado para o outro. Em cartas do Rio de Janeiro, o *te* com 67% supera o *lhe* com 8,5%. Já nas cartas mineira, o oposto acontece, o *lhe* que soma 51% ultrapassa o *te* que marca 28% de frequência. Além dessas formas variantes clíticas como (*te* e *lhe*), outras formas do dativo do paradigma de *tu* (*para/a ti*) e outras do paradigma de *você* (*a você* e *para você*) ocorreram com baixa frequência.

Assim como nos dados de Pernambuco, a escolha de tratamento empregada na posição de sujeito parece também interferir no uso da forma complemento dativo nas cartas cariocas e mineiras. Nessas missivas, quando se empregava a forma original, tratamento de segunda pessoa *tu* na posição de sujeito, o emprego de *te* era majoritário: 88%, no RJ, e 84%, em MG. Nas cartas de *você-exclusivo*, houve variação das estratégias de dativo. Nas cartas do Rio de Janeiro as formas *te*, *lhe* e *zero* apresentaram índices de frequência próximos de 30%: 27%, 29% e 30%, respectivamente. Nas cartas de Minas, tal equilíbrio não foi percebido, o *lhe* é a estratégia mais recorrente com 75%, as demais formas, *te* e sintagmas preposicionados *a/para ti* variam entre 1% e 10%. Na amostra das duas localidades, as variantes dativas acompanharam, na maior parte das vezes, o tratamento na posição de sujeito

Como vemos nessa pequena síntese, a simetria ou uniformidade do tratamento (combinação de formas do paradigma de *tu* (*te*, *teu*) com formas do paradigma de *você* (*você*, *com você*, *seu*))

não configura os atuais sistemas de tratamento de 2P no português brasileiro. No caso da expressão do dativo, as formas clíticas *lhe* e *tese* mostraram produtivas, embora, dependendo da natureza dos dados, seja possível encontrar outras formas de complemento dativo de 2P e outras taxas de frequência. A hipótese da nossa pesquisa é de que haja um paralelismo linguístico em relação ao uso das formas da posição de sujeito, quando houver preferência ao uso de *tu*. Acreditamos que as estratégias originais de 2P sejam as preferidas, enquanto as estratégias de 3P sejam mais frequentes quando o *você* for usado para fazer referência a 2P. Acreditamos também que a natureza das relações entre os missivistas possa influenciar nas escolhas linguísticas, de acordo com o grau de intimidade ou de respeito, (BROWN E GILMAN, 1960). Neste caso, por se tratar de dois casais, seus interlocutores apresentam um grau de maior proximidade e de compromisso afetivo e, por isso, têm mais experiências ou saberes compartilhados nas cartas que analisamos.

Com base na articulação teórica apresentada nessa seção e nos tópicos 1 e 1.1, a proposta do presente artigo é analisar as variações das formas dos paradigmas *tu* e *você* no contexto morfosintático das formas de dativo de 2P nas cartas de amor do sertão pernambucano na primeira metade do século XX, cujas definições metodológicas serão abordadas no tópico seguinte.

### 3 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Seguindo o aporte teórico-metodológico adotado por Gomes e Lopes (2014), ao analisarem cartas pernambucanas do Recife e região metropolitana, utilizamos o modelo de análise quali-quan-

titativo para abordar os dados coletados na amostra de cartas de amor do sertão. Quanto aos procedimentos metodológicos, neste tópico, definimos o *corpus*, o contexto de produção das cartas, o perfil dos missivistas e os fatores de análise.

### 3.1. Por que a carta pessoal como uma fonte de pesquisa histórica?

Os textos escritos são fonte primordial para os pesquisadores em sociolinguística histórica, já que os dados, por diversos fatores, na maioria das vezes, se conservaram nessa modalidade. Diferentemente da sociolinguística sincrônica, que elege o material oral como fonte de pesquisa, os estudos históricos dependem do material escrito.

Ao considerar as distinções entre fala e escrita, Conde Silvestre (2007) pontua que, apesar de naturezas distintas e utilizadas em contextos diferentes, ambas as modalidades<sup>1</sup> de registro não estão isentas de variabilidade. Dessa maneira, Romaine (1988a, p.1454) *apud* Silva (2019) afirma que cada dado histórico é válido por si próprio, independentemente de sua fidedignidade ou não ao registro oral.

Cabe ressaltar que os materiais históricos que mais interessam ao pesquisador em sociolinguística são aqueles mais próximos

---

1 Discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos linguísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade *versus* letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no continuum que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. (MARCUSCHI, 2010, p. 34).

da fala, já que podem apresentar uma variabilidade maior. Schneider (2002 *apud* CONDE SILVESTRE, 2007) aponta a carta privada como um texto confiável para uma investigação sociolinguística, além de expedientes judiciais, narrações de antigos escravos após sua emissão, obras literárias, etc. Assim, nossa pesquisa, que tem cartas amorosas como fonte de análise, se enquadra no quesito de confiabilidade proposto pelo autor.

A esse respeito, a carta, segundo Maingueneau (2006), é um hipergênero, já que apresenta elementos recorrentes e recebe diferentes nomenclaturas a depender da finalidade comunicativa, bem como da relação entre os interlocutores. Temos carta comercial, carta administrativa, carta pessoal. Esta, segundo Lopes *et al* (2018) pode ser subdividida em carta familiar, de amor e de amigo. Nosso estudo tem a carta de amor como *corpus*, primeiramente porque ela possibilita o estudo sócio-histórico, já que a partir de sua composição conhecemos a data em que foi escrita, os interlocutores, o local, enfim, o contexto de produção. Em segundo lugar, porque ela proporciona a proximidade comunicativa.

Sobre esse aspecto, Koch e Oesterreicher (2006) traçam um contínuo entre a proximidade e a distância comunicativa. Eles postulam que as formas comunicativas passam pelos meios gráficos e fônicos de realização. Em contrapartida, essas mesmas formas podem apresentar concepção falada e concepção escrita. A carta de amor, por ser um material escrito e apresentar traços de oralidade, possui meio de realização gráfico e concepção falada. Ela fica situada na proximidade comunicativa, o que pode favorecer a ocorrência do fenômeno da variação linguística. Além disso, esse subgênero possibilita a ocorrência da segunda pessoa do singular, por se tratar

de uma interação entre um casal. Por fim, a carta de amor foi escolhida para nossa investigação, porque foi um material que sobreviveu ‘por sorte’ nos acervos familiares.

### 3.2 A descrição do *corpus*

Essa pesquisa tem por base as orientações teórico-metodológicas da sociolinguística histórica e variacionista. Isso significa que assumimos uma abordagem em que é possível analisar as expressões de tratamentos considerando os fatores internos do processo de variação e mudança linguística e as condições de produções das missivas, tais como: a finalidade comunicativa, a temática e a estrutura composicional e o período em que foram produzidos os textos analisados, CONDE SILVESTRE (2007). Para isso, adotamos os seguintes procedimentos que podem nos ajudar a mapear e analisar as formas pronominais de 2P nas cartas pernambucanas:

1. coleta de textos em acervos públicos e familiares de textos manuscritos;
2. edição e transcrição de um *corpus* mínimo para análise, seguindo as regras semidiplomáticas;
3. identificação dos contextos morfossintáticos e sociolinguísticos das formas de tratamento;
4. quantificação das formas de tratamento e seus subsistemas, levando em consideração as ocorrências na posição sintática de sujeito e dativo.

As cartas coletadas são do subgênero cartas de amor datadas a partir do fim da primeira metade e do início da segunda metade



do século XIX, pertencentes aos arquivos pessoais de famílias do sertão pernambucano. Para a transcrição das missivas, foram adotadas as normas diplomático-interpretativas de transcrição do Projeto Para a História do Português Brasileiro. Para este estudo, identificamos e analisamos apenas as formas pronominais dativas que fazem referência ao interlocutor. Os dados apresentados aqui são referentes às 138 cartas de amor, das décadas de 50 e 70 do século XX de dois casais não ilustres, residentes na zona rural do sertão pernambucano, no sítio Brejinho, localizado na cidade de Triunfo-PE. O quadro, a seguir, ilustra como o nosso *corpus* foi organizado:

Quadro 1: Organização do *corpus*

Casais	Missivista masculino/ número de cartas	Missivista feminina/ número de cartas	Total	Período
Casal I	21	1	22	1956-1958
Casal II	55	62	117	1972-1977

Fonte: elaboração própria.

As cartas dos anos 50, foram trocadas por um casal, que chamamos de casal 1, sendo a maioria das cartas escritas pelo missivista masculino R.S. Segundo informações coletadas no âmbito a pesquisa, o missivista das cartas nasceu em 1935, na comunidade rural do sítio Brejinho, em Triunfo-PE. O autor ditava as cartas para que seus amigos a transcrevessem fielmente, já que não frequentou a escola regular. Para esse missivista, estamos considerando as cartas centradas numa escrita delegada, já que foram redigidas por um terceiro interlocutor. Apenas a carta escrita pela mulher foi do próprio punho, uma vez que ela foi alfabetizada e letrada por uma “professora” que dava aulas em casa.

Em relação às cartas dos anos 70, do casal 2, só foi realizada até agora a análise de 62 cartas femininas enviadas para o noivo. Sobre a autora da carta, sabe-se que nasceu no dia 25 de outubro de 1952, na zona rural do município de Triunfo, interior do Estado de Pernambuco. Teve formação superior (1997) em Biologia com complementação em Matemática.

Os resultados ora apresentados são referentes ao processamento de 23 cartas da década de 50 e 62 cartas da década de 70. As variáveis analisadas foram as estratégias de complementação verbal na função dativa de segunda pessoa (*te, lbe, a/para ti, a/para você, prep. + você, zero*) em relação ao sujeito empregado (*tu, você* ou *tu-você*). Essas variáveis foram selecionadas porque acreditamos, assim como Lopes *et al.* (2018), que a implementação do *você* como estratégia de referência ao interlocutor fez surgir um novo paradigma supletivo que engloba formas do paradigma de segunda e terceira pessoa.

Feitas as considerações metodológicas relevantes ao tema investigado, partimos agora, para uma apreciação sumária dos resultados obtidos.

#### **4 AS FORMAS DATIVAS NAS CARTAS AMOROSAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO: O QUE SE TEM EVIDENCIADO?**

Optamos por observar primeiramente a variação entre *você* e *tu* na posição de sujeito, levando em consideração a presença uniforme ou não do tratamento empregado nas cartas sertanejas pernambucanas. Para isso, recorreremos ao estudo de Ataíde e Lima (2018) e Lima (2018) em que os autores identificam as ocorrências

da variável dependente *tu* e *você* na função sintática de sujeito. No cômputo geral, os autores constataram que houve aproximadamente 727 (100%) ocorrências das formas de tratamento *tu* e *você* e que, desse percentual, 78% (569) das ocorrências foram relativas à forma do *você* e 22% (158) à forma do *tu*. A tabela 2 reúne dados da amostra descrita das formas de tratamentos no *corpus* a partir de frequência de uso.

Tabela 2: Ocorrências Gerais das formas de tratamento das décadas de 1950 e 1970

Formas de tratamento na posição de sujeito	Ocorrências	%
TU	158/727	22%
VOCE	569/727	78%
<b>Total:</b>	<b>727</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ataíde e Lima (2018).

Para analisar as estratégias das formas dativas, elencamos a posição de sujeito como um fator de análise com o intuito de sabermos se o emprego do *tu* ou *você* influencia a escolha dos clíticos *te*, *lhe*, *a/para ti*, *a/para você*, *prep.+ você*, *zero*. Dessa forma, foi possível classificamos as cartas a partir do seu sistema de tratamento predominante a partir da proposta de Pereira (2016) e Gomes e Lopes (2014). Para essa taxinomia das correspondências, identificamos as cartas em que o sujeito é *tu* (exclusivo), *você* (exclusivo) ou *tu~você*. Controlamos se a presença de uma ou outra forma ocorria de maneira exclusiva na carta ou se havia a presença das duas estratégias (*tu* e *você*) em variação no mesmo documento. Isso permitiu a classificação das cartas em três categorias quanto à ocorrência

da forma tratamental. Assim, rotulamos de carta “*você*-exclusivo” as missivas em que o remetente empregava apenas *você* na posição de sujeito (a); carta “*tu*-exclusivo” as que o remetente empregava apenas *tu* na posição de sujeito (b); e, por fim, carta de mistura “*tu* ~ *você*” quando remetente empregava as duas formas na mesma carta na posição de sujeito como variação dos paradigmas de 2P e 3P (c).

1. Levo á**seu** conhecimento que recebi sua carta que veio metraser uma grande surpresa porque **você** sendo noiva eu pensava que **você** tinha se (você) esquecido de mim eu **lhe** digo que não esquecerei **você** nunca pois o amor é o mesmo. (CA\_M\_3\_1956).
2. Maria mais uma vez eu quero que **te** amo com toda lealdade no meu coração nã há mais vaga para outra só **tú** unicamente **tú** és a dona do meu coração só **a ti** consagrei todo o meu amor por você enfrentarei todo qualquer sacrifício, tem paciencia e espera por mim que só assim nós poderemos um dia realizar os nossos sonhos. Aqui termino com um adeus (celito) cheio saudades. Amo-**te** de verdade. R. S. (CA\_M\_19\_SD).
3. Maria eu observei nas palavras que **mandastes** dizer na carta que **tu** ainda duvidas do meu amor mas **você** não tem rasão de assim se expressar porque eu **lhe** amo com toda sinceridade e para mim, digo sem hipocrisia só existe **você** não tem outra môça. (CA\_M\_21\_SD)

Em (4), o missivista inicia a carta informando que recebera a missiva anterior da interlocutora. Ele se mostra surpreso, uma vez que a remetente estava noiva de outra pessoa, mas nada impediria

que ele a amasse. Nesse trecho, notamos a presença do paradigma de terceira pessoa, não somente na função nominativa (*você*), mas também na dativa (*lhe* digo), genitiva (*seu* conhecimento) e acusativa (esquecerei *você*). No excerto (5), o missivista apela para que a sua interlocutora tenha paciência e aguarde um tempo para que possam ficar juntos. O uso do pronome *tu* repetidamente revela o apelo do remetente e a intenção de destacar quem, de fato, ele ama. O imperativo, expresso por verbos do paradigma pronominal de segunda pessoa, mantém a uniformidade tratamental na função nominativa. No final do manuscrito, o amante se despede com uma construção frequente em suas cartas: amo-te de verdade. A construção “te + verbo amar + de verdade” parece demonstrar que a amada ainda tem dúvidas quanto ao amor que o missivista dedica a ela; e, em (6), percebemos o uso dos sujeitos *tu* e *você* e o paradigma de concordância com 2P e 3P do singular. Há também o único dado de *lhe* com o verbo amar na primeira pessoa.

Quanto à relação entre o sujeito e às formas do dativo que fazem referência ao interlocutor, identificamos os seguintes resultados das cinco estratégias para expressar a função dativa: *te*, *lhe*, *a/para ti*, *a/para você/* e *prep./você*. Apesar de o português ter forte inclinação ao apagamento do clítico, não houve incidência da estratégia zero dativo.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos complementos dativos tendo em vista o controle da presença uniforme, ou não, do tratamento de segunda pessoa empregado na posição de sujeito nas cartas da década de 50.

Tabela 3: Distribuição dos complementos dativos e tratamento na posição de sujeito em cartas amorosas do sertão pernambucano na década de 50

Simetria do tratamento (sujeito)		Formas dativas de segunda pessoa					
		te	lhe	a/para ti	a/para você	Prep. + você	∅
PE	<i>Tu</i>	4/9	4/9	1/9	-	-	-
	(Exclusivo)	44%	44%	12%			
	<i>Você</i>	2/9	4/9	-	1/9	2/9	-
	(Exclusivo)	22%	44%		12%	22%	
	<i>Tu~Você</i>	2/6	2/6	1/6	-	1/6	-
	(Misto)	33%	33%	17%		17%	
<b>Total</b>		8/24	10/24	2/24	1/24	3/24	
		33%	42%	9%	4%	12%	

Fonte: elaboração própria.

Em termos da totalidade dos dados apresentada na tabela 3, verificamos o emprego predominante do clítico *lhe* (42%), seguido do clítico *te* com média de (33%) de ocorrências. As formas preposicionadas apresentaram taxas abaixo de 15%: *para você* (12%), *preposição + ti* (9%) e *a você* (4%). Os resultados revelaram o predomínio das formas clíticas *lhe* e *te* no dativo como observado por Lopes, Rumeu e Carneiro (2013) e Gomes e Lopes (2014) para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia e Pernambuco, respectivamente. Diferentemente do que se viu nos resultados apontados por Gomes e Lopes (2014), em que *lhe* foi preponderante com mais de 70% de frequência de uso nas cartas de pessoas ilustres de Pernambuco,

este clítico, embora com a maior frequência identificada na tabela 3 (42%), apresentou índice bastante próximo da segunda estratégia *te* com 33%.

O que pode explicar a diferença entre os dados do litoral e do sertão do estado é a natureza do *corpus*, tal qual a dos seus escreventes. As cartas do sertão pernambucano são apenas do subgênero cartas de amor e escritas por pessoas não-ilustres, o oposto acontece nas cartas do litoral, pois são cartas de diferentes subgêneros, incluindo cartas familiares e de amigos e seus escreventes são pessoas ilustres.

Ao fazer a leitura dos contextos sociopragmáticos, observamos que nos dados onde se empregam o *tu*-exclusivo e onde as estratégias na posição de sujeito variam entre *tu*~*você*, os clíticos *te* e *lhe* apresentam os mesmos percentuais 44% e 33% respectivamente. Já onde o sujeito é preenchido com o *você*-exclusivo, há um uso maior da estratégia de terceira pessoa *lhe* com 44% em relação a *te* com 22%. Os excertos abaixo exemplificam alguns contextos de ocorrência de dativos mais produtivos nas cartas, *te* (7 e 8); *lhe* (9 e 10) nas cartas analisadas:

1. Sendo hoje para mim, momentos de jubilo ao pegar na minha atrasada pena para **dar-tes** ais minhas noticia e ao mesmo tempo conresponder a tua amavel cartinha, na qual veio me trazer grande alegria e deixar saudades. (C1\_F\_SD\_1)
2. Olhe ahí vai um postal que é o retrato perfeito do nosso amor e representa a vida de esperança que nós vivemos recebe Maria este postal como um presente que o meu coração **te** envia. (C1\_M\_1957\_10)

3. Maria o que **lhe contaram** de mim é uma desvalada mentira porque no meu coração não há mais vaga para outra o vacuo que tinha no meu coração tú foi capaz de preencher; tú somente és a dona do meu coração emerecedõra do meu amor porque eu te amo com toda sinceridade. (C1\_M\_1956\_4)
4. Envio-**lhe** a presente para comunicar o seguinte fim. – Sim! Maria, eu fiquei muito satisfeito em você ter me avizado que seus pais não consente essa nossa amizade, se tinham e avisado á mais tempo tinha evitado e de agora por diante evita de eu frequentar sua casa. (C1\_M\_1956\_5)

Nesses contextos da década de 50, observamos que o paradigma pronominal de 2ª pessoa na função dativa apresenta uma incorporação de formas pronominais de 3ª pessoa (*lhe e estratégias preposicionadas*). Os dados obtidos, nesta etapa, serão confrontados com os da década de 70, a fim de se observar a persistência (ou não) da variação do paradigma pronominal de 2ª pessoa, uma vez que se constatou na análise da posição sintática de sujeito, que, embora o *tu* e o *você* apresentassem ocorrências bem próximas na década de 50, na de 70, por outro lado, o *você* suplantou o *tu*. Na sequência, expomos os dados das cartas dos anos 70.

Quanto à relação entre o sujeito e o dativo que fazem referência ao interlocutor, os dados relevam a produtividade do clítico *te* (53%) o que demonstra uma resistência do paradigma de *tu*. Diferentemente dos dados primeira metade do século (1950), no período que compreende a década de 1970, houve maior incidência da estratégia das estratégias *lhe* (35%) e zero dativo (10%). Os dados estão dispostos na tabela 4 a seguir.



Tabela 4: Complementos dativos e tratamento na posição de sujeito em cartas amorosas do sertão pernambucano na década de 70

Simetria do tratamento (sujeito)		Formas dativas de segunda pessoa					
		te	lhe	a/para ti	a/para você	prep+ você	∅
PE	<i>Tu</i> (Exclusivo)	20/22 90%	1/22 5%	-	-	-	1/22 5%
	<i>Você</i> (Exclusivo)	1/24 4%	19/24 79%	1/24 4%	-	-	3/24 12%
	<i>Tu~Você</i> (Misto)	24/40 60%	10/40 25%	-	1/40 2%	-	5/40 12%
<b>Total</b>		45/86 53%	30/86 35%	1/86 1%	1/86 1%	-	9/86 10%

Fonte: elaboração própria.

Ao analisarmos as cartas a partir da predominância das formas de tratamento na função sujeito na década de 1970, constata-se que o dativo *te* se configura como a estratégia mais produtiva em cartas com o uso de *tu*-exclusivo e nos contextos que os pronomes sujeitos variam, sendo 90% e 60% respectivamente. Nos contextos onde o *você* é empregado como estratégia exclusiva, o clítico mais produtivo é o *lhe* com 79% de frequência de uso, contra as outras estratégias. Não registramos, ocorrência das formas *a /para ti*, *a /para você* e *prep. você* em cartas com uso exclusivo de *tu*, em cartas com exclusivo de *você* e em cartas com a presença dos dois pronomes houve maior variação de dativos. Os excertos abaixo exempli-

ficam alguns contextos de ocorrência do acusativo *te* (11), *lhe* (12) e  $\emptyset$  (13), nas cartas analisadas:

1. Não suportando as saudades que me sufocam dia após dia; fui obrigada a enviar-**te** esta cartinha, com objetivo de levar-**te** minhas notícias, mesmo sem ter a mínima idéia que sintas alegria em recebê-las. (C2\_F\_1973\_9)
2. Apesar de ter mandado você decidir-se, resolvi enviar-**lhe** esta, que tem como objetivo saber como você vai com seus dentes. (C2\_F\_1972\_3)
3. Estou **enviando** esta simples lembrancinha não sei se irás gostar. Só foi o que encontrei de melhor. (C2\_F\_1977\_58)

Diferentemente do observado no *corpus* de cartas escritas por pernambucanos ilustres (GOMES e LOPES, 2014), em que prevalecia o *lhe* com 70% de frequência de uso, nas nossas cartas denominadas mistas (você/tu), escritas por pernambucanos não ilustres, o clítico *te* (60%) como estratégia de dativo de 2P se mostrou mais predominante do que *lhe* (35%). Embora com poucas ocorrências, foram registradas também variações das estratégias de dativo nesse tipo de correspondência: a estratégia zero ( $\emptyset$ ), a terceira maior evidência com (12%) de frequência, e *a/para você* com apenas (1%) do total dos dados.

Em síntese, mesmo que ainda sejam preliminares, nossos resultados da representação dativa nas cartas amorosas pernambucanas escritas por missivistas não ilustre apontaram para um comportamento ora semelhante, ora diferenciado entre as localidades

Recife<sup>2</sup> e Triunfo: (i) os clíticos *lhe* e *tesão* as formas mais usada para fazer referência à segunda pessoa apenas em cartas em que o você ocupa a posição de sujeito; (ii) o *te* é mais frequente em cartas onde o *tu* é usado como estratégia exclusiva e também onde ocorre variação nas formas de tratamento *tu/você*; (iii) em cartas em que os pronomes na posição de sujeito sofrem variação, o subsistema também é bem misto; e (iv) a não realização dos dativos que aparece de forma considerável a partir dos anos 70 nas cartas do interior.

## 5 ALGUMAS CONCLUSÕES PARA POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS

Como discutido por LOPES; MARCOTULIO; LUCENA; OLIVEIRA; SOUZA (2018) a implementação do *você* no paradigma pronominal de segunda pessoa provocou alterações sintáticas não somente na posição de sujeito, mas também na de objeto. A chamada uniformidade de tratamento prescrita pela gramática normativa, na qual o *tu* deveria aparecer coindexado somente com

---

2 A pesquisa de Gomes e Lopes (2014) apresenta resultados quantitativos sobre o comportamento dos pronomes de 2ª pessoa na posição de sujeito e na de complemento verbal. A análise baseia-se numa amostra constituída por cartas escritas em Pernambuco, na capital Recife, em fins do século XIX e início do século XX (1869-1969) por personalidades ilustres. Os resultados evidenciaram (i) o predomínio do padrão você-exclusivo na amostra; (ii) a variação das formas de complemento verbal como reflexo da mudança na posição de sujeito causada pela implementação de você no paradigma pronominal do PB; (iii) na posição de acusativo, o clítico o-a foi a forma mais produtiva nas cartas de você-exclusivo por conta do perfil erudito do remetente e pela natureza do texto; (iv) em posição dativa e oblíqua, também houve uma correlação entre os complementos e as formas usadas na posição de sujeito: o dativo *lhe* foi mais produtivo e os sintagmas preposicionados com você também predominaram.

formas de segunda pessoa – já que ele é o pronome original dessa categoria – e *você* deveria aparecer apenas com formas de terceira pessoa, já que ele deriva de uma forma de base nominal, não é atendida nas cartas de amor escritas por missivistas não-ilustres.

Os resultados, ainda que parciais de nosso processo de investigação, parecem constatar que as formas de complemento dativo, no *corpus* do sertão de Pernambuco entre as décadas de 1950 a 1970, acompanharam o pronome de tratamento utilizado na posição de sujeito com pronome exclusivo. No entanto, mesmo com poucos dados, a mistura dos tratamentos *tu* e *você* como sujeito sinalizou inclusive mistura nos complementos. Pudemos notar que, na década de 50, o clítico *te* e *lhe* estavam em equilíbrio, sendo *lhe* mais usado apenas quando o *você* foi empregado como estratégia exclusiva. Na década de 70, o clítico *te* é a estratégia mais produtiva em cartas com o uso exclusivo de *tu* e onde os pronomes variam *tu~você*, o que pode ser explicado pelo perfil social da escrevente que possui formação superior e atuou como professora. Os dados dos anos 70 mostram uma resistência do clítico *te* uma vez que o *você* é a forma preferida para segunda pessoa na posição de sujeito.

Cabe-nos agora continuar e ampliar as análises dos dados sobre as cartas amorosas do sertão pernambucano.

## REFERÊNCIAS

ATAÍDE, C., & LIMA, T. A variação diatópica dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor do sertão pernambucano do século XX. *LaborHistórico*, 4(2), 2018, p. 92-103.

BERLINCK, Roseane de Andrade. **The Portuguese Dative**. In: W. Van Belle e W. Van Langendonck (Orgs. 1996: 119-151).

BERLINCK, Roseane de Andrade. **O objeto indireto no português brasileiro: um estudo diacrônico**. In: G. Massini-Cagliari *et al.* Orgs. 2005: 123-139.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, Thomas Albert (Ed.). **Style in Language**. Cambridge: Massachusetts, The MIT Press, 1960. p. 253-276.

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística histórica**. Madrid: Editorial Gregos, 2007.

FARACO, Carlos A. **O tratamento você em português: uma abordagem histórica**. 13. ED. Curitiba: UFPR, 1996, p. 51-82

FREIRE, Gilson Costa. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Christina Abreu. **Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro**. In: M. C. Paiva; M. E. L. Duarte. (Orgs), 2003, p. 81-96.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo. Parábola Editorial, 2008.

LABOV, Willian. **Principles of linguistics change: internal factors**. v. 1. Cambridge: Blackwell, 1994.

LIMA, Tallys Júlio Souza. “**Maria eu observei nas palavras que mandastes dizer na carta que tu ainda duvidas do meu amor, mas você não tem razão de assim se expressar**”: a variação dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor rurais do sertão pernambucano.

Trabalho de conclusão de curso. Pernambuco: Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2018.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Oralidade y escrituralidad a luz de la Teoría del Lenguaje. *In*: \_\_\_\_\_. **Lengua Hablada en La Romania**: español, francés, italiano. Madrid; Editorial Gredos. 2006. p. 20-42.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clíticote. **Revista Linguística**, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011.

LOPES, C. R. dos S.; SOUZA, J. P. F. Os caminhos trilhados por você... em cartas cariocas (século XIX-XX). *In*: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. **ROSAE**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EUFBA, v. 1, 2012. p. 171-190. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-14.pdf>.

LOPES, C. R. DOS S.; RUMEU, M. C. DE B.; CARNEIRO, Z. DE O. N. A configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. **Revista do GELNE**, v. 15, n. 1/2, p. 191-216, 16 mar. 2013.

GOMES, V.S.; LOPES, C.R. dos S. Variação entre as formas dos paradigmas tu-você em cartas pernambucanas dos séculos XIX e XX. **Revista do Gelne**: UFRN, 2014.

LOPES, C. R.; MARCOTULIO, L. L.; LUCENA, R.; OLIVEIRA, T. L.; SOUZA, C. D. A Reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais. *In*: CASTILHO, A. T. (Org.). **História do português brasileiro**: mudanças sintáticas das classes de palavras: perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2018. p. 24-141.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, M., Andrade, A., Moura, K., Lacerda, M., GOMES, V., & CARNEIRO, Z. Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. *LaborHistórico*, 1(1), 2016, p. 26-48.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

PEREIRA, Rachel de Oliveira. **O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2016.

ROSA, E. **Sociolinguística Histórica**. Revista de Letras – v. 17, n. 21, jul./dez. – UTFPR – CURITIBA, 2015.

SILVA, Antônia Caroline Alves da. **As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão pernambucano: entre variação e tradição discursiva**. Trabalho de conclusão de curso. Pernambuco: Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2019.

SOUZA, J. P. F. de. **Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

# CAPÍTULO 4

## PRONOMES DEMONSTRATIVOS: uma (re)visão pancrônica

*Cláudia S. Oliveira*  
*Denilson P. de Matos*

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar as características sintáticas e semântico-discursivas dos pronomes demonstrativos, numa perspectiva pancrônica. Nesse sentido, nosso estudo focaliza os usos desses pronomes, respaldados por fontes do greco-latino e do português, em diferentes etapas dos estudos gramaticais. Tal empreendimento, busca subsídios teóricos em estudiosos da Linguística Funcional, de abordagem mais clássica (LFC).

Assim, esboçar o processo de classificação das palavras do discurso, numa perspectiva pancrônica, no que tange, especificamente, à classificação e comportamento dos usos dos pronomes demonstrativos (suas funções semântico-discursivas) constitui o ponto de partida à compreensão dos fatos linguísticos e à sistematização dos pronomes nas gramáticas.

Como uma categoria de especial interesse para estudos acadêmicos, os demonstrativos em línguas românicas têm complexidade singular, cujo sistema está continuamente passando por rees-



truturações desde sua matriz latina. Cambraia (2009) destaca os estudos de Diessel (1999) e Dixon (2003), para os quais esses pronomes constituem categoriais universais e primitivas. Neste sentido, a constituição dos demonstrativos não adviria de um processo de gramaticalização de formas lexicais, ou seja, desde os primórdios já se apresentam como tal. Chega-se a defender que a função dêitica seja primitiva e as demais (fóricas: anáfora e catáfora) derivam desta (CAMBRAIA, 2010).

Formando uma classe particular ou compondo uma subcategoria dos substantivos, dos adjetivos ou dos pronomes, os demonstrativos são descritos com especial atenção às suas funções “ostensivas” (de ostensão), de “apontar”, de “mostrar” para algo, em termos de localização espacial (*déixis*), temporal e discursiva (*forésis*). No entanto, considerando os usos em situações reais de comunicação, observamos que esses pronomes assumem outras funções, bem mais pragmáticas.

Portanto, com o objetivo de analisar os usos dos pronomes demonstrativos e compreender os estudos de suas funções e de sua sistematicidade em termos sintático e semântico-discursivo, revisamos algumas obras consagradas, sobre a categoria, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Obras revisadas

Tradição greco-latina	<i>Techné grammatiké</i> , de DIONÍSIO DA TRÁCIA (2005[ca. 100 a.C.]
	<i>Da sintaxe e Do Pronome</i> , de APOLÔNIO DÍSCOLO (2005 [séc. II d.c.]
	<i>Institutiones grammatica e, Institutio de nomine et pronomine et uerbo</i> <sup>1</sup> , de PRISCIANO DE CESAREIA (500 d.C))
Período contemporâneo	<i>Grammaticaphilosophica da lingua portuguesa</i> , JERÔNIMO SOARES BARBOSA (1822)
	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> , ROCHA LIMA (2001 [1972
	<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> , CUNHA; CINTRA (1985)
	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , EVANILDO BECHARA (2009)
	CARDOSO, 1994; ANDRADE, 1999; DIESEL, 1999, 2012, 2019; MATTOS e SILVA, 2006; KERBRAT-ORECCHIONI, 2009; CAMBRAIA, 2010; SILVA (2018).

Fonte: elaboração própria.

## 2 A TRADIÇÃO GRECO-LATINA

As primeiras reflexões na sistematicidade das línguas remontam à Antiguidade Clássica, com os gregos, primeiro, porque representam a base da constituição das gramáticas latinas e neolatinas; e, segundo, porque sua importância excede pela qualidade e influên-

1 institutio, -onis (f): instrução, ensino, educação; método, sistema, doutrina, escola, seita. (FARIA, 1958).

cia que exerceu e exerce nos estudos linguísticos em toda a história da humanidade; e manifestam a preocupação pela taxinomia das línguas.

Iniciemos nossa reflexão com a valiosa contribuição de Dionísio de Trácia (séc. I/II a.C.), gramático grego, de Alexandria, que deixou sua obra *techné grammatiké*, a primeira gramática do ocidente, com foco na fonética e na morfologia da língua grega. A obra compõe-se de 20 parágrafos, a saber, *Da gramática; Da leitura; Do acento; Da pontuação; Da rapsódia; Do elemento; Da sílaba; Da sílaba longa; Da sílaba breve; Da sílaba comum; Da palavra; Do nome; Do verbo; Da conjunção; Do participio; Do artigo; Do pronome; Da preposição; Do advérbio; Da conjunção*. Dionísio afasta-se da composição filológica, como se fazia crer na divisão das seis partes iniciais de sua obra, e se direciona para “uma delimitação de campo para a gramática”. (NEVES, 2005, p. 53).

Com relação ao tratamento do pronome, Dionísio o define como “a palavra usada no lugar do nome, indicativa de referência pessoal definida” (§17). Segundo Neves (1993), esta definição proposta por Dionísio, realça a “indicação”, atrelada a ideia de que o pronome se emprega no lugar do nome. A autora ressalta ainda que essa ideia está imbuída no termo que Dionísio cunha a essa categoria –*αντωνυμια* (*antonymía*) – que significa pronome na tradução do grego ao latim. Dionísio apresenta apenas os pessoais e os possessivos, inserindo-o sem duas espécies: os primitivos e os derivados, respectivamente. Também lhes denomina bipessoais (*diprósopoi*), porque trazem a ideia de possuidor e de possuído. Os primitivos não distinguem o gênero pela forma sonora, apenas pela própria indicação, pela *déixis* (§22). As figuras são duas – pronome simples e composto,

inserindo-os na espécie dos primitivos. Embora Dionísio não tratasse *Da sintaxe*, o uso dos pronomes primitivos era comum sem artigos (asýnarthroi) e dos derivados, com artigo (sýnarthroi).

Steinthal (1891, p. 311), *apud* Neves (2005, p. 92), observa que Dionísio não determina aos pronomes demonstrativos um lugar específico dentro da classificação das vinte e quatro espécies dos nomes, e lança dúvida de que esta classificação seja de autoria de Dionísio. Já para Egger (1854, p.112), o gramático grego incluiu em uma mesma classe pronome e artigo, identificando o pronome como árthrondeíktikon, “artigo demonstrativo”, embora mantivesse suas definições separadas, reforçando a noção de ostensividade dos pronomes.

O gramático grego, desta forma, aproxima o que ele chama de ‘artigo posposto’ (ou o relativo) aos pronomes demonstrativos, uma vez que estes deram origem aos artigos pré e posposto ao nome, por ele mencionados, identificando os demonstrativos com os termos que acompanham os nomes, apontando e marcando algo que “está à vista”, evidenciando claramente sua função adnominal. Esta visão de Dionísio vai ser discutida e ampliada posteriormente por gramáticos como Apolônio Díscolo (séc II a.C), de Alexandria, importante gramático do império romano.

Quando trata especificamente do pronome de ‘terceira pessoa, Apolônio Díscolo chama a atenção ao fato de que, no seu uso, não constitui apenas a substituição do nome, pois o pronome remete também à anáfora, ou seja, à menção de um termo anterior, “razão pela qual ele se emprega não em substituição ao nome puro e simples, mas no lugar do nome com artigo (*Da sintaxe* I, 25 e 11, 9)” (NEVES, 2002, p. 73).

Segundo Neves (2005), Apolônio Díscolo compreende que “todo pronome é demonstrativo, dêitico (deiktiké) ou relativo, anafórico (anaphoriké)”. Para ele, são dêiticos os de primeira e de segunda pessoas; são demonstrativos e relativos os de terceira pessoa (*Do pronome*, p.10; *Da sintaxe*, II, 8; II, 11). Nesse sentido, Apolônio Díscolo ressalta uma dupla função: a de “marcar algo que está à vista”, a *déixis* propriamente dita; e a do uso de uma *déixis* mental, que constitui, na verdade, uma anáfora (*Da sintaxe* 11, 11-12). Assim, considerando a anáfora uma das propriedades mais características dos artigos, que são também demonstrativos, Apolônio dá ênfase à noção de relação – anaphorá – que consiste em apontar para um referente já mencionado no texto (*Da sintaxe*, I, 43). Neves (2005, p. 75) observa que esse processo de referenciação ocorre de várias maneiras:

1. o nome é empregado por excelência; por exemplo: *este é o gramático* (isto é, o melhor no gênero); 2. o artigo exprime posse individual; assim se se disser *escravo teu faz isto*, entende-se que se trata de muitos escravos; se se puser artigo antes de *escravo*, entende-se que é um só; 3. o artigo exprime uma relação pura e simples com a noção preconcebida; por exemplo: *o gramático te procurava*; 4. o artigo, mesmo que pareça indeterminado, liga-se por antecipação a uma certa pessoa; assim, quando dizemos que *o assassino do tirano seja honrado*, o artigo menciona uma certa pessoa, mas em vista do tempo futuro (Apolônio Díscolo, *Da sintaxe*, I, 43-4).

Pinho (2012, p. 208), estudando o uso do pronome, na transição do Latim Clássico ao Latim Vulgar, verifica que os pronomes pessoais foram formados por meio do “desenvolvimento de um pronome de terceira pessoa, a partir dos demonstrativos *ipse* e *ille*, os quais geraram os sistemas pronominais das línguas românicas”.

Ilari (2004), por sua vez, destaca que a distinção de pessoa que se expressava no latim clássico pelo uso em oposição de *hic*, *iste* e *ille*, resume-se a *iste*, “reinterpretado como demonstrativo de primeira pessoa”; *ipse*, como demonstrativo de segunda pessoa, deixando de funcionar como indefinido de realce; e *ille*, funcionando como demonstrativo de terceira pessoa.

Maurer Jr (1962) ressalta que “*ille* é aproveitado como pronome pessoal da 3ª pessoa e artigo definido” (p. 182). Nesse sentido, o estudioso encerra sua reflexão, resumindo que o sistema demonstrativo tornou-se “simples e claro”.

Corroborando esta ideia, Ilari (2004, p. 95) explica que a categoria dos demonstrativos estabelece como critério a distinção de proximidade (próximo do falante; próximo do ouvinte e afastado tanto do falante como do ouvinte) para distribuir seus usos. No entanto, o autor esclarece que tal distinção antes expressa no latim clássico pelo uso das formas *hic*, *iste* e *ille*, “passa a ser expressa por *iste* (reinterpretado como demonstrativo de primeira pessoa), *ipse* (que deixa de ser um indefinido de realce, e se torna um demonstrativo de segunda pessoa) e *ille* (demonstrativo de terceira pessoa)”, no latim vulgar. Acrescenta, também, que, no latim vulgar, por meio do uso generalizado, esse pronome ganhou o suporte de ‘partículas de reforço’ – *accu-* ou *eccu-* – equivalentes a *eis*, *aí está*.

Quanto às funções do sistema dêitico dos pronomes demonstrativos na língua latina, Andrade (1999) apresenta o seguinte esquema: a) *hic*, *haec*, *hoc* – função deíctica/fórica; b) *iste*, *ista*, *istud* – função deíctica/fórica; função enfática (negativo); c) *ille*, *illa*, *illud* – função deíctica/fórica; função enfática (positivo).

O autor ressalta que, no latim tardio, o pronome *ille* acabou por substituir completamente o pronome *is*, fórico por excelência, em situações em que este antecede o relativo.

Assim, resumindo a classificação dos pronomes demonstrativos no latim clássico e no latim vulgar, observe-se o Quadro 2.

Quadro 2: Demonstrativos Latinos (Clássico e Vulgar)

	Primeira Pessoa	Segunda Pessoa	Terceira Pessoa
Latim Clássico	<i>Hic</i>	<i>Iste</i>	<i>Ille</i>
Latim Vulgar	<i>Iste</i>	<i>Ipse</i>	<i>Ille</i> <i>is</i> <sup>2</sup> Accu, eccu- <i>ille</i>

Fonte: elaboração própria.

Embora a tradição greco-latina tenha contribuído para reforçar as noções dêiticas e fóricas, bem como, a introdução dos artigos, a partir dos demonstrativos, especialmente em Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia, desconsidera os usos com suas funções discursivo-pragmáticas. Dos gramáticos gregos aos romanos, fica evidente que é da natureza dos demonstrativos “apontar”, “mostrar”, “indicar”, no entanto, os usos dos demonstrativos têm revelado funções mais discursivas, mais pragmáticas. Vejamos as reflexões que seguem.

2 “Assim, opõe *hic-iste-ille* / *is*, distribuição que nos faz lembrar o esquema de Wackernagel, considerando *is* como o termo marcado, dado que este pronome tem uma função fórica básica, e não possui, pelo menos no latim arcaico e clássico, função dêitica” (ANDRADE, 1999), p. 163).

Analisando o valor dêitico dos demonstrativos, Brugmann (1904) empenhou-se em estudar o emprego dos pronomes no âmbito literário, especialmente no teatro, destacando as funções dramáticas. Nesse sentido, analisando as funções dramáticas de dêiticos e fóricos dos pronomes demonstrativos na comédia de Plauto (séc. III a.C.), Fontán (1965), baseado em Brugman, observa que, além da evidência da *déixis* tripartida – *hic, ille, iste* – Plauto deu ênfase a duas *déixis* locais (do mais próximo ao mais distante). À primeira, designa duas formas: *hic* e *iste* (mais próximo); opondo-se a *ille*, numa clara imitação ao grego (*ode, outos*). Nessa esteira, Pociña Pérez (2007, p. 34-5) analisou efeito dramático dos pronomes adjetivos demonstrativos em sua função dêitica, na comédia de Plauto, *Casina*<sup>3</sup>. No texto, Plauto distingue em um sistema binário o próximo, por meio de *hic* e *iste*, do distante, por meio de *ille*. Dessa maneira, ao utilizar *hic* e *iste*, o comediógrafo latino refere-se às pessoas ou coisas implicadas diretamente na cena, ao passo que relega a *ille* o extra-cênico.

Além disso, Pociña Pérez ressalta o fato de que, de maneira geral, o teatro, tanto a comédia como a tragédia, não possui o dimensionamento de palco, o que leva à preocupação constante de que os espectadores estejam informados a respeito do desenvolvimento da intriga dramática, e o recurso utilizado para suprir esta carência é o emprego dos pronomes. Assim, o autor apresenta os seguintes resultados do levantamento da frequência de usos dos pronomes demonstrativos no *corpus* investigado em *Casina*: *hic, haec, hoc* (variantes gráficas e morfológicas): 104 empregos; *iste, ista, istud*

---

3 Plautus. *Casina. The Casket Comedy. Curculio. Epidicus. The Two Menaechmuses*. Edited and translated by Wolfgang de Melo. Loeb Classical Library 61. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.



(variantes gráficas e morfológicas): 34 empregos; *ille, illa, illud* (variantes gráficas e morfológicas):47 empregos.

Nos versos 404-410 de *Casina*, Plauto presenta, em uma cena, casos diferenciados nos usos dos pronomes *hu(i/n)c, illi(e), isti*(em destaque). Nesta cena, há uma disputa entre dois escravos: Calino, aprovado por Cleóstrata (a esposa); e Olimpion, defendido pretensiosamente pelo amo, o velho Lisidamo (o esposo), pelo interesse da escrava Casina, quem Lisidano quer conquistar:

404. LY. *percide os tu illi odio. age, eequid fit?* CL. *caue obiexis manum.*

405. OL. *compresan palma an porrecta ferio?* LY. *age ut uis.* OL. *em tibi!*

406. CL. *quid tibi istunc tactio est?* OL. *quia Iuppiter iussit meus.*

407. CL. *feri malam, ut ille, rusum.* OL. *perii! pugnis eador, Iuppiter.*

408. LY. *quid tibi tactio hunc fuit?* CH. *quia iussit haec luna mea.*

409. LY. *patiundum est, siquidem me uiuo mea uxor imperium exhibet.*

410. CL. *tam huic loqui lieere oportet quam isti*<sup>4</sup>(grifo nosso)

Lisidamo ordena a Olimpion que ataque a Calino, referindo-se a este com o adjetivo demonstrativo *illi* (v. 404), de acordo com

4 *Caso 404-410: “LISIDAMO (a Olimpión).- Rómpele la cara a ese tío odioso; venga, ¿a qué esperas? CLEÓSTRATA (a Olimpión).- No se te ocurra ponerle la mano encima. / OLIMPIÓN (a Lisidamo). ¿Le doy un puñetazo o una bofetada? LISIDAMO.- Como te parezca. OLIMPIÓN (golpeando a Calino).- ¡Ahí tienes! / CLEÓSTRATA.- ¿Por qué le tocas? OLIMPIÓN.- Porque me lo ha mandado mi Júpiter. / CLEÓSTRATA (a Calino).- Devuélveselo: dale en la mandíbula. OLIMPIÓN.- Me ha matado. (A Lisidamo) ¡Júpiter, me rompen a puñetazos. / LISIDAMO (a Calino) ¿Por qué le has tocado? CALINO.- Porque me lo ha mandado mi Juno. / LISIDAMO.- Hay que aguantarse; todavía no me he muerto, y ya ostenta el mando mi mujer. / CLEÓSTRATA.- Tanto derecho a hablar tiene este (por Calino) como ese (por Olimpión)” (trad. A. Pociña - A. López; en el v. 404, seguimos a Emout atribuyéndole a Cleóstrata *caue obiexis manum*, que Lindsay pone en boca de Lisidamo al igual que el resto del verso).*

a norma, pois presume-se que esteja igualmente distante de ambos. Da mesma maneira, Cleóstrata refere a Olimpion com *ille*, no v. 407; no entanto, quando Cleóstrata se refere a seu defendido, usa *istunc* (v. 406), o mais normativo seria usar a forma *hunc*; assim também procede Lisidamo, em relação ao seu defendido, Olimpion, no v. 407. Por fim, no v. 410, Cleóstrata usa os pronomes seguindo a norma *ego-déixis* e *tu-déixis*, referindo-se por *huic* a Calino, que se encontra ao seu lado e por *isti* a Olimpion, que se encontrava próximo a Lisidamo, a quem lhe faz a pergunta.

Fica claro, nas escolhas das formas demonstrativas nestes versos, que o aspecto da aproximação ou distanciamento espacial extrapola ao aspecto da aproximação e/ou distanciamento por afinidade, que os personagens Cleóstrata e Lisidamo tinham por seus escravos cúmplices, que se manifestava no uso dos pronomes demonstrativos.

Segundo Pociña Pérez (2007), neste caso, “tenemos, pues, un magnífico ejemplo de casi perfecta utilización de los tres demostrativos; lo cual no quiere decir, ni mucho menos, que Plauto emplee el sistema con esta exactitud” (p. 37).

A seguir, apresentamos uma análise da descrição gramatical e dos usos linguísticos dos pronomes demonstrativos nos séculos XIX, XX e XXI, numa perspectiva sincrônica, com especial atenção às funções discursivo-pragmáticas.

### 3 PERÍODO CONTEMPORÂNEO

Os estudos dos pronomes demonstrativos, desenvolvidos nos séculos XIX, XX e XXI, remontam às contribuições de gra-

máticos como Barbosa (1822), Rocha Lima (1994), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009); e linguistas como Cardoso (1994), Andrade (1999), Kerbrat-Orecchioni (2009), Cambraia (2009, 2010), Silva (2018), Diessel (1999, 2012, 2019), entre outros.

Jerônimo Soares Barbosa, em sua *Grammatica philosophica da língua portugueza* (1822), reduz as classes de palavras a 6 (seis), a saber, os *substantivos, adjetivos e o verbo* (variáveis) e *as preposições, as conjunções e as interjeições* (invariáveis).

Segundo o gramático, os nomes adjetivos classificam-se em explicativos, restritivos e determinativos. É nos determinativos que se incluem os *demonstrativos* – “aquelles, que determinão e applicão os nomes appellativos a certos individuos, indicando-os, e mostrando-os pela *Localidade* da sua existencia” (p. 161), os quais se classificam em *puros* – *este, esse e aquele* – aqueles que

mostrão e apontão os objectos presente pelo lugar, menos ou mais distante em que estão, ou no espaço, ou no discurso, ou na ordem dos tempos; e bem assim o lugar e relação que tem por ordem á pessoa que fala, áquella com quem se fala, e á de quem se fala (p. 162);

e *conjunctivos* – *qual, quem, cujo e que* – aqueles que

indicão os objectos pela sua localidade; a sim [*sic*] estes os mostram pela sua antecedência immediata; que por isso os Grammaticos commummente lhes dão o nome de *Relativos*, porque se referem a couza antecedente (p. 164).

Curiosamente, o autor chega a considerar os demonstrativos puros, quando se referem a um antecedente nomeado no discurso, como sendo, ao mesmo tempo, demonstrativos e conjuntivos, função consagrada atualmente aos pronomes relativos (p. 164).

Em Barbosa, a classificação dos pronomes encontra-se mais consolidada e próxima da classificação contemporânea e mais distante da tradição greco-latina, evoluindo notadamente na classificação dos demonstrativos. Nesse sentido, ressalta as funções dêiticas e fóricas.

Para descrever e analisar os usos e funções dos demonstrativos no século XX, partimos do conceito, advindo da gramática tradicional, como palavras que situam os objetos em relação às três pessoas do discurso (Rocha Lima, 1994; Cunha e Cintra, 2001, Bechara, 2009, entre outros), tendo a função de indicar a posição do ser no espaço, no tempo e no discurso. Quanto à posição dos demonstrativos na sentença, os gramáticos são unânimes ao mostrar que a regra geral aponta que o demonstrativo precede normalmente o substantivo que o determina. Isto pode ser verificado no exemplo citado por Rocha Lima (1994, p. 333):

Ex1: *Estes **homens** e estas **mulheres** nasceram para trabalhar.*

(J. Saramago, LC, 327.)

Na Língua Portuguesa, distinguem-se as unidades *este/esta*, que indicam proximidade do objeto situado em relação ao falante e *aquele/aquela*, que indicam seu afastamento do falante. Os elementos *esse/essa* expressam, em princípio, proximidade em relação ao destinatário (Rocha Lima, 1994; Bechara, 2009; Azeredo, 2012).

Estas unidades são denominadas pronomes demonstrativos. Segundo Cunha (2001, p. 328) e Rocha Lima (2011, p. 159-160), os demonstrativos designam as pessoas ou coisas referentes às pessoas gramaticais do discurso, situando-as no tempo e/ou no espaço. Já

Bechara (2009, p. 167) acrescenta que os pronomes demonstrativos, além de apontar a posição dos indivíduos em semelhança às pessoas gramaticais do discurso, expressam proximidade no tempo, no espaço ou no texto.

Segundo Andrade (1999, p. 156), constituem um sistema complexo, “*sujeito a múltiplas variações e interações quer no plano sincrónico quer no plano diacrónico*”. O desafio dos estudiosos, em meio a essa complexidade dos pronomes habitualmente incluídos na classe dos demonstrativos, tem sido de dar-lhes uma sistematicidade.

A demonstratividade, em que se especificam relações espaciais, inclui determinadores de terceira pessoa. No entanto, em sua origem, os demonstrativos constituíam-se *déixis*, cuja função primordial era a de “demonstrar”; “apontar” a coisa ou o referente, e da qual faziam parte os pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas. A partir do século XVIII, os demonstrativos passam por uma reestruturação, o que levou a categoria a contar apenas com as unidades de terceira pessoa *este, esse, aquele (e demais formas)*. Como resultado dessa divisão, a categoria do demonstrativo, que compreendia todos os dêiticos, passa a figurar como uma categoria à parte, composta por “alguns pronomes de 3ª pessoa” (Cardoso, 1994, p. 7), podendo funcionar como *anafóricos*; já os pronomes de 1ª e 2ª pessoas, “os mais dêiticos” ou “os mais demonstrativos” dos pronomes (cf. Sallum, 1983, *apud* Cardoso, 1994), passaram a compor os pronomes pessoais. Segundo Cambraia e Bianchet (2008, p. 17), “dever-se-ia entender a associação dos demonstrativos à categoria de pessoa apenas como consequência do seu valor localizador”, compreendendo que à categoria de pessoa pertencem os pronomes pessoais (reto e oblíquo).

Manuel Said Ali, em sua *Grammática Histórica Portuguesa* (1931), já descrevia dentre as funções dos demonstrativos, as funções de espaço, tempo, com destaque ao “*demonstrativo anphórico*”, relacionando-o à “função de *deictico*, isto é, indicando a situação de pessoas ou cousas e o momento da acção em relação à pessoa que fala” (p. 107). Não difere muito das designações dadas hoje aos demonstrativos, cuja noção de dêiticos está relacionada a uma categoria com indicação de referentes situacionais e de anafóricos, cuja função de retomadas textuais refere-se a termos antecedentes.

A esse respeito, Bechara (2009, p.158) comenta que “a necessidade de avivar a situação dos objetos e pessoas de que trata leva o falante a reforçar os demonstrativos com os advérbios dêiticos *aqui, aí, ali, acolá: este aqui, esse aí, aquele ali ou acolá.*” Nessa esteira, Azeredo (2012) detalha que o uso das formas *este/esse* é preservado na língua escrita, ao passo que, na fala, “esta oposição tende a ser substituída por formas compostas: *esse(a) aqui/esse(a) aí?*” (e flexões). Para identificarmos esse tipo de uso, verifiquemos os registros de fala espontânea, retirados do *Corpus C-Oral Brasil* (RASO e MELLO, 2012), nos exemplos (2) e (3).

Ex2.: “*Tem essa caneta **aqui** também*”.

(C-Oral Brasil, 2012, bfamcv14.txt)

Ex3.: “*eu falei, não, mas essa parte **aí** nu pertence nem eu nem você não / / CAR*”

(C-Oral Brasil, 2012, bfamcv11.txt)

Bechara (2009, p. 141) afirma que o uso dos pronomes demonstrativos “nem sempre” seguem “este rigor gramatical” e que “muitas vezes [eles] interferem em situações especiais que escapam à disciplina da gramática”.

Kerbrat-Orecchioni (1980) afirma que alguns linguistas ampliam a noção de “*déixis*”, incluindo a referência co-textual. Nesse sentido, a autora cita a classificação dos dêiticos proposta por Todorov (1970, p. 10 et 1972, p. 406), o qual distingue, a partir de uma convenção terminológica mais ou menos arbitrária, a *déixis indicial* (situacional) e a *déixis anafórica* (co-textual), (tradução nossa)<sup>5</sup> (p. 39). A autora, ao discorrer sobre a função espaço-temporal dos dêiticos, destaca que estes “devem ser considerados não apenas como unidades de língua e de discurso como qualquer outra unidade linguística, mas muito mais, como o que torna a atividade possível ela própria discursiva”(tradução nossa)<sup>6</sup> (p. 55). Nesta perspectiva, é possível perceber que a referenciação dos demonstrativos acontece a partir da interação entre os sujeitos, quer estejam no contexto linguístico intraoracional, anterior ou posterior à sentença, quer estejam na situação mais imediata, quer sejam apenas pressupostos.

Linguistas como Neves (2000), Castilho (2010), Silva (2018) abordam o demonstrativo a partir da perspectiva dos usos efetivos em situações reais de comunicação. Castilho trata o assunto, levando em conta suas diferentes propriedades gramaticais, semânticas e discursivas. Neves prioriza a fala, a conversação para analisar o funcionamento da língua

---

5 *Déixis indicielle, dêixis anaphorique.*

6 *sont à considérer non seulement comme des unités de langue et de discours au même titre que toute autre unité linguistique, mais bien plus, comme ce qui rend possible l'activité discursive elle-même.*

portuguesa. Discutindo os valores exofóricos e endofóricos do demonstrativo *aquele*, Silva (2018, p. 167) ressalta que é possível verificar, “no uso corrente do Português Brasileiro contemporâneo, além dessas, outras funções também exercidas por esse pronome distintas das registradas na literatura sobre o tema”, com especial atenção às sentenças em que se observam os diferentes usos do *aquele*, os quais evidenciam gradiência no continuum “objetividade – (inter)subjetividade”.

Observemos, na sequência de exemplos em (4), (5), (6), (7), (8) e (9), retirados do *Corpus D&G/Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), narrativa contada, os efeitos discursivos que o pronome demonstrativo *aquele(a)* produz e sua gradiência, considerando os critérios de escala (objetividade > (inter)subjetividade), adotados por Silva (2018).

Ex4: nesse quarto eu tenho a minha cama ... os dois criados mudos ... um guarda-roupa ... uma televisão ... uma rede armada pra eu me deitar de vez em quando ... tem meu banheiro ... né ... que é um banheiro relativamente grande ... com box ... **com aquela pia** ... né ... com armários ... com um pequeno:: um pequeno ... como é que a gente dá o nome ... onde coloca plantas? ... eu sei que eu tenho uma série de plantas ... né ... um pergolado.

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 20)

Ex5: I: não ... num cai mais não ... porque **naquele tempo** era dente de leite né ... ((riso)) agora eu recuperei todinho né ... se eu fosse adulto já aí ... ficava ruim ... ficava todo banguelo ((riso)) é isso aí né?

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 3)



Ex6: **um cemitério** ... aí chamava cemitério maldito ... porque o velho ... o velho tava é:: porque o pai lá da ... das crianças perguntou ao velho lá ... por que **esse cemitério** ali né ... por que se chamava cemitério maldito né ... aí ele foi contar a história né ... era maldito porque antigamente ... é ... tinha ... só existia **aquele cemitério** ali e a casa desse velho ... aí a ... a/ avenida era muito movimentada lá.

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 4)

Ex7: vamo lá ver o cemitério lá que a gente num conhece ... aí quando entraram lá no cemitério né ... aquela fumaça ... **aqueles negócio** lá né ((riso)) de assombração ... aí ... ouvia também gemido e tudo né.

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 6)

Ex8: pra sessenta ou setenta alunos ... um aluno por metro quadrado folgado ... tem é:: tem um quadro negro muito bom ... muito grande que abrange de um lado a outro ... vai de um lado a outro da ... da sala ... tem **aquela parte que os professores ficam ... aquele altarzinho que o ... que os professores ficam em cima** que é:: pra melhorar a visão dos alunos né.

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 10)

Ex9: aí o motorista não deixou passar ... aí ele cortou pela direita e trancou a gente e jogou todo mundo na BR ... aí foi **aquele aperreio** todo né ... eu ... eu perdi logo os sentidos ... eu né ... num ... num me lembrei mais de nada né.

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 2)

Em (4), o demonstrativo remete a um elemento presente na situação comunicativa, remetendo ao elemento concreto “pia”, expressando sua função dêitica, mais objetiva. Em (5), o *aquela* retoma um elemento temporal, mais abstrato. Em (6), o demonstrativo *aquela* remete a um elemento textual, mencionado anteriormente – “um cemitério”, que é retomado em “esse cemitério” e, por fim, em “aquele cemitério”, evidenciando uma gradação do distanciamento do elemento inicialmente mencionado. Em (7), por meio de um termo esvaziado “negócio”, que incorpora aspectos relativos ao universo dos “cemitérios”, como “assombração”, “fumaça”, “gemido” evocando no interlocutor seu conhecimento de mundo sobre o universo do suspense ou terror. Em (8), ocorre o que Silva (2018, p. 186) chama de “recortador conceitual de seu antecedente”. Nessa sentença, o informante, por meio do elemento modificador “que os professores ficam em cima”, restringe o tipo de “parte” (aquela parte) ou “altarzinho” (aquele altarzinho), acionando “a memória conceitual de seu antecedente. Neste caso, o falante especifica o tipo particular de *parte* ou *altarzinho* para que sejam mais facilmente identificados ou reconhecidos. Neste ponto, a reflexão do autor conduz à conclusão de que se trata de uma ocorrência que preconiza o princípio da iconicidade, mais especificamente, o subprincípio da quantidade, em que referente novo > maior quantidade de informação > mais forma. Há a expansão do SN do *aquela* por meio de um modificador, delimitando-o e precisando-o, conceitualmente, tornando-o mais facilmente identificável.

Assim, na escala de gradiência, observada nos exemplos de (4) a (9), levando em conta os critérios de objetividade > (inter)subjetividade; do concreto > abstrato, verificamos que os usos do pronome, em (4), (5) e (6), caracterizam-se por serem mais objetivos e concretos, e, por-

tanto, mais prototípicos; ao passo que, em (7), (8) e (9), tendem a ser mais subjetivos e abstratos, e, portanto, menos prototípicos.

A respeito dessa gradiência, o autor, com base em De Mulder e Carlier (2011), esclarece que

Essa gradiência se mostra numa escala que vai desde os usos mais vinculados à “concretude” referencial expressa pela construção até os casos que são vistos como mais abstratos, voltados para o locutor e relacionados à sua atitude subjetiva e/ou orientados para o interlocutor, estando sujeitos à interpretação pragmática deste e a certas negociações de sentido (Silva, 2018, p. 195)

Diessel (2019), por sua vez, chama a atenção a respeito das relações do pronome demonstrativo com o referente dentro do texto, levando em conta o aspecto da cognição social da “atenção conjunta”. Segundo o linguista,

Para se comunicar, falante e ouvinte devem concentrar suasatenção na mesma experiência, que pode envolver um objeto ou evento nosituação circundante ou um conceito evocado pelo discurso anterior. Dentroconversa face a face, a atenção conjunta é comumente estabelecida por meios de comunicação como olhar, movimento da cabeça e gesto. Departicular importância é o apontamento dêitico - um dispositivo de comunicação universalmente disponível para estabelecer atenção conjunta e que geralmente é acompanhado por demonstrativos ou dêiticos espaciais (p. 26).

Nesse sentido, o autor cita como exemplo a resposta que os bebês dão quando, por volta dos nove meses, começam a seguir “o olhar e os movimentos da cabeça do outro” até que, em torno dos 12 meses, comece a “produzir seus primeiros gestos apontando”. O linguista considera a “atenção conjunta” um aspecto básico da interação social, em que o falante e o ouvinte “precisam alinhar seus conhecimentos e

crenças, ou seja, “numa situação de comunicação, compartilham um *terreno comum*”, que constitui, segundo Clark (1996), “a conscientização dos usuários da língua sobre seu conhecimento compartilhado”, que envolve não somente as informações sobre os elementos da situação de fala, mas também, as relativas ao interlocutor e o conhecimento geral do mundo. Evocando os recursos primitivos de demonstração (gestos, olhares) e seu conhecimento compartilhado da língua com o foco na atenção conjunta, analisemos os exemplos (10) e (11).

Ex10: E: conta que que tem nas salas ...

I: na sala ... tem cadeira ... tem mesa ... tem armário ... tem árvore de natal ... tem:: os piano ... os pianinho que ela bota pra tocar ... tem um bocado de coisa ... na outra sala tem ... árvore ... tem:: é:: armário ... tem:: cadeira ... tem:: um armário bem grande ***desses daqui ((aponta uma estante))*** tem um bocado de coisa ... tem é:: colchão pra dormir ....

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 214)

Ex11: E: Carlos ... você disse que gosta de falar sobre futebol e ... é um tema que você gosta de discutir né? então ... é ... qual a sua opinião é sobre:: o futebol né ... que a seleção brasileira tá apresentando ... a/ ultimamente?

I: é ... bom ... eu acho que ... a culpa não está no ... no ... no ... no ... na comissão técnica ... no ... do futebol apresentado pelo ... no Brasil atualmente né ...eu acho que vem de ... vem de cima né ... se ... se num houvesse ***essa politicagem toda né*** ... que há né ... em torno do ... do ... do futebol ...

(*Corpus D&G/Natal*, 1998, p. 12)

No exemplo (10), o locutor, ao usar o pronome (d) *esses*, acompanhado do locativo *aqui* mais do gesto de “apontar” o móvel, atrai a atenção de seu interlocutor ao objeto – móvel/armário/estante – foco de sua atenção, estabelecendo um “terreno comum” entre ambos. Em (11), o foco de atenção conjunta está na ideia expressa no termo *politicagem*, para o qual o locutor alinha a atenção do seu interlocutor, por meio do pronome *essa*, estabelecendo, não só a concentração da atenção em um mesmo objeto, mas também, no compartilhamento de conhecimentos e crenças. Nesse sentido, locutor e interlocutor compartilham a mesma ideia expressa no termo *politicagem*.

Fica claro que, nesta perspectiva, os pronomes demonstrativos (esse/essa), os elementos (aqui) e os gestos de *apontar* com a mão, como dispositivo físico de demonstração, não têm apenas uma função de *apontar, indicar* ou *mostrar* objetos (*armário/estante*) ou ideias (*politicagem*), mas desempenha um papel importante na interação sociocomunicativa, que vai além do conhecimento compartilhado – *terreno comum* – de “informações sobre a situação de fala física em torno dos interlocutores, mas também também informações básicas sobre o parceiro comunicativo e o conhecimento geral do mundo” (CLARK, 1996, p. 26). Ora, ao trocar informações sobre o armário, o locutor implica o interlocutor e atrai sua atenção que o armário, e não outros móveis mencionados no texto, por meio do pronome, do locativo e do gesto de apontar com a mão; bem como, ao compartilhar informações sobre a *politicagem* no futebol, usando o pronome *essa*, o locutor distancia a atenção do interlocutor de outros temas que envolvam o esporte, como a escolha e atuação dos jogadores, os resultados dos jogos etc.

De especial interesse de nossas pesquisas são os usos de expressões com o pronome demonstrativo *ESSA*, como os exemplos extraídos da internet:

### Entrar nessa!

Ex12: Sabrina Sato começa a introdução alimentar de Zoe e a gente te ajuda a **entrar nessa** sem pirar. A filha da apresentadora vai completar 6 meses.

(PAIS&FILHOS, 2019)<sup>7</sup>

### Essa, não!

Ex13: Faz um mês que fiz uma reclamação da Uber aqui. Não entraram em contato e a “ajuda” que eles oferecem no próprio aplicativo não ajuda nada! Então são duas reclamações. Primeiro, de repente, não consegui mais pagar a corrida com o cartão de crédito. Aparece a mensagem “**Essa não!** Algo deu errado!” Não tem nada de errado com os dados do cartão e todas faturas estão pagas.

(RECLAMEAQUI, 2019)<sup>8</sup>

### Ora, essa!

---

7 Disponível em: <https://paisefilhos.uol.com.br/bebe/sabrina-satocomeca-a-introducao-alimentar-de-zoe-e-a-gente-te-ajuda-a-entrar-nessa-sem-pirar/>. Acesso em: 12/04/2020.

8 Disponível em: [https://www.reclameaqui.com.br/uber/essa-nao-algo-deu-errado\\_aLM2zwAUTev-gZfM/](https://www.reclameaqui.com.br/uber/essa-nao-algo-deu-errado_aLM2zwAUTev-gZfM/). Acesso em: 12/04/2020.

Ex14: O cara tem raízes no Seridó e foi embora faz muito tempo. Era suplente e assumiu o mandato. Pronto! Senador seridoense. **Ora, essa!** O cara não sabe mais nem onde fica Caicó. Nunca mais andou no Seridó.

(BLOGUE ROBSON PIRES, 2015)<sup>9</sup>

### Essa é boa

Ex15: **Essa é boa.** Por onde anda o vereador de Cabedelo, Josemar Cabeleireiro, afastado pelo Gaeco, conta uma história pra lá de estranha e engraçada. Com seu jeito meio amatutado ele diz: É danado, eu que recebi uma mixaria de Leto Viana perdi o mandato de vereador e o prefeito Vitor Hugo, que recebeu muito mais, foi promovido de vereador e a prefeito. Ô Paraíba boa!

(FONTE83, 2019)<sup>10</sup>

As expressões com o pronome *essa*, registradas nos exemplos (12), (13), (14) e (15), revelam usos do pronome que se distanciam de suas funções prototípicas, quais sejam, *apontar/indicar* algo, remeter a um referente explícito próximo. De fato, são expressões que só exprimem seus sentidos em bloco, não isoladamente, tomadas cada uma “como uma única unidade tanto do ponto de vista da produção quanto do processamento” (FURTADO DA CUNHA

9 Disponível em: <https://robsonpiresxerife.com/notas/o-serido-nao-tem-senador-nao-ora-essa/>. Acesso em: 12/04/2020.

10 Disponível em: <https://fonte83.com.br/essa-e-boa-por-onde-anda-um-vereador-de-cabedelo-afastado-pelo-gaeco-Conta-uma-historia-pra-la-de-estranha-e-engracada-com-seu-jeito-meio-amatutado-ele-diz-e-danado-eu-que-recebi-uma-mixaria-de/>. Acesso em: 12/04/2020.

e BISPO, 2019, p. 108) Segundo Neves (2000, p. 508), essas expressões significam, respectivamente *deixar-se envolver*, *não aceito isso* (marca discordância veemente); *onde se viu isso* (marca rejeição com espanto); *o que está em questão/o que foi feito ou dito é espantoso* (marca crítica com espanto).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, é possível observar que, da tradição latina ao período contemporâneo, a descrição gramatical dos pronomes demonstrativo aponta na direção das funções dêiticas e fórica (anáfora e catáfora), bem como, da relação dos demonstrativos com as pessoas do discurso.

Quanto à perspectiva linguística sobre o tema, vários estudos, observando os usos das línguas ao redor do mundo, em situações reais de comunicação, constataram que os usuários da língua imprimem aos pronomes demonstrativos novas funções que atendam às pressões sociocomunicativas e satisfaçam as intenções dos interlocutores na interação social. No português falado no Brasil, não é diferente. Assim, destacam-se as expressões formadas com o pronome *essa*, nas quais, sequencias de unidades se juntam para formar unidades mais complexas, e cujos sentidos são apreendidos a partir do conjunto, não das partes em separado. O valor dêítico ou fórico, neste caso, dilui-se, revelando uma função mais discursiva, para atender a uma função pragmática.

Novos usos e funções dos demonstrativos impulsionam novas pesquisas, que apresentam uma proposta de análise e interpretação dos fenômenos, levando em consideração os usos reais de comunicação.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. Demonstrativos e [ana]fóricos em Latim. **Ágora**. Estudos Clássicos em Debate 1 (1999) 155-171.
- AZEREDO, J. C. **Iniciação à Sintaxe do Português**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- BARBOSA, J. S. (1822) **Gramática Philosophica da Língua Portuguesa**. Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRUGMANN, K. **Die Demonstrativ pronomina der indogermanischen Sprachen. Eine bedeutungsgeschichtliche Untersuchung**. Abhdlg. der Sachs. Ges. der Wissench. 22, Leipzig, 1904.
- CAMBRAIA, C. N. Demonstrativos na România Nova: português brasileiro x espanhol mexicano (dados de diálogos entre informante e documentador). **Caligrama**, Belo Horizonte, n. 14, p. 7-34, 2009.
- \_\_\_\_\_. Demonstrativos: história de uma categoria na tradição gramatical de língua portuguesa (sécs. XVI a XIX). *In*: Maria Helena de Moura Neves. (Org.). **As interfaces da gramática**. Araraquara/São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2010, p. 245-264.
- \_\_\_\_\_. & BIANCHET, S. M. G. Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 35, 2008, p. 15-36.
- CARDOSO, S. H. B. **Demonstrativo, dêixis e Interdiscurso**. Tese de doutoramento. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. 278p.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CLARK, H. H. **Using Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DE MULDER, Walter; CARLIER Anne. The emergence of the definite article in Late Latin *ille* in competition with *ipse*. In: DAVIDSE, Kristin et al. **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. The Hague: Mouton de Gruyter, 2010. p. 241-276.

DIESSEL, H. *Déixis* and Demonstratives. In: Claudia Maienborn, Klaus von Heusinger, Paul Portner (eds.), **An International Handbook of Natural Language Meaning**, Berlin: Mouton de Gruyter, Vol. 3, 2012, 2407-2431.

\_\_\_\_\_. **Demonstratives: form, function and grammaticalization**. Amsterdam: Benjamins, 1999.

\_\_\_\_\_. **The grammar network** : how linguistic structure is shaped by language use. New York, NY: Cambridge University Press, 2019. 289 p.

DIXON, R. M. W. Demonstratives: a cross-linguistic typology. *Studies*. In: **Language**, v. 27, n. 1, p. 61-112, 2003.

EGGER, E. **Apollonius Dyscole: éssaisurl'histoiredesthéoriesgrammaticalesdansl'antiquité**. Paris: Auguste Durante, 1854.

FARIA, H. **Gramática Superior da Língua Latina**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1958. 524p.

FONTÁN, A. *História y sistemas de los demostrativos latinos*, **Emerita**, 33.1, 1965, 71-107.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.) **Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal**. Natal: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. Pra quem é, bacalhau basta: da opacidade e produtividade das construções idiomáticas. **Só Letras**, UERJ, Rio de Janeiro, 2019. pp. 103-116.

ILARI, R. **Linguística Românica**. Ática, São Paulo, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage**. Paris, 1980. p. 56.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **O Português Arcaico - fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAURER JR., Theodoro H. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. 288p.

\_\_\_\_\_. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**[online]. 2nd ed. rev. andupdt. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 121p.

\_\_\_\_\_. **Gramática de Usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PINHO, A. J. **Aspectos da História da Língua: Um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2012. 351p.

POCIÑA PÉREZ, Andrés. Función dramática de los demostrativos en Plauto. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4389773>, Auster, N.º. 12, 2007, págs. 25-40. Acesso em: 26/03/2020.

RASO, T. & MELLO, H. (eds), **C-ORAL-BRASIL I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SAID ALI, M. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

SILVA, J. R. (Inter)Subjetividade E Extensão Semântica Em Construções Com *Aquele*. In.: FURTADO DA CUNHA, M. A., BISPO, E. B. e SILVA, J. R. **Variação e mudança em perspectiva construcional** [recurso eletrônico] – Natal: EDUFRN, 2018. 286 p.

STEINTHAL, H. Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern. Erster Theil-Berlin, Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung, 1863. Zweiter Theil-Berlin, Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung, 1891. In: NEVES, MHM. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**[online]. 2nd ed. rev. and updt. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 121p.

TODOROV, T. « Problèmes de l'énonciation », *Langages* 1970 :17, p. 3-11, In.: Kerbrat-Orecchioni, Catherine. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage**. Paris, 1980. p. 56.

## CAPÍTULO 5

# ANÁLISE LINGUÍSTICA COGNITIVO-FUNCIONAL DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

*Isabella S. Toguchi*

*Dioney M. Gomes*

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma parte da pesquisa desenvolvida em Toguchi (2016). O seu principal objetivo é analisar as estratégias linguísticas utilizadas em veículos de notícia de grande circulação ao tratar dos povos indígenas brasileiros e a consequente projeção de uma imagem negativa sobre esses povos.

Considerando que a questão indígena é de suma importância para que se entenda a formação da identidade nacional, nos perguntamos, à época, qual seria a representação indígena nos meios de comunicação.

Nesse sentido, procuramos mostrar como a mídia se utiliza de estratégias linguísticas para criar e (re)afirmar estereótipos. A relevância dessa pesquisa é indiscutível porque, como lembra Gersem (2006, p. 217),

[...] circula ainda hoje entre pessoas bem escolarizadas a ideia de que os índios representam barreiras e empecilhos para o progresso e o desenvolvimento da nação. Mesmo

alguns índios afirmam, por vezes, que precisam ser ensinados pelos brancos civilizados para que posteriormente possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Esquecem, ou mesmo ignoram, por força da ideologia incorporada do pensamento preconceituoso dos brancos, com quantas tecnologias, conhecimentos e valores os povos indígenas contribuíram para a construção e a formação do povo brasileiro. Ou será que se esqueceram de como os primeiros portugueses aprenderam a sobreviver em terras totalmente desconhecidas?

A Linguística Cognitivo-Funcional (LCF) nos permitiu analisar como “arranjos morfossintáticos, sintáticos, semânticos, pragmáticos, discursivos e escolhas lexicais são usados preferencialmente pelo jornalismo no tocante aos povos indígenas brasileiros”(TOGUCHI, 2016, p. 1). Aqui, é importante ressaltar que nossa perspectiva soma estudos de linguística cognitiva (Bybee (2010), Lakoff (1997,1987), Langacker (1987), Lakoff &Johnson (2008), Tomasello (2009), Traugott e Dasher (2005)) com estudos tipológico-funcionais(Comrie (1989), Delancey (2001), Dixon &Aikhenvald (2000), Furtado da Cunha (2010), Givón (1994, 1995, 2001); Hopper e Thompson (1980), Martelotta (2010, 2011), Payne (1997, 2011), Shibatani (1985), Neves (2004), entre outros).

A escolha desse referencial teórico se deve ao fato de que as estruturas se subordinam a anseios pragmáticos e discursivos. Assim, como pudemos verificar em nossa pesquisa, de fato existem estratégias sintáticas, notadamente no que se refere à voz e à valência verbal, utilizadas com maior frequência pelos jornais para se referirem aos povos indígenas.

Em termos teóricos, consideramos também os critérios de noticiabilidade de Wolf e Bond (WOLF & FIGUEIREDO, 2009).

E nos apoiamos também nos estudos sobre discurso e ideologia de van Dijk (2003).

Van Dijk (2003, p.40) traz uma importante contribuição ao nosso trabalho ao definir o “racismo do dia a dia”: um preconceito naturalizado contra grupos minoritários de uma sociedade, fundado nas estratégias linguísticas utilizadas para propagar informações sobre tais grupos. Esse preconceito acaba tomando dimensões psicológicas e sociais e, em muitos casos, torna-se também opressão.

Além desta introdução, o presente texto traz o percurso metodológico (seção 2), as análises empreendidas (seção 3), as considerações finais (seção 4) e as referências bibliográficas (seção 5).

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

- Inicialmente, somamos três eixos distintos, mas complementares:
- a) Procuramos e selecionamos notícias publicadas entre 2012 e 2014 que tivessem como principal temática os povos indígenas, veiculadas na Folha de São Paulo e no G1. Escolhemos esses veículos de comunicação principalmente pelo amplo alcance nacional. A partir dessa seleção, identificamos estratégias de voz e valência, relações gramaticais, papéis semânticos e pragmáticos. Optamos também por nos ater ao conteúdo escrito e à linguagem verbal apenas;
  - b) Buscamos aproximar a análise funcional-cognitiva do referencial teórico dos estudos do discurso, aplicando os conceitos de van Dijk (2003), para verificar se as estruturas

- que encontramos contribuía de fato para que houvesse uma representação positiva ou negativa dos povos indígenas;
- c) Avaliamos quais critérios de noticiabilidade eram preferidos pela imprensa ao selecionar temas sobre os indígenas brasileiros para noticiar. A partir daí, relacionamos esses critérios a questões linguístico-discursivas.

A partir desses três eixos e para proceder à análise propriamente dita das notícias, elaboramos um protocolo de análise (cf. Toguchi, 2016 e quadro 1 a seguir). Apresentamos aqui uma das análises realizadas, que se revelou uma das mais prototípicas. Ela evidencia como determinadas escolhas linguísticas impactam na geração de uma visão estereotipada, preconceituosa e danosa aos povos indígenas brasileiros.



## Quadro 1: Protocolo de análise textual

### Texto a ser analisado

(a notícia na íntegra)

#### A. Eixo analítico: Linguística Cognitivo-Funcional (Linguística Centrada no Uso)

- A.1 Voz (*stricto sensu* e *lato sensu*)/ Valência verbal
- A.2. Relações gramaticais/ Papéis Semânticos/ Papéis Pragmáticos
- A.3. Metáforas e metonímias
- A.4. Iconicidade Diagramática
- A.5. *Frames*

#### B. Eixo analítico: Discurso e Ideologia

- Escolhas lexicais
- Topoi*
- Modalização
- Evidencialidade
- Tópico
- Contexto
- Racismo do dia a dia
- Implicações/Pressuposições
- Sinônimos/Paráfrases
- Disclaimers*
- Coerência local
- Contraste
- Exemplos/ilustrações
- Vaguidade
- Modelos mentais
- Modelo de dominação de Thompson

#### C. Eixo analítico: Comunicação

- C.1. Qual(is) o(s) critério(s) de *noticiabilidade* ressaltado(s)?
- Raridade
- Interesse nacional
- Interesse pessoal/econômico
- Catástrofe
- Interesse universal
- Injustiça
- Crime/violência
- Drama
- Proeminência do indivíduo na sociedade
- C.2. Estrutura da notícia
- Manchete
- Lead*
- Informações primárias/iniciais
- Informações secundárias/finais
- Caderno/Local da publicação

Fonte: TOGUCHI (2016, p. 79).

Como expusemos em Toguchi (2016, p. 80), esse protocolo foi usado na análise das notícias, seguindo os seguintes passos:

1. cada notícia foi analisada de acordo com todos os eixos previstos;
2. para cada eixo, se fez uma síntese;
3. e, ao final da aplicação do protocolo sobre uma dada notícia, se fez uma síntese global do que se encontrou naquela notícia e buscou-se mostrar qual representação os jornais em análise faziam dos povos indígenas brasileiros.

Ainda conforme Toguchi (2016, p. 80): “Esse protocolo de análise procurou contemplar os aportes teóricos que foram previstos nesta pesquisa e mostrar como acontece a relação entre estrutura e sentido, e como isso se reflete na formação/manutenção de ideologia no texto jornalístico”. Devido ao pouco espaço, não faremos aqui a revisão dos construtos teóricos citados no protocolo. Essa revisão pode ser encontrada em Toguchi (2016, capítulos 1 e 2). Entretanto, ao longo da análise, retomamos os construtos e, de certo modo, os explicamos contextualmente.

Na próxima seção, trazemos a análise de uma das notícias analisadas de acordo com esse protocolo. Outras três notícias analisadas podem ser encontradas em Toguchi (2016, capítulo 4).

### 3 ANÁLISE

A presente seção traz a análise de uma das quatro notícias pesquisadas em Toguchi (2016). As análises são sintetizadas na última coluna de cada eixo.

**Notícia 1****Índios invadem fazendas em Itapebi, um homem morre e PF assume caso**

*Grupo de 20 indígenas invadiu fazenda no domingo, no interior da Bahia. Indígenas afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras.*

*Cerca de 20 indígenas da tribo Tupinambá invadiram três fazendas no município de **Itapebi**, a 130 km de **Porto Seguro**, na Bahia, de acordo com informações da Polícia Federal (PF). Segundo o órgão, os índios invadiram três fazendas e incendiaram uma das casas da sede. Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.*

*Ainda de acordo com a PF, os indígenas confessaram que incendiaram a casa e negam envolvimento com a morte do homem. O suspeito do crime ainda não foi identificado. As polícias Civil, Militar e o Departamento de Polícia Técnica (DPT), foram acionados para investigar o ocorrido.*

*Os índios invadiram a fazenda no domingo (19) e nesta quarta-feira (22) eles deixaram o local. Segundo a polícia, em depoimento, eles disseram que vivem em uma mata ao redor da fazenda e afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras.*

*Os fazendeiros foram ouvidos pela polícia na terça-feira (21), e afirmaram que os índios invadiram a propriedade e mataram animais da fazenda. Já os índios disseram aos agentes que os fazendeiros responderam a invasão com violência.*

*Os policiais investigam se pistoleiros estariam envolvidos com os índios. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está acompanhando todo o caso. Segundo o delegado da Polícia Federal em Porto Seguro, Eriosvaldo Renovato Dias, a situação já se normalizou no local.*

(Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/01/indios-invadem-fazendas-em-itapebi-um-homem-morre-e-pf-assume-caso.html> (com acesso em julho de 2015))

## A. Eixo analítico: Linguística Cognitivo-Funcional (Linguística Centrada no Uso) (Notícia 1)

### A.1 Voz (*stricto sensu* e *lato sensu*)/ Valência verbal (Notícia 1)

Enunciados	Voz / ordem	Valência Sintática	Valência Semântica	Análise/Síntese
<i>Índios invadem fazendas em Itapetibi</i>	Voz ativa; ordem direta (SVO).	2	2	Uso da voz ativa com sujeito agente prototípico: humano, com volição, com alto grau de controle e que provoca mudanças em um paciente inanimado, com função de objeto direto.
<i>Um homem morre</i>	Ordem direta (SV).	1	1	A opção por um verbo intransitivo não permite ao leitor ter acesso direto à causa da morte. Logo, ele é levado a inferir essa informação no contexto: os índios teriam sido os responsáveis pela morte do homem devido à invasão. Constrói-se aí uma coerência interna, nos moldes de van Dijk (cf. Eixo B abaixo e Toguchi, 2016, seção 2.2.3).
<i>PF assume o caso</i>	Voz ativa; ordem direta (SVO).	2	2	Uso da voz ativa, com sujeito preenchido por uma entidade, um representante importante da instituição Justiça (a PF). Evoca-se uma entidade que traz a noção de justiça e que sugere gravidade ao caso. O que se entende dessa sequência de três orações é: houve invasão de índios, houve morte de um homem (provavelmente um não índio morto por eles), e a PF entrou para investigar a invasão e a morte do homem.
<i>Grupo de 20 indígenas invade fazenda no domingo, no interior da Bahia.</i>	Voz ativa; ordem direta (SVO).	2	2	Há novamente o uso do verbo <i>invadir</i> , com todos os seus argumentos preenchidos. O sujeito é “grupo de 20 indígenas”, o objeto direto é “fazenda”, o aspecto é perfectivo, objeto individuado, enunciado afirmativo. Logo, há um alto grau de transitividade nos termos de Hopper & Thompson (1980).
<i>Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.</i>	Voz passiva com omissão do agente; ordem direta (SV).	1	2 (a passiva prevê um agente, muito embora ele não seja, sintaticamente, obrigatório.	A voz passiva cria, nesse caso, um quadro mental estático, não imaginamos o momento da ação, quando a pessoa é morta; imaginamos o momento em que ela é encontrada. Não se cita quem a matou. Mas há implicaturas/inferências aí. Também não fica clara a identidade da pessoa, mas certamente ela não é um índio, o que sugere ainda que os índios não são colocados no mesmo patamar que as pessoas.

## A.2 Relações gramaticais/ Papéis Semânticos/ Papéis Pragmáticos (Notícia 1)

Enunciados	Argumentos/ Adjuntos	RG ou Adjuntos	Papel Se- mântico	Papel Pragmático	Análise/Síntese
<i>Índios invadem fazendas em Itapetibi</i>	Arg1: índios Arg2: fazendas  Adjunto: em Itapetibi	Arg1: Sujeito Arg2: Objeto direto Adjunto adverbial	Arg1 : Agente Arg2: Paciente  Adj: lugar	Arg1: Tópico Arg2: Foco	Há um alinhamento prototípico, com sujeito agente e tópico, enquanto o foco recai sobre um objeto, paciente e inanimado. Os índios são sujeito, são tópico e agente, mas de um verbo com semântica negativa.
<i>Um homem morre</i>	Arg. único: um homem	Sujeito	Experien- ciador	Tópico	O sujeito é experienciador, humano e tópico. No entanto, o homem é sujeito de um verbo que não implica volição e que, no contexto, evoca possivelmente um assassinato e não uma morte natural.
<i>PF assume o caso</i>	Arg1: PF Arg2: o caso	Arg1: Sujeito Arg2: Objeto direto	Arg1 : Agente Arg 2: Paciente	Arg1: Tópico Arg2: Foco	Há um alinhamento prototípico: sujeito, agente, tópico; porém, é interessante notar que não se tem um agente prototípico: não é humano. Usa-se aí uma metonímia, evocando-se a instituição (o todo) e não um indivíduo particular. (cf. Eixo A.3 Notícia 1)
<i>Grupo de 20 indígenas invadiu fazenda no domingo, no interior da Bahia.</i>	Arg1: Grupo de 20 indígenas Arg2: fazenda Adj. 1: no domingo Adj. 2: no interior da Bahia	Arg1: Sujeito Arg2: Objeto  Adj1: adverbial  Adj2: adverbial	Arg1 : Agente Arg2: Paciente  Adj1: Tempo  Adj2: Lugar	Arg1: Tópico Arg2: Foco	Há um alinhamento prototípico: o sujeito é agente e tópico. O objeto direto é fazenda que sofre mudança de estado (um paciente, portanto). Nesse momento, ocorre a especificação de quantos indígenas estavam envolvidos, quando ocorreu o fato e quantas fazendas foram invadidas; na verdade, fora apenas uma, ao contrário do que foi afirmado na manchete, embora essa vaguidade sobre o número de indígenas e de fazendas seja uma constante no texto (cf. eixo B Notícia 1, subseção <i>vaguidade</i> ).

Enunciados	Argumentos/ Adjuntos	RG ou Adjuntos	Papel Se- mântico	Papel Pragmático	Análise/Síntese
<i>Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.</i>	Arg. único: <i>uma pessoa</i>  Adj1: <i>no local</i> Adj2: <i>com um tiro</i> Adj3: <i>no pescoço</i>	Arg. único: Sujeito  Adj1, 2 e 3: Adverbiais	Arg. único: Paciente  Adj1: lugar Adj2: instrumento Adj3: lugar	Arg. único: Tópico	O alinhamento entre argumento sujeito/tópico e papel semântico não é prototípico. Temos um sujeito/tópico que é paciente. Não se cita quem é o agente, embora sua existência esteja prevista/pressuposta na valência semântica do verbo (voz passiva). Localiza-se o tiro para exaltar a violência. Quais os possíveis motivos? Inferências acionadas no imaginário coletivo sobre os índios brasileiros a serem discutidas nos eixos B e C abaixo.

### A.3 Metáforas e metonímias (Notícia 1)

Metáfora ou Metonímia	Enunciados	Análise/Síntese
<b>Metáfora</b>	<i>Índios invadem fazendas; homem morre;</i> <i>os índios invadiram três fazendas e incendiaram uma das casas da sede;</i> <i>uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço; os índios invadiram a fazenda no domingo (19); em depoimento, eles disseram que vivem em uma mata ao redor da fazenda e afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras; os fazendeiros [...] afirmaram que os índios invadiram a propriedade e mataram animais da fazenda;</i>	<i>Invadir um lugar + incendiar + lutar por terra + matar + confessar + pistoleiros = metáfora conceitual da GUERRA.</i>  O motivo da ação dos índios foi dado no <i>lead</i> e no final da notícia: recuperar a terra perdida. Mas isso não foi o tema/tópico real da notícia. Ela se concentrou em construir a metáfora da GUERRA, em que os índios são selvagens, que estão em guerra contra os civilizados. A ideia de selvagem aparece implicitamente em toda a notícia e, explicitamente, no final: “[...] vivem em uma mata ao redor da fazenda”. Isso sugere que eles são como animais não domesticados, que vivem no mato, na mata. Esse tipo de notícia contribui muito para a manutenção do estereótipo do índio selvagem e que pode guerrear contra os não índios, por meio de invasões, incêndios, assassinatos e associação com criminosos (“pistoleiros”).

Metáfora ou Metonímia	Enunciados	Análise/Síntese
Metonímia	<i>Índios invadem fazendas em Itupebi</i>	Ao usar o termo “índios”, o jornalista dá a entender que eram muitos; o que não se confirma no corpo da notícia, quando descobrimos que se tratava de 20 tupinambás. O termo “índios” é o nome de uma categoria composta de 200 etnias no Brasil. A escolha do termo que indica o todo no lugar da parte (uma etnia específica) pode ser interpretado como forma de generalizar a informação, de homogeneizar esses povos, massificando-os, tratando-os como um tipo só. O uso de “fazendas” no plural também generaliza. Além de indicar que é mais de uma fazenda, a princípio, pode dar ao leitor a falsa impressão de que são todas as fazendas da cidade, dando uma amplitude muito maior ao problema.
Metonímia	<i>PF assume o caso</i>	A polícia federal é uma entidade que evoca o conceito de justiça, sendo parte desse conceito. Essa parte é, amplamente, vista como atuante em crimes graves. Logo, pressupõe-se que houve um crime grave.

#### A.4 Iconicidade Diagramática (Notícia 1)

Enunciados	Tipificação	Análise/Síntese
<i>Grupo de 20 indígenas invadiu fazenda no domingo, no interior da Bahia.</i>	Quantidade, complexidade	Ao tornar o sujeito um constituinte maior, parece haver a intenção de manter a coerência com a ideia de grande quantidade expressa antes com relação ao mesmo referente, no caso “índios”. Embora o jornalista tenha sido obrigado a revelar quantos índios eram, apenas 20 e não muitos como o plural inicialmente dado sugere, ele optou por “grupo de 20 indígenas”, o que pode levar à mesma leitura inicialmente dada: foram muitos. O recurso a um sintagma nominal complexo, estruturalmente falando, é, para nós, uma estratégia para manter a leitura de “muitos” expressa no início da notícia. Na sequência, com relação ao mesmo referente, o jornalista constrói outro sintagma nominal sujeito de grande extensão: “Cerca de 20 indígenas da tribo Tupinambá”, e o leitor pode ser induzido, outra vez, a pensar em uma grande quantidade de índios.

## A.5 Frames (Notícia 1)

Enunciados	Frames	Análise/Síntese
<i>Índios invadem fazendas em Itupevi.</i>	INVASÃO INDÍGENA	Índios são invasores de propriedades privadas. Ocorre aí a inversão dos valores históricos: as terras antes eram dos índios; eles foram expulsos e massacrados; mas, se tentam recuperar o que era deles, são tomados como invasores. Mantém-se o estereótipo.
<i>Um homem morre. Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.</i>	VIOLÊNCIA INDÍGENA	Índios são violentos e causam a morte de outras pessoas; são selvagens, inclinados a matar.
<i>PF assume o caso.</i>	CRIME GRAVÍSSIMO	O envolvimento da PF sugere que o crime é de grande gravidade. Mas, na verdade, a situação não poderia ser tratada por outra entidade segundo a Constituição, uma vez que é a PF que deve cuidar dos índios; mas quem sabe disso? Além disso, “assumir o caso” significa pressupor que houve um crime.
<i>[...] vivem em uma mata; uma pessoa foi encontrada morta; um homem morre</i>	ÍNDIOS SÃO SELVAGENS	Índios não estão na mesma categoria que os demais presentes no texto; são tratados como bichos que vivem na mata.



## B. Eixo analítico: Discurso e Ideologia (Notícia 1)

Construtos	Enunciados	Análise/síntese
Escolhas lexicais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Índios/indígenas;</i></li> <li>2. <i>Índios X homem;</i></li> <li>3. <i>Invadem/invadiu/invadiram(3x)/invasão; incendiaram/mataram</i></li> <li>4. <i>Confessaram/em depoimento X foram ouvidos;</i></li> <li>5. <i>Pistoleiros com os índios.</i></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A escolha das palavras “índios” e “indígenas” massifica e aciona a ideia estereotipada de índios como uma unidade homogênea, sem diversidade; também favorece o acionamento de uma visão negativa, do estereótipo de selvagem;</li> <li>2. Ao usar a palavra “homem” logo após “índios”, a manchete acaba por estabelecer uma oposição entre “índios” e “homem”, como se índios não fizessem parte da mesma categoria que os seres humanos; mantém-se assim a oposição estereotipada civilizado X selvagem;</li> <li>3. “invadir” foi usado seis vezes no texto (cinco como verbo e uma como substantivo); esse verbo implica violência, tomada de posse usando a força; nesse mesmo sentido da violência, apareceram as palavras “incendiaram” e “matar” também associadas ao povo indígena Tupinambá;</li> <li>4. A escolha das palavras “confessar” e “depoimento” fazem dos Tupinambás réus na história contada na notícia; enquanto os fazendeiros “foram ouvidos” pela polícia, o que faz parecer que foram apenas vítimas; mesmo se forem apenas vítimas, em um processo de investigação, o termo que se deveria empregar seria “depoimento”; mas esse termo, com sua carga semântica habitualmente associada com “a fala do criminoso”, só foi empregado para os Tupinambás;</li> <li>5. Finalmente, o uso do termo “pistoleiro” e sua associação imediata “com os índios” termina por sacramentar o estereótipo de “índio selvagem e violento” que a notícia constrói e piora ao deixar entrever que “índios” também se associam com criminosos como “pistoleiros”, formando uma quadrilha.</li> </ol>

Construtos	Enunciados	Análise/ síntese
<b>Topoi</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Índios invadem fazendas, homem morre e PF assume o caso;</i></li> <li>2. [...] <i>vivem em uma mata</i> [...]</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O principal lugar-comum nesta notícia é a ideia de que índios são invasores, selvagens; a manchete já aciona esse <i>topoi</i> ao associá-los com “invasão” e “morte”. A pretensa gravidade dos crimes cometidos por eles fica estampada no fim da manchete: PF assume o caso. Esse é outro lugar-comum: a PF lida com casos graves; não se sabe, entretanto, que a PF é obrigada a entrar em cena quando o assunto é povos indígenas brasileiros, cuja responsabilidade direta de cuidado e guarda é da PF.</li> <li>2. Esse <i>topoi</i> também reforça a ideia de que os povos indígenas são selvagens, uma vez que vivem em uma mata tal qual bichos.</li> </ol>
<b>Modalização<sup>1</sup></b>		
<b>Evidencialidade</b>	[...] <i>de acordo com informações da Polícia Federal (PF);/ Segundo o órgão;/ Ainda de acordo com a PF;/ Segundo a polícia [...]/ Segundo o delegado da Polícia Federal [...]</i>	A notícia alude a uma única fonte de informação: a Polícia Federal (PF). Os índios não foram ouvidos, os fazendeiros não foram ouvidos. A PF goza de credibilidade no Brasil, e isso daria à notícia maior valor de verdade. A visão negativa que se transmite/endossa nessa notícia ganha força mais ainda quando as evidências para tal advêm de um órgão como a PF, representante respeitado da Justiça brasileira.
<b>Tópico</b>	<i>Índios invadem fazendas, homem morre e PF assume o caso;</i>	O tópico dessa notícia é “invasão e violência praticada por indígenas”.
<b>Contexto</b>	<i>Índios invadem fazendas em Itapevi</i>	Nos últimos anos, o contexto brasileiro (ou seja, seu cenário social, político, financeiro e cultural) tem colocado os povos indígenas como entrave para o desenvolvimento do país. A invasão de fazendas, como na notícia em análise, seria um exemplo disso, uma vez que supostas terras produtivas (fazendas) estariam sendo tomadas de assalto por selvagens que vivem na mata. Há inúmeros conflitos sendo relatados na imprensa brasileira envolvendo povos indígenas, terras, cobrança ilegal de pedágio, impedimento de construção de hidrelétricas que vão, teoricamente, fazer o Brasil crescer.

1 Esse construto não foi identificado na notícia em análise.

Construtos	Enunciados	Análise/ síntese
<b>Racismo do dia a dia</b>	<i>Índios invadem fazendas em Itapebi; indígenas;</i>	A denominação “índios” e “indígenas” é um tipo de racismo do dia a dia. Rotineiramente, escutamos esses termos, que criam a imagem do índio genérico, homogêneo como parte de uma categoria negativa, que se opõe ao “homem”, ao civilizado. Passa-se a ideia de que é comum que haja invasões e violência grave (assassinatos) praticadas por povos indígenas. Por isso, seriam uma ameaça ao bem-estar da sociedade...
<b>Implicações/ Pressuposições</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. [...] <i>um homem morre</i> [...];</li>   <li>2. <i>Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço.</i></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O enunciado “um homem morre” ocorre justamente após o enunciado “índios invadem fazendas”, levando ao estabelecimento de uma relação de causa e consequência entre eles. Fica implícito que os índios ou a invasão organizada por eles foi a responsável pela morte. O enunciado seguinte, “PF assume o caso”, conduz igualmente ao implícito: “houve crime grave”, “os índios invadiram fazendas e mataram uma pessoa”;</li> <li>2. A voz passiva implica, semanticamente, a atuação de um agente sobre um paciente; logo, embora não haja um agente explícito nesse enunciado 2, ele é pressuposto pela voz verbal. No caso, fica implícito mais uma vez que os índios é que foram o agente dessa morte; a morte foi bastante violenta: um tiro no pescoço. E aí fica implícito que índios são violentos e usam armas.</li> </ol>

Construtos	Enunciados	Análise/ síntese
<b>Sinônimos/ Paráfrases</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Índios, indígenas, grupo de indígenas, tribo Tupinambá</i></li> <li>2. “Fazenda” e “propriedade”</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em lugar de falar em primeiro plano de “índios Tupinambás”, o jornalista optou por se referir a eles quase exclusivamente por palavras próximas, mas que não têm o mesmo valor; os termos “índios” e “indígenas” massificam, homogeneizam a diversidade de povos indígenas brasileiros; o termo “grupo de indígenas” faz pensar em associação entre indivíduos para determinado fim, igualmente comprometendo negativamente a identidade indígena; e, por fim, o termo “tribo” é igualmente carregado de valor negativo e usado como sinônimo de “povo”.</li> <li>2. O uso de “propriedade” como sinônimo de “fazenda” acaba por cumprir o papel de ressaltar que o que estava sendo noticiado era a usurpação de uma propriedade privada; fica pressuposto aí que existem dois lados: os proprietários (fazendeiros) e os invasores; fica implícito que os índios é que são os criminosos; a notícia não apurou se os motivos alegados pelos Tupinambás para ocuparem a fazenda era ou não legítimo: recuperar as terras que outrora lhes pertenciam e que haviam sido invadidas por não índios; essa não apuração acaba por implicar uma identidade criminosa para os Tupinambás.</li> </ol>
<b>Disclaimers</b>	a notícia como um todo	A notícia como um todo é um exemplo de <i>disclaimer</i> , especificamente do tipo Inversão, culpando a vítima (cf. Toguchi, 2016, seção 2.2.7): os povos indígenas eram, historicamente, os donos das terras brasileiras, sendo os não indígenas aqui chegados com Cabral a partir de 1500 os usurpadores de suas terras e riquezas; a notícia, porém, inverte esses papéis, transformando algozes em vítimas, e vítimas em algozes.

Construtos	Enunciados	Análise/síntese
<b>Coerência local</b>	<p><i>Índios invadem fazenda → homem morre → indígenas estão lutando → incendiaram uma das casas da sede → uma pessoa foi encontrada morta no local → os indígenas confessaram → o suspeito do crime ainda não foi identificado → em depoimento → vivem em uma mata → estão lutando → os índios invadiram → e mataram animais → pistoleiros estariam envolvidos com os índios</i></p>	<p>O texto da notícia apresenta coerência local centrada na ideia de que os índios são violentos e criminosos. Do início ao fim do texto, o jornalista mantém firme a lógica dos fatos segundo essa ótica, deixando de dar o mesmo destaque a outras possíveis.</p>
<b>Contraste</b>	<p><i>Índios/ indígenas/ tribo/ grupo/ uma mata</i> X <i>homem/ pessoa/ fazendeiros / fazenda/ propriedade</i></p>	<p>Na notícia, fica nítida a polarização entre “nós” e “eles”, marcando o grupo de dominantes de um lado e dominados de outro; os dominantes são categorizados como “homem”, “pessoa”, “fazendeiro”; os dominados são “índios”, “indígenas”, “tribo”, “grupo”; enquanto aqueles são caracterizados como pertencentes a um <i>locus</i> como “fazenda” e “propriedade”, estes são alocados em “uma mata”. O contraste marca traços ideológicos bastante difundidos em nossa sociedade sobre o que são os povos indígenas e que espaço ocupam em nosso território.</p>
<b>Exemplos/ Ilustrações</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Índios acusados de assassinatos vão responder processo em liberdade</i></li> <li>2. <i>Índios fazem protesto na BA-001 e interditam os dois sentidos da via</i></li> <li>3. <i>Índio é encontrado morto em Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia</i></li> </ol>	<p>Na notícia analisada, encontramos alguns <i>hyperlinks</i> sob o título de “saiba mais”. 1, 2 e 3 são as manchetes (e chamadas) e, como podemos observar, todas remetem a conflitos e violência envolvendo indígenas. Apenas a última manchete não traz a figura de um indígena violento, mas, assim como as demais, massifica as comunidades indígenas por não trazer a etnia. Além disso, é a única que está na voz passiva, sem o espaço do agente preenchido. Nenhum dos <i>hyperlinks</i> presentes contribui de forma positiva para a construção de uma representação indígena.</p>

Construtos	Enunciados	Análise/síntese
<p><b>Vaguidade</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Índios X grupo de 20 indígenas</i></li>   <li>2. <i>Fazendas X fazenda X três fazendas X a fazenda X ao redor da fazenda X fazendeiros X propriedade X da fazenda X no local</i></li>   <li>3. <i>Homem morre; pessoa foi encontrada morta no local</i></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A notícia não é, preponderantemente, clara quanto ao número de Tupinambás envolvidos na situação; em apenas uma ocasião, ela faz menção ao número 20 (<i>lead</i>); mas, na manchete e no restante do texto, usa-se o plural “índios” ou “indígenas”; essa vagueza não só cria uma leitura homogênea dos povos indígenas brasileiros como já dito, mas também induz o leitor a pensar em uma grande quantidade de índios;</li> <li>2. A manchete fala em “fazendas”, dando a entender que foram várias; mas no <i>lead</i> se fala apenas em “fazenda”, no singular, dando a entender que foi apenas uma; logo depois, se fala em “três fazendas” para, no restante do texto, voltar-se a usar referências no singular: “a fazenda”, “ao redor da fazenda”, “propriedade”, “da fazenda”, “no local”; em meio a esses usos no singular, aparece a referência a “fazendeiros”, assim no plural, dando novamente a entender que era mais de uma fazenda. Uma leitura rápida e desatenta pode levar o leitor a pensar que vários índios invadiram várias fazendas justamente pela falta de precisão com que as informações são dadas; logo, essa falta de precisão pode induzir a leituras equivocadas dos fatos, em que os Tupinambás são fortemente colocados na posição de criminosos;</li> <li>3. Quem é a pessoa que morreu, ou melhor, que foi morta com um tiro no pescoço? O jornalista não apurou essa informação ou não quis revelá-la. Seria ele um jagunço da fazenda? Com certeza, não era um índio ou um fazendeiro ou filho do fazendeiro, pois isso seria por si só parte indispensável do “furo”; essa falta de clareza quanto à identidade do homem assassinado induz a pensar nele como vítima apenas (talvez um trabalhador da fazenda), deixando os índios – os agentes da invasão – na posição de agentes desse assassinato, uma posição naturalizada pela estruturação textual ao invés de ser colocada realmente em aberto como deveria ser. Também não foi dito no texto se houve algum índio ferido no confronto entre eles e os fazendeiros. A quem interessa esse tipo de omissão?</li> </ol>

Construtos	Enunciados	Análise/ síntese
<b>Modelos mentais</b>		<p>Como apresentado em A5 acima, os <i>frames</i> acionados pela notícia fazem com que os modelos mentais que se confirmam na leitura dessa notícia sejam os de indígenas violentos, que invadem propriedades privadas e matam pessoas. Torna-se impossível separar os indígenas de episódios violentos. Com isso, reforça-se o senso comum e o <i>topoi</i> de que, sempre que houver conflito envolvendo os indígenas, alguém sairá morto e eles serão violentos.</p>

Construtos	Enunciados	Análise/ síntese
<p><b>Modelo de dominação de Thompson</b></p>	<p>1. Índios; indígenas;</p> <p>2. Enunciados usados na reificação:</p> <p>2.1. e 2.2.: <i>Índios invadem fazendas, homem morre [...]; [...] vivem em uma mata ao redor da fazenda [...]</i></p> <p>2.3. <i>[...] os fazendeiros responderam a invasão com violência;</i></p> <p>2.4. <i>Uma pessoa foi encontrada morta no local [...];/ o suspeito do crime ainda não foi identificado;/ as polícias [...] foram acionadas [...];/ os fazendeiros foram ouvidos [...];</i></p>	<p><b>1. Unificação:</b> Os índios/indígenas são uma única comunidade que nos ameaça.</p> <p><b>2. Reificação:</b> na notícia 1 em análise, encontramos as quatro estratégias usadas para a reificação, que ocorre quando uma situação transitória é apresentada como se fosse “permanente, natural, atemporal”, a saber:</p> <p><b>2.1. Naturalização:</b> os acontecimentos na notícia são dados como naturais, corriqueiros; a escolha dos tempos verbais pode ser uma evidência a favor dessa análise;</p> <p><b>2.2. Eternalização:</b> a começar pelo título, a notícia dá a entender que índios são eternos invasores de fazendas (“invadem” e não “invadiram”) e assassinos de gente (“homem morre”); isso é assim apresentado, mesmo a ocupação da fazenda já ter chegado ao fim, fato que só é revelado no meio da notícia, com pouquíssimo destaque;</p> <p><b>2.3. Nominalização:</b> os Tupinambás são substituídos por “invasão”, forma nominalizada do verbo “invadir” (o qual ocorreu cinco vezes na notícia); essa forma nominalizada foi usada justamente quando se noticiou a ação dos fazendeiros contra eles: “(...) os fazendeiros responderam a invasão com violência”. Nesse momento em que os Tupinambás seriam vítimas, eles foram transformados em nome, sendo, de certa forma, apagados.</p> <p><b>2.4. Passivização:</b> há quatro usos de voz passiva na notícia; a passiva coloca um paciente na função de sujeito, passando-o à posição de tópico; o agente, por sua vez, passa a ocupar função de adjunto, podendo inclusive ser omitido (essa omissão é o que se dá nos três primeiros exemplos de passiva ao lado identificados). Essa é uma estratégia discursiva. Apesar de o agente ter sido omitido nos exemplos identificados, ele é facilmente recuperado pelo contexto. A interpretação mais plausível, pelo contexto, é a de que uma pessoa foi morta por índios. Assim, a passivização foi uma estratégia não para retirar a importância do agente, nesse caso, mas sim para acusá-lo de maneira implícita.</p>



## C. Eixo analítico: Comunicação (Notícia 1)

### C.1 Qual(is) o(s) critério(s) de noticiabilidade ressaltado(s)? (Notícia 1)

Crítérios de noticiabilidade	Enunciados	Análise/síntese
Raridade <sup>2</sup>		
Interesse nacional	<i>Índios invadem fazendas</i>	Fazendas estão sendo invadidas por índios; a propriedade privada está sendo usurpada; uma fonte importante de alimentos está em risco.
Interesse pessoal/econômico	<i>Os índios invadiram a propriedade e mataram animais da fazenda.</i>	Os índios estão prejudicando o agroempreendedor.
Catástrofe <sup>3</sup>		
Interesse universal	<i>Um homem morre</i>	A preservação da vida ganha destaque na manchete justamente ao falar da morte de uma pessoa.
Injustiça	<i>Índios invadem fazendas em Itapebi</i>	Invasão e perda da propriedade privada.
Crime/violência	<i>Uma pessoa foi encontrada morta no local, com um tiro no pescoço. [...] pistoleiros estariam envolvidos com índios</i>	Além da invasão ser um crime, o assassinato de uma pessoa também é. Tão grave quanto seria ainda a suposta associação entre pistoleiros e índios, em formação de quadrilha.
Drama <sup>4</sup>		
Proeminência do indivíduo na sociedade	<i>Índios, Polícia Federal e fazendeiros</i>	A referência a “índios” chama a atenção de leitores, tendo em vista, sobretudo, as visões estereotipadas e negativas sobre eles; a polícia federal goza de prestígio social e nacional; e fazendeiros são associados à produção agrícola, considerada necessária ao funcionamento do país; logo, também eles têm proeminência suficiente para ser notícia.

2 Esse construto não foi identificado na notícia em análise.

3 Esse construto não foi identificado na notícia em análise.

4 Esse construto não foi identificado na notícia em análise.

## C.2 Estrutura da notícia (Notícia 1)

Estrutura da notícia	Enunciados	Análise/síntese
<b>Manchete</b>	<i>Índios invadem fazendas em Itapetí, um homem morre e PF assume caso</i>	Há uma sucessão de fatos. Primeiro, os índios invadem; em seguida, alguém morre, provavelmente por consequência dessa invasão. PF é obrigada a assumir o caso, pois provavelmente foi algo grave. Aqui, não se cita a etnia, o número de indígenas envolvidos no processo, seus motivos ou quando ocorreu o caso.
<b>Lead</b>	<i>Grupo de 20 indígenas invadiu fazenda no domingo, no interior da Bahia. Indígenas afirmam que estão lutando pela recuperação de suas terras.</i>	Aqui sim, temos uma noção de quantidade de indígenas envolvidos no processo. Há também a justificativa pela invasão.
<b>Informações primárias/ iniciais</b>		Há uma invasão ocorrendo na Bahia. Muitos indígenas estão atacando fazendas. Alguém morreu, e a PF teve de assumir o caso.
<b>Informações secundárias/ finais</b>		Cerca de 20 indígenas (não sabemos o número exato) invadiu 3 fazendas no interior da Bahia. Os indígenas confessaram ter invadido a fazenda e incendiado a casa, mas negam o homicídio. Eles já deixaram a fazenda.
<b>Caderno/ Local da publicação</b>	<i>Caderno local/ Bahia</i>	A opção pela publicação no caderno local provavelmente quer dizer que a notícia não é de interesse nacional.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de esse ser apenas um exemplo, identificamos nas demais notícias analisadas em nossa pesquisa uma repetição dos padrões apresentados nessa notícia. Na época, aplicamos o protocolo desenvolvido a quatro notícias veiculadas nos meios de comunicação supracitados (cf. Toguchi, 2016). Ao final, concluímos que se cria na mídia brasileira, em geral, uma representação do indígena como o inimigo em comum, que deve ser combatido.

Tal imagem é construída por uma repetição de estruturas, como é o caso da voz ativa quando o indígena é sujeito de um verbo semanticamente negativo. As implicações e pressuposições (cf. van Dijk, 2003) também são, em sua maioria, a respeito dos indígenas como agentes de caos. A iconicidade, com estruturas longas e complexas para descrever o grupo de indígenas *versus* estruturas curtas referindo-se aos não indígenas, também conduz o leitor a uma determinada interpretação. A própria estrutura da notícia não deixa dúvidas: o mais importante é saber que um grupo de indígenas matou um homem, resultando no envolvimento da PF no caso.

Os meios de comunicação de massa deixam pouco espaço para que a voz indígena se manifeste e relate o outro lado da história. Sobre a tendência de consultar apenas uma fonte, Bittencourt (2006, p.12) afirma que

[...] em 46,5% dos textos sobre a questão indígena nos principais jornais do país apenas fontes não-indígenas foram ouvidas e que somente 34% das fontes consultadas para as 64 matérias pesquisadas são indígenas. Ambos os números crescem, por contraste, ante a porcentagem de textos em que só fontes indígenas foram consultadas: 16,3%.

As aulas tradicionais na escola e a leitura não-crítica tampouco contribuem para que façamos questionamentos essenciais para entender quais intenções pragmático-discursivas estão por trás da construção de textos. Por que só temos acesso a uma versão dos fatos?

Segundo Daniel Munduruku (*apud* SEGANFREDO, 2017, s.p.)

o povo brasileiro se acostumou a pensar de uma determinada forma que não consegue se descolar desse pensamento. Então, o que normalmente acontece, a meu ver, é que embora a gente faça o esforço, use a literatura e também a internet, as redes sociais e tudo mais, ainda assim somos relativamente poucos. Essa voz é sufocada pelos meios de comunicação de massa, por uma educação colonizadora que a gente ainda tem.

Entendemos, assim, que a pesquisa realizada tem real importância, uma vez que o preconceito contra o indígena brasileiro ainda existe e é reforçado pelos meios de comunicação em massa. Considerando que esses meios constituem uma importante fonte de informação, figurando entre os principais formadores de opinião no país, entendemos que ainda há espaço para novas pesquisas que contribuam para ressignificar a identidade indígena e mostrar à sociedade que Bauman (2005) tinha razão ao tratar a identidade como algo fluido, que não permanece parada no tempo e no espaço.

Ademais, pesquisas que mostrem como as microestruturas direcionam a compreensão dos textos podem nos ensinar muito sobre nossa própria história, identidade e cultura.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. Apresentação da pesquisa da dissertação “**Diálogo Parcial – Uma Análise da Cobertura da Imprensa para a Questão Indígena Brasileira**”. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R2180-1.pdf>>. Acesso em: 27/02/2020.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

COMRIE, Bernard. **Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology**. Chicago: University of Chicago press, 1989.

DELANCEY, Scott. The mirative and evidentiality. **Journal of pragmatics**, v. 33, n. 3, p. 369-382, 2001.

DIXON, Robert MW; AIKHENVALD, Alexandra Y. **Changing valency: Case studies in transitivity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E.. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 157-176.

GERSEM, Luciano dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/ SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2001.

\_\_\_\_\_. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

\_\_\_\_\_. **Voice and inversion**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, p. 251-299, 1980.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **Moral politics**: What conservatives know that liberals don't. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago press, 2008.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar**. Stanford/Califórnia: Stanford University Press, 1987.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Maria Helena Moura/. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: **Funcionalismo e gramaticalização**: teoria, análise e ensino. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 13-28.

PAYNE, Thomas Edward. **Describing morphosyntax**: A guide for field linguists. New York: Cambridge University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **Understanding English grammar**: *a linguistic introduction*. New York: Cambridge University Press, 2011.

SEGANFREDO, T. Daniel Munduruku: “**Eu não sou índio, não existem índios no Brasil**”. Nonada, 2017. Disponível em: <<http://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>> Acesso em 28/02/2020.

SHIBATANI, Masayoshi. Passives and related constructions: A prototype analysis. **Language**, v.61, p. 821-848, 1985.

TOGUCHI, Isabella S. **A gramática do preconceito: estudo cognitivo-funcional do discurso jornalístico sobre o indígena brasileiro**. 165 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TOMASELLO, Michael. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge UP, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology and discourse**. *A multidisciplinary introduction*. Internet Course for the Oberta de Catalunya (UOC), 2003. Disponível em <<http://www.discourses.org/OldBooks/Teun%20A%20van%20Dijk%20-%20Ideology%20and%20Discourse.pdf>> Acesso em 20/02/2020.

WOLF, Mauro; FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar de. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2009.

## CAPÍTULO 6

# O PERCURSO FUNCIONAL DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS *ESSE* E *ESTE*: do latim clássico ao português

*Adílio Junior de Souza*

*Denilson Pereira de Matos*

## 1 INTRODUÇÃO

É consenso entre os compêndios gramaticais e dicionários latinos a definição geral de pronomes demonstrativos como sendo os *elementos gramaticais empregados para a indicação da localização do que ou quem fala no discurso* (GARCIA; OTTONI DE CASTRO, 2010). Nesse sentido, parecia-nos, dada a conceituação objetiva dos termos, que já seria um tema assentado. Contudo, não é bem assim que ocorre com os usos de *esse* e *este* na língua portuguesa, daí ser necessária a revisão da *categorização* desses itens gramaticais em contextos reais de comunicação.

Acreditamos que a teoria da *Linguística Funcional Clássica*, nos termos propostos por Furtado da Cunha e Souza (2007), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Martelotta e Kenedy (2003, 2015) e Oliveira e Rosário (2015) nos servirá de base para esclarecermos as funções exercidas por esses pronomes em contextos digitais. Para isso, revisitamos a teoria clássica, bem como apontaremos a direção em que a multifuncionalidade dos pronomes está se encaminhando.



Nosso estudo se centra em uma análise linguística que toma o discurso como ponto de partida. Não realizamos um estudo “*do* discurso”, mas “*no* discurso”, como ressaltam Votre e Naro (1989, grifos dos autores) em *Mecanismos funcionais do uso da língua*, em um dos primeiros ensaios de viés funcionalista escrito em língua portuguesa.

Organizamos esse estudo em três partes. Na primeira, apresentamos a conceituação dos *pronomes demonstrativos* de acordo com a classificação contida em gramáticas latinas, entre as quais, selecionamos: Faria (1940, 1958), Flora e Silva (1999), Garcia (2000) e Almeida (2000).

Em seguida, trazemos as conceituações a partir de compêndios gramaticais concebidos no século XX, com edições recentes, escritos em língua portuguesa, os quais destacamos: Cipro Neto e Infante (2008), Bechara (2009), Cunha e Cintra (2001), Cegalla (2008) e Rocha Lima (2011).

Finalmente, de posse das categorizações, conceituaremos *marcação*, depois faremos a análise dos dados colhidos do *corpus*. O foco investigativo parte da análise tradicional para uma abordagem discursiva.

## 2 FUNDAMENTOS GRAMATICAIS

### 2.1 Conceituação clássica de pronomes demonstrativos nas gramáticas de língua latina

Seguindo a nossa proposta, apontamos a definição do que seriam os pronomes demonstrativos a partir da *Gramática superior da língua latina*, de Ernesto Faria (1958).

*A priori*, de acordo com Faria (1958), em *latim clássico* é preciso fazer a distinção entre pronomes demonstrativos *propriamente ditos* de seus compostos. Os primeiros são *hic*, *iste* e *ille*, já os compostos são *idem* e *ipse*. Duas funções os tornam *demonstrativos*, uma delas é a “capacidade de mostrar um objecto sem nomeá-lo”, função deíctica ou dêitica (do grego *deiktikós*), a outra é a possibilidade de retomá-lo no discurso, a função anafórica (do grego *anaphorikós*) (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 233).

O pronome *hic* é registrado em dicionários como sendo *hic*, *haec*, *hoc* “este, esta, isto” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 196; REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 164), enquanto que *iste* é *iste*, *ista*, *istud* “esse, essa, isso” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 251; REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 201), e *ille* é *ille*, *illa*, *illud* “aquele, aquela, aquilo” (SILVA; MONTAGNER, 2012, p. 203; REZENDE; BIANCHET, 2014, p. 269). Daremos mais ênfase a *hic* e *ille*, mas devemos também compreender como se usava o *ille*.

Em essência, esses pronomes possuem função determinada, pois

indicam a proximidade com relação à primeira pessoa (*hic*) ou à segunda (*iste*), ou ainda a distância com referência a ambas (*ille*), sendo empregados em sentido próprio ou figurado, e aplicando-se tanto ao lugar quanto ao tempo (FARIA, 1958, p. 321, grifo do autor).

Em termos funcionalistas, devido as características estruturais e de função, são prototípicas a função de indicação de *localização*, *espacialização* e *referenciação*. Vejamos alguns exemplos<sup>1</sup>:

---

1 Citarei os exemplos dos autores daqui por diante, com suas respectivas traduções e indicações de fontes, as quais não tivemos acesso, especialmente por se tratarem de obras raras ou apenas fragmentos.

1. *Haec ciuitas, haec aetas* (Cíc. Rep. 1,1): “esta cidade, esta época”;
2. *His paucis diebus* (Cíc., C. M. 50): “nestes últimos dias”;
3. *Melior tutiorque est certa pax quam sperata uictoria: haec in tua, illa in deorum manu est* (T. Lív., 30, 30, 19): “é melhor e mais segura a paz certa do que a esperada vitória: esta (a paz que pode ser imediata) está em tuas mãos, aquela (a vitória que tem de ser obtida em tempo mais ou menos longo), nas dos deuses”;
4. *Eisdem hic sapiens de quo loquor oculis quibus iste uester intuebitur* (Cíc., Ac., 2, 105; *quam dissimilis hic dies illi tempori uidebatur* (Cíc., Verr., 4,77): “quão diferente parecia este dia daquele tempo”.

Como se pode perceber, há consenso em se traduzir *hic* (este), *iste* (esse), *ille* (aquele), por isso, quando se deseja exprimir a oposição de elementos, é costume, segundo Faria (1958, p. 321), se empregar “*hic* e *ille* equivalendo ao português ‘um e outro’ (grifos do autor), de maneira que *hic* terá como referência o objeto ou elemento mais próximo no discurso, ou a oposição será *hic* designando o termo último, e *ille*, o primeiro na construção. Vejamos outros exemplos:

5. *Inter duas acies Etrusci, cum in uicem his atque illis terga darent* (T. Lív., 28, 6, 10): “como os etruscos entre as duas linhas de combate dessem as costas sucessivamente a uns e a outros”;

6. *Nec ante in hanc aut illam partem moueri acies potuerunt* (T. Lív., 24, 46, 2): “e não puderam remover a frente de combate para esta ou aquela parte”;
7. *Q. Victorius primi pili centurio et C. Atinius tribunus militum, quartae hic, ille secundae legionis* (T. Lív., 34, 46, 12): “Q. Vitório, centurião do primeiro manípulo, e C. Atínio, tribuno militar, este da quarta legião, aquele da segunda”;
8. *Melius de quibusdam acerbos inimicos mereri quam eos amicos, qui dulces uideantur: illos uerum saepe dicere, hos nunquam* (Cíc., Lae., 90): “melhores serviços prestam alguns inimigos figadais do que os amigos que parecem cordiais: aqueles dizem frequentemente a verdade, estes nunca”.

Parece-nos que a função semântica é mantida, de um lado *hic* com referência próxima ou ao primeiro objeto, do outro *ille* com a referência distante ou ao segundo objeto. Outros exemplos confirmam esse valor semântico:

9. *Cave Catoni anteponas Socratem: huius facta, illius dicta laudantur* (Cíc., Lae., 10): “acautela-te em antepor Sócrates a Catão: do primeiro se louvam os feitos, do segundo os ditos”;
10. *Et futura et praeterita delectant, haec spectatione, illa memoria* (Sên., Ep., 99,5): “deleitam-nos as coisas futuras e as passadas: as primeiras pela expectativa e as segundas pela lembrança”.

Na mesma esteira de Faria (1958), Almeida (2000) nos apresenta um quadro da declinação dos três pronomes em sua *Gramática latina: curso único e completo*:

Figura 1: Pronomes demonstrativos

**Hic, hæc, hoc** = este, esta, isto

	SINGULAR			PLURAL		
	M.	F.	N.	M.	F.	N.
NOM.	<b>hic</b>	<b>hæc</b>	<b>hoc</b>	<b>hi</b>	<b>hæ</b>	<b>hæc</b>
GEN.	<b>hujus</b>	<b>hujus</b>	<b>hujus</b>	<b>horum</b>	<b>harum</b>	<b>horum</b>
DAT.	<b>huic</b>	<b>huic</b>	<b>huic</b>	<b>his</b>	<b>his</b>	<b>his</b>
ABL.	<b>hoc</b>	<b>hac</b>	<b>hoc</b>	<b>his</b>	<b>his</b>	<b>his</b>
AC.	<b>hunc</b>	<b>hanc</b>	<b>hoc</b>	<b>hos</b>	<b>has</b>	<b>hæc</b>

**Iste, ista, istud** = esse, essa, isso

	SINGULAR			PLURAL		
	M.	F.	N.	M.	F.	N.
NOM.	<b>iste</b>	<b>ista</b>	<b>istud</b>	<b>isti</b>	<b>istæ</b>	<b>ista</b>
GEN.	<b>istius</b>	<b>istius</b>	<b>istius</b>	<b>istorum</b>	<b>istarum</b>	<b>istorum</b>
DAT.	<b>isti</b>	<b>isti</b>	<b>isti</b>	<b>istis</b>	<b>istis</b>	<b>istis</b>
ABL.	<b>isto</b>	<b>ista</b>	<b>isto</b>	<b>istis</b>	<b>istis</b>	<b>istis</b>
AC.	<b>istum</b>	<b>istam</b>	<b>istud</b>	<b>istos</b>	<b>istas</b>	<b>ista</b>

**Ille, illa, illud** = aquele, aquela, aquilo

	M.	F.	N.	M.	F.	N.
	NOM.	<b>ille</b>	<b>illa</b>	<b>illud</b>	<b>illi</b>	<b>illæ</b>
GEN.	<b>illius</b>	<b>illius</b>	<b>illius</b>	<b>illorum</b>	<b>illarum</b>	<b>illorum</b>
DAT.	<b>illi</b>	<b>illi</b>	<b>illi</b>	<b>illis</b>	<b>illis</b>	<b>illis</b>
ABL.	<b>illo</b>	<b>illa</b>	<b>illo</b>	<b>illis</b>	<b>illis</b>	<b>illis</b>
AC.	<b>illum</b>	<b>illam</b>	<b>illud</b>	<b>illos</b>	<b>illas</b>	<b>illa</b>

Fonte: Almeida (2000, p. 161).

Em nota, Almeida (2000, p. 162) aponta: “**Hic** e **iste** empregam-se, indiferentemente, para indicar um objeto que se mostra, isto é, um objeto presente ou próximo” (grifo do autor). Depois, complementa: “**Ille** e **is** empregam-se, indiferentemente, quando se referem a um objeto de que se fala, isto é, a objeto ausente ou afastado” (ALMEIDA, 2000, p. 162, grifo do autor). Desse modo, a função prototípica se manteve, independentemente do caso, seja

singular ou plural. A mudança de casos se dá pela concordância, na morfologia e na função desejada pelo interlocutor. Vejamos:

11. Romulus et Numa Pompilius fuerunt primi reges Romanorum; hic fuit pius, ille bellicosus; res illius illustriores sunt quam res hujus: “Rômulo e Numa Pompílio foram os primeiros reis dos romanos; este foi justo, aquele belicoso; os feitos daquele são mais célebres do que os deste”;
12. Illa régio pulchrior et fertilior hac est: “Aquele região é mais bela e mais fértil que esta”.

O que mais nos chama a atenção é que, a princípio, tanto *hic* quanto *iste* eram utilizados em *latim clássico* e se traduziam em português com relação a 1ª pessoa e 2ª pessoa, respectivamente. Porém quando o autor diz que se utilizam *indiferentemente* causa certo estranhamento.

Antes, o entendimento era de que não havia *distanciamento* de quem falava em relação ao objeto com *hic* e *iste*. Tal distância só se expressava de modo mais saliente quando se utilizava *ille*. Mantenhamos em mente a perspectiva aqui referida para mais adiante retomarmos.

Na *Gramática Latina*, de Flora e Silva (1999), consta esta elucidação: “Os pronomes demonstrativos latinos, quando sozinhos, classificam-se como pronomes. Quando acompanhados de substantivos, classificam-se como adjetivos”. Temos duas funções para essas formas, de um lado, a de um *elemento linguístico gramatical*, que substitui outro, do outro, a de um *modificador* ou *predicativo*.

Optamos por não reproduzir o quadro elaborado pelas autoras (FLORA; SILVA, 1999, p. 76), haja vista ser semelhante ao de Almeida (2000), quadro esse que acaba por corroborar os comentários dele.

No tocante ao significado e uso, Flora e Silva (1999, p. 78), informam que *hic* “indica a pessoa ou coisa próxima de quem fala”, *iste* “indica a pessoa ou coisa próxima do receptor” e *ille* “refere-se à pessoa ou coisa afastada do emissor e do receptor” (grifos das autoras). Vejamos:

13. *Haec manus*: “esta mão = minha mão”;
14. *Haec tempora*: “estes tempos = nosso tempo”;
15. *Ista auctoritas*: “essa autoridade”;
16. *Ego sum ille Consul*: “eu sou aquele Consul”.

Diferente de Faria (1958) e Almeida (2000), Flora e Silva (1999) destacam o uso de *iste*. É válido frisar que o sentido dado por elas na sentença (15), como se pode ver, não revela nenhuma distância entre quem emite o discurso e quem o recebe. Se levarmos em consideração o que foi dito antes, tal sentença só poderia ter sido enunciada por uma 2ª pessoa do discurso, se fosse uma 1ª pessoa teria de ter sido dita “*haec auctoritas*”, com o uso de *haec*, em nominativo singular feminino, já que *auctoritas* é um substantivo feminino singular da 3ª declinação (*auctoritas*, - *atis*).

Por fim, passemos à *Introdução à teoria e prática do latim*, de Garcia (2000), na qual temos, em separado, os pronomes *hic* e *iste* (GARCIA, 2000, p. 88). Por ser um quadro muito semelhante ao apresentado por Almeida (2000), não o reproduziremos para evitar repetições desnecessárias. Não vimos no quadro da autora nem diferença nos sentidos dados nem nas desinências casuais, o que confirma os posicionamentos de Faria (1958), Flora e Silva (1999) e, mais particularmente, Almeida (2000).

Do exposto até aqui, não obtivemos nenhuma regra saliente que diferenciasses os empregos de *hic* e *iste*. E por mais que se referiram a 1ª e 2ª pessoas no discurso, a compreensão de que se tratam de objetos/elementos próximos permanece inalterada. Seria correto afirmar que sua função prototípica estava estabelecida no *latim clássico*.

Vejam mais uma sequência de exemplos, agora extraídos da *Gramática Latina*, de Freire (1987, p. 49-50):

17. *Hic homo*: “este homem”;
18. *Haec mulier*: “esta mulher”;
19. *Hoc templum*: “este templo”;
20. *Iste dux*: “esse chefe”;
21. *Ista navis*: “esse navio”;
22. *Istud exemplum*: “esse exemplo”;
23. *Ille vir*: “aquele homem”;
24. *Illa puella*: “aquela menina”;
25. *Illud genu*: “aquele joelho”.

Chegamos à conclusão, a partir dos dados de que tivemos acesso até aqui, de que a função prototípica do pronome demonstrativo *hic*, *iste* e *ille* estava, no latim, plenamente situada, não havendo variação nos sentidos. É preciso fazer um questionamento: *de onde vem a distinção entre os usos de hic e iste como opostos semanticamente?*

Talvez a melhor resposta venha do próprio Faria, que em sua *Síntese de Gramática Latina*, dizia ele: “*Iste*, *a*, *ud*, que tem mais ou menos a mesma significação de *ille*, esse, aquele, se declina da mesma forma” (FARIA, 1940, p. 60, grifos do autor). E, logo em seguida, aponta: “*Hic*, *haec*, *hoc* foi suplantado por *iste*, *a*, *ud*, não passando



para o português, onde hoje há um vestígio no advérbio *agora*, de *hachora* (FARIA, 1940, p. 61, grifos do autor).

Temos, portanto, dois problemas para refletirmos: Faria (1940) aponta que havia, de fato, semelhanças entre os usos de *iste* e *ille*, como semanticamente iguais; no segundo, *hic* foi absorvido pelo uso de *iste*. Assim, temos:

Tabela 1: Quadro evolutivo dos pronomes demonstrativos

Fases	Funções semânticas	Mudanças
1	<i>iste</i> (esse, essa, isso) - <i>ille</i> (aquele, aquela, aquilo) - <i>hic</i> (este, esta, isto)	Em que as funções prototípicas permaneciam definidas.
2	<i>iste</i> (esse, essa, isso; aquele, aquela, aquilo) - <i>ille</i> (esse, essa, isso; aquele, aquela, aquilo)	Em que há um acúmulo de funções entre duas formas.
3	<i>hic</i> (este, esta, isto) > <i>iste</i> (este, esta, isto; esse, essa, isso; aquele, aquela, aquilo)	Em que <i>hic</i> desaparece dos usos, mas seu sentido passa a integrar <i>iste</i> , ampliando suas funções.

Fonte: elaboração própria.

Daí que, dada a ausência de *hic* na passagem do *latim vulgar* ao português favoreceu o enriquecimento semântico da forma *iste*, que por sua vez passou a ser representado no português através de *esse* e *este*, simultaneamente. Trata-se de uma forma multifuncional, não mais discreta. Partamos agora para a conceituação em gramáticas modernas, para vermos como esse fenômeno é tratado.

## 2.2 Conceituação moderna de pronomes demonstrativos nas gramáticas da língua portuguesa

De início, observamos a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Cipro Neto e Infante (2008, p. 286), em que admitem: “Os pronomes demonstrativos indicam a posição dos seres em relação às pessoas do discurso, situando-os no espaço, no tempo ou no próprio discurso”. Em seguida, resumem seus argumentos com este quadro:

Tabela 2: Pronomes demonstrativos

<b>Primeira pessoa</b>	Este, estes, esta, estas
	Isto
<b>Segunda pessoa</b>	Esse, esses, essa, essas
	Isso
<b>Terceira pessoa</b>	Aquele, aqueles, aquela, aquelas
	Aquilo

Fonte: adaptado de Cipro Neto e Infante (2008, p. 286).

Tal classificação é equívale ao que vimos nas gramáticas latinas. Não há distinção alguma. Para os autores, os pronomes de 1ª pessoa (“proximidade de quem fala ou escreve”), 2ª pessoa (“proximidade da pessoa a quem se fala ou escreve”) e 3ª pessoa (“distante tanto de quem fala ou escreve como da pessoa a quem se fala ou escreve”) são distinguíveis um do outro (CIPRO NETO; INFANTE, 2008, p. 286-287). Vejamos os exemplos que os autores apresentam:

26. **Este** rapaz é um velho companheiro;
27. **Esta** blusa que estou usando é confortável;
28. O que é **isso** que está em sua mão?
29. Nunca imaginei que **esse** corpo conseguisse suportar tanto trabalho;
30. Veja **aqueles** monumentos;
31. Quem é **aquela** moça que está do outro lado da rua?

Além disso, esclarecem os autores que esses pronomes podem exercer o papel de relacionar partes do discurso, de modo que se pode empregá-los para situar o leitor ou ouvinte ao que foi ou será dito, assim, “*Este* (e as outras formas de primeira pessoa) se refere ao que ainda vai ser dito na frase ou texto; *esse* (e as outras formas de segunda pessoa) se refere ao que já foi dito na frase ou texto” (CIPRO NETO; INFANTE, 2008, p. 287, grifos dos autores).

Em consonância ao que disseram, Bechara (2009, p. 141) na sua *Moderna Gramática Portuguesa*, conceitua que os pronomes demonstrativos “são os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso”, em que a *localização* se revela no *tempo*, *espaço* e *discurso*. Como exemplo, traz o autor:

32. *Este livro* é o livro que está perto da pessoa que fala; *esse livro* é o que está longe da pessoa que fala ou perto da pessoa com quem se fala; *aquele livro* é o que se acha distante da 1.<sup>a</sup> e da 2.<sup>a</sup> pessoa.

Em outra passagem, o autor faz uma advertência: “Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos; muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática” (BECHARA, 2009, p. 141). Talvez, ele se refira aos diferentes usos que hoje vigoram na língua. Trataremos disso logo mais adiante. É certo que a separação rígida entre as formas e sentidos para usos distintos não se sustenta.

Na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, Cegalla (2008, p. 183) define-os como sendo aqueles pronomes que “indicam o lugar, a posição ou a identidade dos seres, relativamente às pessoas do discurso”. O autor apresenta os seguintes exemplos aqui transcritos:

33. Compro *este* carro (aqui) (“O pronome **este** indica que o carro está perto da pessoa que fala”);
34. Compro *esse* carro (aí) (“O pronome **esse** indica que o carro está perto da pessoa com quem falo ou afastado da pessoa que fala”);
35. Compro *aquele* carro (lá) (“O pronome **aquele** diz que o carro está afastado da pessoa que fala e daquela com quem falo”).

Há no conceito dado pelo autor e as amostras apresentadas um *continuum* que é mantido com as demais gramáticas que trouxemos, pelo menos aparentemente. Porém, mais adiante, diz: “Aos pronomes *este, esse, aquele* correspondem *isto, isso, aquilo*, que são invariáveis e se empregam exclusivamente como substitutos dos substantivos” (CEGALLA, 2008, p. 183). Como em:

36. **Isto** é meu;
37. **Isso** que você está levando é seu?;
38. **Aquilo** que Daria está levando não é dele.

Essa informação dada pelo autor, em uma primeira olhada, não parece ser relevante. Mas, se observarmos mais atentamente, quando pensamos no *sermo urbanus* que possuía três gêneros (*masculino, feminino e neutro*), veremos que o neutro não passou ao português, sendo incorporado ou ao feminino ou ao masculino (FARIA, 1940, 1958; GARCIA, 2000). Os pronomes *isto, isso, aquilo* são, pois *pronomes substantivos*, originários dos demonstrativos latinos neutros. Almeida (2000) argumenta que o neutro carrega em si a noção de “coisa”. Nas traduções se referem ou substituem uma “coisa” ou “objeto”, mas não “pessoas”.

Rocha Lima (2011), por sua vez, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, diz tão-somente que: “Quando fazemos referência a dois substantivos anteriormente citados, empregamos *aquele* para o mencionado em primeiro lugar e *este* para o que se apresentou em segundo lugar” (grifos do autor). Nos dá somente dois exemplos:

39. Camões e Bocage foram dois grandes poetas: *este*, do século XVIII; *aquele*, do século XVI (“*este* e *aquele* – pronomes substantivos”);
40. *Este* romancista escreve bem, porém *aquele* (romancista) tem mais imaginação (“*este* e *aquele* – pronomes adjetivos”).

Nada mais o autor acrescenta, nem indica o uso do pronome *esse*. Por outro lado, na *Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra (2001, p. 233) asseveram que tais pronomes “situam a pessoa ou a coisa designada relativamente às pessoas gramaticais”. Suas amostras são extraídas fundamentalmente da literatura:

41. Lia coisas incríveis para **aquele lugar** e **aquele tempo**. (Ciro dos Anjos, *DR*, 105);
42. A ternura não embarga a discrição nem **esta** diminui **aquela** (Machado de Assim, *OC*, I, I.124);
43. O mal foi **este**: criar os filhos como dois príncipes (Miguel Torga, *V*, 309).

Para os autores, há marcas no português do gênero neutro, diferentemente do que dizem outros autores sobre esse ponto. Segundo Cunha e Cintra (2001), as formas desses pronomes podem ser *variáveis* e *invariáveis* (*neutras*).

Tabela 3: Formas variáveis e invariáveis (neutras) dos pronomes demonstrativos

Variáveis				Invariáveis
Masculino		Feminino		
Este	Estes	Esta	Estas	Isto
Esse	Esses	Essa	Essas	Isso
Aquele	Aqueles	Aquela	Aquelas	Aquilo

Fonte: adaptado de Cunha e Cintra (2001, p. 234).

Em seguida, afirmam os autores que a distinção entre os usos dessas formas geralmente não é “obedecida na prática” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 235). E dizem mais:

Com frequência, na linguagem animada, nos transportamos pelo pensamento a regiões ou a épocas distantes, a fim de nos referirmos a pessoas ou a objectos que nos interessam particularmente como se estivéssemos em sua presença.

Linguisticamente, esta aproximação mental traduz-se pelo emprego do pronome *este* (*esta, isto*) onde seria de esperar *esse* ou *aquela* (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 235-236, grifos dos autores).

Complementam depois, que “uma atitude de desinteresse ou de desagrado para algo que esteja perto de nós pode levar-nos a expressar tal sentimento pelo uso do demonstrativo *esse* em lugar de *este*” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 236, grifos dos autores). Essas negativas dos autores são as que mais nos interessam: os usos não canônicos das formas. A concepção funcionalista da linguagem admite que a língua é fluida. E, por essa razão, novas estruturas surgem devido às pressões do uso.

As amostras que os autores trazem, exclusivamente literárias – portanto, estilisticamente rebuscadas – não revelam a linguagem diária. Daí nossa motivação em compreender os novos usos, mas levando em conta situações de comunicação reais.

### 3 PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

Para entendermos as causas das mudanças das funções prototípicas dos pronomes demonstrativos é preciso, de maneira objetiva, conhecermos as bases da *Linguística Funcional Clássica* (doravante LFC) no tocante ao princípio de *Marcação*.

É consenso dizer que a LFC prega que a linguagem é um instrumento de interação social. O foco investigativo vai mais além que a estrutura gramatical, de modo que as motivações para os  *fatos das línguas* são buscadas no *contexto discursivo*. Nesse sentido, a LFC tem como objetivo explicar quaisquer regularidades observáveis no

uso efetivo da linguagem (FURTADO DA CUNHA; COSTA, CEZARIO, 2015).

Noutra perspectiva, as análises linguísticas dessa abordagem linguística refletem a união entre as propostas teórico-metodológicas da Linguística Cognitiva e a Linguística Funcional (MARTELOTTA, 2014). É preciso ressaltar, ainda, que:

O termo *funcionalismo* ganhou força nos Estados Unidos a partir da década de 70, passando a servir de rótulo para o trabalho de linguistas como Paul Hopper, Sandra Thompson e Talmy Givón, que passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso (MARTELOTTA; KENEDY, 2003, p. 23).

Sobre os desdobramentos teóricos da LFC, Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 13) explicam que:

O termo *Linguística Funcional Centrada no Uso* (Usage-Based Linguistics, na literatura norte-americana) identifica uma tendência funcionalista de estudo das línguas, também denominada Linguística Cognitiva-Funcional.

Essa abordagem teórica “defende uma investigação baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 17). Em termos gerais, isso implica dizer que a língua está a serviço das necessidades comunicativas dos falantes.

De acordo com Macedo (1998, p. 79), os discípulos de Givón, Chafe, Thompson, Li e Hopper argumentam que os funcio-



nalistas “procuram mostrar que os fenômenos formais são decorrentes de fatores do contexto”. Além disso, “*a língua é uma estrutura maleável, sujeita às pressões do uso e constituída de um código parcialmente arbitrário*”(FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 17, grifos das autoras). Daí a perspectiva que língua é uma estrutura *adaptativa e emergente*. Sobre isso, dizem Martelotta e Kenedy (2015, p. 15) que a visão funcionalista concebe a língua “como um instrumento de comunicação [...] maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas”, corroborando com nossa posição.

### 3.1 O princípio de marcação

*Grosso modo*, o princípio da *marcação* foi “herdado da linguística estrutural desenvolvido pela Escola de Praga” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 25) e se estabelece a partir de três critérios, que permitem classificar categorias em *marcados* e *não marcados*. São estes:

- a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não marcada correspondente;
- b) distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada correspondente;
- c) complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente. Incluem-se, aqui, fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 26).

De acordo com os autores, geralmente, esses três critérios coincidam nas línguas. Contudo, os autores advertem, a partir da leitura de Givón (1995), que esse fenômeno também depende do *contexto, fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos* etc. Resumindo, a marcação se revela pela *complexidade cognitiva*, pela *complexidade estrutural* e pela *distribuição de frequência* (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015).

#### 4 CORPUS DA PESQUISA

O *Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público* (CETEM Público) contém aproximadamente “190 milhões de palavras extraídas do diário PÚBLICO”<sup>2</sup>. E, segundo a Languateca, o CETEM Público foi:

criado pelo projecto Processamento computacional do português (projecto que deu origem à Languateca) após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) português e o jornal PÚBLICO em Abril de 2000<sup>3</sup>.

Os dados do *corpus* são, portanto, de textos escritos em Português Europeu, os quais reproduziremos com as mesmas especificidades (no tocante à ortografia e sintaxe).

Em verificação a esse *corpus*, identificamos que o pronome *esse* contém **63.373** ocorrências e *este* **238.708** ocorrências. Dada a impossibilidade da análise desse universo, refletiremos sobre **20** amostras, (**10** de cada).

2 Projeto AC/DC: corpo CETEMPúblico. Disponível em: <https://www.languateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO>. Acesso em: 01 mar. 2020.

3 LINGUATECA. CETEMPúblico. Disponível em: <https://www.languateca.pt/CETEMPublico/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

## 5 ANÁLISES DOS DADOS

Nas análises que se seguem, as amostras foram organizadas tabelas, facilitando a exposição. Extraímos o fragmento contendo os elementos gramaticais em que aparecem, na tentativa de preservação do contexto de uso.

Tabela 4: Pronome demonstrativo **este**

Dados	Excertos
01	Segundo as especialistas que lideram o projecto, este facto proporciona uma grande comodidade na pesquisa do sangue e uma rápida disponibilização da amostra para realização de testes de compatibilidade, sempre que tal seja necessário.
02	Para este mesmo dia foram seleccionados 50 títulos, dos autores mais representativos da editora, que, durante uma semana, serão vendidos a metade do preço.
03	Mas este ano foi demasiado evidente.
04	O habitual espectáculo de rua bebe este ano a inspiração em Dom Quixote (na criação de Cervantes e na recriação de António José da Silva).
05	Quanto a este último ponto, é de notar que em 1959 se estava no mais acirrado da guerra fria, e que as histórias de espionagem Leste-Oeste haviam de dar matéria sem fim a aventuras que podiam estar situadas na actualidade.
06	A opinião pública divide-se e a comunidade científica interroga-se sobre este «admirável mundo novo».
07	De pouco lhe serve mais este saber.
08	Fale-nos um pouco das três peças que integram este programa.
09	São de facto principalmente este tipo de anomalias que permitem, por contraste, conhecer o funcionamento normal do cérebro.
10	«O Fim do Mundo» é um filme realista, ou seja, este é um filme sem citações nem metanarrativas e em que o cinema é pensado com a exclusiva preocupação de estar de acordo com essa parte ainda grande do mundo que é exterior a ele.

Fonte: CETEMPúblico.

Nas amostras (06), (08) e (09) há a antecipação de informação: “admirável mundo novo”, “programa” e “tipo de anomalias”, nessa ordem. O destaque é direto.

Já nas amostras (02), (03) e (04) há uma referência a tempo: “mesmo dia” e “ano”. Há aqui uma aproximação mental entre o que se diz e o tempo, mas como afirmam Cunha e Cintra (2001), seria o caso de serem expressos por *esse* e não por *este*.

Nas amostras (05) e (10) não há dúvidas de que os elementos se encontram próximos, pois “este *último ponto*” e o “Fim do mundo” reforçam isso.

Nas amostras (01) e (07) há a retomada de uma informação (não presente no fragmento, o que dificulta a verificação da distância entre os elementos), mas que suas referências são postas como diretas ao elementos. Porém, deveriam ser colocados, em ambas, o pronome *esse*, já que a distância entre o que foi dito não fica claro no discurso.

Tabela 5: Pronome demonstrativo **esse**

Dados	Excertos
11	Como também disse «não saber» quando será realizada a assembleia geral para aprovação do relatório e contas -- um tema, aliás, também abordado ontem pelos convivas --, documento esse concluído há já cerca de três meses e que já possui o parecer do conselho fiscal do clube.
12	A mercearia ficava no meio, mas esse era negócio para depois.
13	Também para a Câmara, esse é um aspecto que cabe resolver ao Ministério da Administração Interna.
14	Não se sabe com toda a certeza se esse valor crítico é ou não ultrapassado.
15	Uma geração enfim chegada ao poder com Bill Clinton, a interrogar-se nas entrelinhas deste filme sobre como assumir esse mesmo poder.
16	Após a entrada dos suevos, a cidade perdeu esse apoio.
17	O aeroporto fechou durante cinquenta minutos, mas esse período de greve deve ser hoje de uma hora, e a partir de amanhã será por tempo indeterminado.
18	E não se sabe para onde vai esse dinheiro.
19	E surge o espanto quando esse povo toma as rédeas do seu próprio destino.
20	Woody Allen, esse, é que não quererá nada com a água .

Fonte: CETEMPúblico.

Nas amostras (11), (12), (13), (15) e (16) há a retomada de uma informação que se encontra distante no discurso. Trata-se, portanto, de uma relação não direta.

Já na amostra (17) há uma referência a tempo (“esse período”), onde se costuma usar, geralmente, o pronome *este*, como vimos nas amostras (02), (03) e (04).

Nas amostras (14), (18) e (19) há referência que são postas depois (“valor crítico”, “dinheiro” e “povo”), onde seria mais comum o emprego de *este*, já que o referente vem logo após no discurso. Por fim, em (20), o referente encontra-se anteposto, sendo que o pronome teve a função de pôr em relevo o substantivo “Wood Allen”. O pronome *este* também poderia ter sido empregado, mas isso seria um fato raro, como ressaltam Cunha e Cintra (2001).

## 6 CONCLUSÕES

De acordo com os critérios do princípio de marcação que vimos, o pronome *esse* é menos frequente – daí apresentaria mais saliência –, enquanto o pronome *este* é mais frequente – por isso apresentaria menos saliência.

*Esse* é a *estrutura marcada*: mais complexo estruturalmente e cognitivamente, portanto, demandaria maior atenção e maior esforço mental. Por outro lado, *este* é a *estrutura não marcada*: mais frequente, menos complexo estruturalmente e demandaria menos esforço mental.

Como pudemos ver dos exemplos aqui trazidos, nem sempre essas categorias são discretas, ora uma assumindo as funções da

outra, ora o inverso ocorre. Retomando o que dizemos na Tabela 1, e diante da alta frequência de uso do pronome *este*, que assim como ocorreu no *latim vulgar* quando o pronome *iste* absorveu o uso de *hic*, em português, o pronome *este* está incorporando as (multi)funções de *esse*.

Em outras palavras: a forma *não marcada* exerce mais funções, já a forma *marcada* tem funções mais específicas. Chegamos, ao mesmo problema levantado por Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015): a necessidade de se rever o binarismo *marcado X não-marcado*. Serão necessários mais estudos para chegarmos a conclusões mais precisas sobre o porquê de *este* estar assumindo as funções de *esse*, mesmo sendo uma estrutura, *não marcada*.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**: curso único e completo. São Paulo: Saraiva, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CIPRO NETO, Paschoal; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FARIA, Ernesto. **Síntese de gramática latina**. Redigida especialmente para servir ao ensino moderno do latim. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., Editores, 1940.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FLORA, Simonetti; SILVA, Milton Affonso da. **Gramática Latina**. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 1999

FREIRE, António. **Gramática Latina**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia e Livraria A. I., 1987.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Eduardo Martelotta**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013, p. 13-40.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015, p. 21-48.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira de. Situando o funcionalismo. In: \_\_\_\_\_. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 17-28.

GARCIA, Janete Melasso. **Introdução à teoria e prática do latim**. Brasília: Editora da UNB, 2000.

GARCIA, Janete Melasso; OTTONI DE CASTRO, Jane Adriana Ramos. **Dicionário gramatical de latim: nível básico**. Brasília: Editora da UNB/Ed. Plano Ltda., 2010.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Funcionalismo. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v.1, n. 2, p. 73-88 – jan./jun., 1998.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015, p. 11-20.

\_\_\_\_\_. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003, p. 17-28.

OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. **Linguística Centrada no Uso**: teoria e método. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.

REZENDE, A. M.; BIANCHET, S. B. **Dicionário do Latim Essencial**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVA, A. C.; MONTAGNER, A. C. **Dicionário latino-português**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony Julius. Mecanismos funcionais do uso da língua. **Revista D.E.L.T.A. Debate**. São Paulo, v. 5, n. 2, 1989, p. 169-184.



## CAPÍTULO 7

### “PEGO ELE”, “COLOCOU ELA”: usos e formas em flutuação

*Cícero José da Silva*  
*Denilson Pereira Matos*

#### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo está centrado no viés da Linguística Funcional Clássica (LFC) ancorado nas concepções teóricas de Givón (1979) e Hooper (1991). Utilizamos os princípios de prototipicidade, variação e mudança linguística (HOPPER 1991), estes últimos, princípios motivadores de gramaticalização.

Como objetivo, buscamos confirmar ou refutar se há consequências sintático-discursivas na flutuação dos pronomes em estudo com relação à função assumida na oração em posições pré-verbais e pós-verbais. Como também, observamos: se há verbos motivadores da atuação sintático-discursiva no uso destes pronomes em posição de complemento verbal; e se o uso dos pronomes do caso reto em função completiva ocorre com a mesma frequência nas modalidades da língua (falada/escrita).

Analisamos dados do *corpus* Discurso & Gramática (D&G), da cidade de Natal. Metodologicamente, combina-se o viés qualitativo e quantitativo para a análise dos dados coletados, descrevendo-os e interpretando-os de maneira indutiva.

Acreditamos que este estudo constate que a movimentação sintática dos pronomes em estudo tem implicações discursivas e apresente indícios de mudança linguística motivada pelo processo de gramaticalização.

## 2 A CATEGORIA PRONOMINAL SOB O VIÉS TRADICIONAL

Quanto à função dos pronomes, conforme Bechara (2009), as formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, funcionam como sujeito, e se dizem *retas*<sup>1</sup>. A cada um destes pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo, funcionando como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica.

No que se refere ao emprego de alguns pronomes, segundo Rocha Lima (2011), as formas *o, a, os, as* empregadas em substituição a um substantivo que, sem vir precedido de preposição, completa o regime de um verbo.

No quadro 01(um), abaixo, apresentamos os pronomes pessoais do caso reto e os oblíquos com suas funções sintáticas previstas e conforme a GT.

---

1 Bechara (2009) utiliza “formas retas” para se referir aos pronomes pessoais retos, e “forma oblíqua” para se referir aos pronomes pessoais oblíquos. Retas, quando funcionam como sujeito da oração; oblíquas quando empregadas fundamentalmente como objeto (direto ou indireto).

## Quadro 01: Função dos pronomes pessoais

PRONOMES PESSOAIS		
FORMAS RETAS OU SUBJETIVAS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS	
Função sintática de sujeito/ predicativo	Átonos Objetivas direta	Tônicos Objetivas indiretas
1ª pessoa: eu	<i>Me</i>	<i>Mim</i>
2ª pessoa: tu/você	<i>Te, lhe (a você)</i>	<i>Ti, você</i>
3ª pessoa: ele/ela	<i>o, a, lhe (a ele, a ela)</i> <i>se</i> (singular e plural, exclusivamente reflexivo)	<i>Ele, ela, si</i>
1ª pessoa: nós	<i>Nos</i>	<i>Nós</i>
2ª pessoa: vós/vocês	<i>Vos, o, a, se</i>	<i>Vós, vocês</i>
3ª pessoa: ele/elas	<i>os, as, lhe (a eles, a elas)</i> <i>se</i> (singular e plural, exclusivamente reflexivo)	<i>Eles, elas, si</i>

Fonte: Lima (2011).

Podemos perceber dois pontos convergentes entre Bechara (2009) e Rocha Lima (2011) acerca das funções sintáticas desempenhadas pelos pronomes do caso reto e oblíquos são:

- a. as formas retas exercem função de sujeito e as oblíquas de complemento;
- b. quando se expõe as funções sintáticas dos pronomes retos e oblíquos, diz-se que o primeiro atua como sujeito e o segundo como complemento.

De modo geral, os pronomes pessoais do caso reto (*eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles e elas*), em uma visão tradicional, são colocados como uma categoria sintaticamente definida por exercer as funções

de “sujeito” das orações. Além disso, representam as pessoas do discurso, ou são indicados como possibilidade de substituição para os nomes em um movimento de retomar referentes, ou até mesmo de inserir um referente na construção textual.

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA LINGUÍSTICA FUNCIONAL CLÁSSICA

Para o funcionalismo linguístico, a forma emerge do uso. No uso linguístico estão as motivações que dão forma à língua, nas palavras de Martellota *et al.* (2015)

De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Desta maneira, para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é neste espaço que a gramática é constituída (MARTELOTTA E KENEDY, 2015, p. 16).

No funcionalismo linguístico, há uma correlação natural e motivada entre forma (código linguístico) e função (significado), dando a organização sintática um caráter, também, motivado. Assim, as estruturas linguísticas emergem do uso, o usuário movimenta e ordena os itens lexicais na sintaxe da língua em meio a pressões interativas do ato comunicativo.

Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos de uso. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja,

a estrutura é motivada pela situação comunicativa (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 21).

Para o funcionalismo, a gramática é resultado das regularidades discursivas nas diversas estratégias de comunicação. Assim, situamos a variação sintática dos pronomes retos de terceira pessoa *ele, ela, eles, elas* como fenômeno linguístico ligado às pressões discursivas oriundas do ato comunicativo na relação entre discurso e sintaxe. É neste contexto que situamos a flutuação, como uma variação sintática de um determinado item ou categoria linguística, uma vez que as formas linguísticas adaptam-se às pressões exercidas pelas funções.

Nas seções a seguir, trataremos sobre os princípios de prototipicidade e mudança linguística.

### 3.1 Prototipicidade

Categorizamos o mundo a partir das relações perceptivas e conceituais das nossas experiências. Essa categorização dar-se quando as palavras, os sintagmas e seus complementos são reconhecidos e associados a representações armazenadas na base do sistema linguístico dos usuários. Toda base linguística é um resultado de construções categóricas de fonemas, morfemas, itens lexicais e sintagmas ordenados por padrões perceptivos na relação língua/mundo.

Nessa perspectiva, a construção de conceitos relaciona-se às experiências do ser humano no ambiente biofísico e sociocultural, e são esses conceitos que nos permitem caracterizar mentalmente as categorias e raciocinar sobre elas. Cada categoria é conceitualizada em termos do representante prototípico, aquele que reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria (FURTADO DA CUNHA, BISPO E SILVA, 2013, p. 28).

As categorias são definidas por um conjunto de propriedades já existentes e compartilhadas entre um dado objeto ou espécie do mundo. Cada categoria será classificada a partir dos elementos modelares que melhor constituem e representam seu protótipo de maneira escalar, o item que reunir características conceituais mais próximas da categoria a representa prototipicamente. Assim, para Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 29), “Essa perspectiva não linear/categórica e não discreta permite o tratamento escalar e contínuo de aspectos gramaticais”. Nem sempre as propriedades categóricas e as classes que envolvem aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos são constituídas por traços definidores fechados que as separem umas das outras.

Significa que, ao invés de serem definidas, em termos binários e discretos, as coisas percebidas distribuem-se num *continuum* categorial, em que alguns elementos localizam-se mais nos polos da escala, com propriedades conceituais mais ou menos bem definidas, e outros se situam em instâncias intermediárias, por compartilharem características de uma e outra categoria. (FURTADO DA CUNHA, BISPO E SILVA, 2013, p. 29)

Como as propriedades sintáticas, morfológicas e semânticas estão sujeitas e emergem das pressões discursivas do uso da língua, haverá sempre um protótipo de cada categoria que serve de base comparativa para os demais itens. Assim, a prototipicidade é uma especificidade das categorias, admitindo-se um movimento de migração entre as categorias, pois são as ocorrências do uso de elementos linguístico nos diversos contextos verbais que estabelecem as regularidades de empregos dos itens linguísticos e do surgimento de um novo sentido para determinados itens que se aproximam ou se distanciam dos representantes prototípicos da determinada categoria.

Daí segue-se que a estrutura só pode ser explicada levando-se em conta, e considerando-se com especial cuidado, a comunicação (GIVÓN *apud* VOTRE & NARO, 2012, p.17).

É a partir da aferição da frequência de uso dos pronomes pessoais do caso reto *ele, ela, eles, elas* que delimitaremos o uso prototípico desta categoria. Além disso, a regularidade das ocorrências também apontará se há um movimento de variação sintática desta categoria no sentido de assumir novas funções sintáticas nas orações, funções estas não previstas por uma abordagem mais tradicional dos estudos da língua, e com que frequência este movimento ocorre no uso da língua. Visto se na língua há o que é prototípico, com certeza há o que não o é.

Na próxima seção, trataremos de outro fenômeno importante neste trabalho: a mudança linguística..

### 3.2 A Mudança linguística

Uma das características principais da língua é a fluidez. É possível identificar como a forma linguística adapta-se, transforma-se e muda. No uso diário da língua, os falantes procuram desenvolver estratégias linguísticas que supram as necessidades comunicativas nos diferentes contextos. Nas palavras de Martelotta (2011, p.27), “(...) a mudança está associada ao funcionamento das línguas (...) é um fenômeno essencialmente funcional, no sentido de que está relacionado às estratégias comunicativas que os usuários utilizam nos diferentes eventos de uso”.

Um dos fenômenos específicos da *mudança* linguística é a *gramaticalização* definida por Martelotta (2011) como:

(...) um processo de mudança linguística unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (MARTELOTTA, 2011, p. 92).

Dessa maneira, a gramática não é um produto acabado, os itens lexicais movimentam-se no discurso em função da demanda comunicativa do usuário, um movimento de constante negociação entre usuário, forma linguística, função linguística e contexto de realização da língua. Este movimento motiva as transformações acarretadas pelos itens linguísticos no decorrer do tempo e segundo Martelotta (2015, p.51) “(...) essas transformações apresentam uma unidirecionalidade: caminham do discurso para a gramática”. Observemos o gráfico abaixo ilustrativo da fala de Martelotta (2015) acerca da unidirecionalidade do processo de gramaticalização.

Gráfico 01: Unidirecionalidade do processo de gramaticalização



Fonte: elaboração própria.



A unidirecionalidade das transformações dos elementos linguísticos no processo de gramaticalização é um movimento comum nas línguas, dependendo este processo da relação entre a mudança dos elementos linguísticos e o contexto de uso. Nesta acepção, o sistema linguístico está em constante renovação, mesmo o que é dado como fixo em um determinado estado, posto na língua, está suscetível de sofrer combinações propositivas a partir de escolhas lexicais por parte do usuário durante o ato interativo do uso da língua. Dessa maneira, formas linguísticas adquirem especificidades no discurso flutuando sintaticamente na oração. Por isso, a ordenação sintática será expressa entre o que é dado na língua, a sintaxe, e o que é deixado por conta do usuário nas interações comunicativa. É entre o que é sistêmico na língua e o que é discursivo que situamos a flutuação de itens linguísticos, como um movimento de gramaticalização em direção à mudança linguística. Segundo Martelotta (2015), dois aspectos do princípio de gramaticalização propostos por Hopper (1991) são de suma importância para a compreensão do processo de mudança linguística, são os princípios de *camadas* e de *divergência*.

O princípio de *camadas* refere-se ao fato de as línguas frequentemente possuírem mais de uma forma de desempenhar funções idênticas, sendo, nesse caso, importante registrar que a nova forma não implica o desaparecimento da forma já existente. No caso da *divergência*, tem-se um conjunto de formas com a mesma etimologia, desempenhando funções diferentes e, novamente, a existência do novo uso não implica o desaparecimento do uso original. (MARTELOTTA, 2015, p. 49-50).

Nesta pesquisa, o princípio de *camadas*, que está intrinsecamente associado ao fenômeno de mudança destacado nesse estudo, é admitido, norteando nossas posições, descrição e análise dos

pronomes do caso reto *ele/ela/eles/elas*. Nesta direção, os pronomes pesquisados, em alguns contextos de uso, assumem a função de complemento verbal; o que, conforme a gramática tradicional, é característica inerente aos pronomes oblíquos.

Acerca do princípio de divergência, ancoramos o estudo do pronome em análise no conjunto de formas etimologicamente semelhante, que em algum momento desempenham funções diferentes, se pré-verbal, função de sujeito, se pós-verbal, função de complemento, considerando que, a existência de outra função não anula o uso da função original.

No tópico a seguir, apresentamos a metodologia desta pesquisa.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo combina o viés qualitativo com o quantitativo, analisando os dados coletados, com a finalidade de testar as proposições elencadas ao longo deste trabalho.

Adotamos como fonte de análise o banco de dados organizado pelo grupo de pesquisa Discurso & Gramática (1998), seções de Natal-RN (FURTADO DA CUNHA, 1998). O *corpus* é composto por amostras textuais da oralidade e escrita de usuários do português brasileiro, são entrevistas segmentadas em cinco diferentes gêneros textuais: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. A cada exemplo utilizado em nosso estudo do *corpus* identificamos a modalidade de língua na qual o fenômeno em análise acontece para melhor distinguir a modalidade de uso linguístico.

A escolha por trabalhar com este *corpus* se deve pela composição e apresentação dos dados nas duas modalidades da língua (oral e escrita), em cinco gêneros textuais diferentes atribuindo à pesquisa a possibilidade de testar os dados de flutuamento do pronome de terceira pessoa do caso reto *ele/ela/eles/elas* em relação à função assumida na oração.

Após escolhido o *corpus* D&G Natal (1996), partimos para o trabalho de análise. Realizamos a coleta de dados da seguinte maneira:

- a. 1ª etapa: buscamos as ocorrências do pronome pessoal de terceira pessoa do caso reto no *corpus*. Utilizamos a ferramenta de localização do programa *Visualizador e leitor de PDF | Adobe Acrobat Reader*, anexada no menu.
- b. 2ª etapa: realizamos a contagem das ocorrências dos pronomes em estudo, levando em consideração os seguintes critérios sintáticos:
  - posicionamento e função sintática exercida na oração do pronome de terceira pessoa do caso reto: se pré-verbal, sujeito, ou pós-verbal, complemento;
  - Elencamos cada ocorrência a modalidade da língua pertencente.

Vale salientar que na contagem dos dados, observamos, também, a tendência verbal recorrente nos usos do pronome analisado. Desta forma, foi possível identificar que tipo de verbos são mais regulares. A partir desta identificação, foi possível construir uma tabela com tais verbos.

A construção e exposição de gráficos, quadros, e tabelas permitem uma maior explanação dos conteúdos abordados, bem como, iluminam os resultados alcançados.

## 5 PRONOMES RETOS DE TERCEIRA PESSOA: funções sintáticas prototípicas

O *corpus* D&G, Natal, (1998), apresentou aproximadamente 2429 (duas mil quatrocentos e vinte e nove) ocorrências dos pronomes de terceira pessoa do caso reto, distribuídas nas modalidades oral e escrita.

Por meio da verificação da função sintática exercida pelos pronomes retos de terceira pessoa: sujeito e complemento verbal<sup>2</sup>, apresentados no quadro 02 (dois), atestamos e justificamos a aferição cabível entre as ocorrências analisadas e o conceito de protótipo desta categoria.

Vejamos o quadro:

Quadro 02: Ocorrências dos pronomes de terceira pessoa do caso reto no corpus D&G (Natal)

Pronomes ele/ela/ eles/elas	Posição de Sujeito	Posição de Complemento	Total de Ocorrências
Quantidade	2.270	159	2.429
Porcentagem	93,4%	6,6%	100%

Fonte: D&G, Natal (1998).

A partir do quadro 02 (dois), podemos verificar que 93,4% das ocorrências do pronome de terceira pessoa do caso reto estão em função sintática prevista por uma abordagem mais tradicional

2 Ressaltamos que as análises sintáticas foram realizadas sob a égide da gramática tradicional que como já citado, prevê, apenas a categoria de sujeito para os pronomes em questão (tópico 1).

dos estudos da língua: de sujeito, posição pré-verbal. No mesmo quadro, temos 6,6% das ocorrências do pronome reto de terceira pessoa, exercendo a função sintática de complemento verbal: posição pós-verbal. Estes exercendo a função de complemento verbal, se apresentam como anafóricos oracionais, como no exemplo abaixo:

### Modalidade oral da língua

[1]... aí eu sei que, eles começaram a se conhecer e tudo ... aí depois ... **ele levou ela pro hotel** ... o hotel super chique ... (D&G NATAL, 1998, p. 108).

ANÁLISE SINTÁTICA <sup>3</sup>				
Item gramatical	Categoria		Posição oracional	Função sintática
Ele	pronome pessoal do caso reto	terceira pessoa do singular	pré-verbal	Sujeito
Levou	verbo transitivo direto e indireto	presente do indicativo		
<b>ela</b>	pronome pessoal do caso reto	terceira pessoa do singular	pós-verbal	complemento verbal

3 A partir desta página apresentamos análises sintáticas organizadas em quadros. Como trata-se de quadros organizacionais, preferimos não os enumerar, apenas identificá-los com o título “análise sintática”.

## Modalidade oral da língua

[2] ... às vezes eu ... eu tô lá na casa dele e ... **nós ouvimos ele** ... “ô meu Deus ... né possível” ... aí eu chego lá perto ... “o que foi Ório?” “eu num consegui matar esse homem ... eu num consegui matar” ... (D&G NATAL, 1998, p. 70).

ANÁLISE SINTÁTICA				
Item gramatical	Categoria		Posição oracional	Função sintática
Nós	pronome pessoal do caso reto	primeira pessoa do plural	pré-verbal	Sujeito
ouvimos	verbo transitivo direto	presente do indicativo		
ele	pronome pessoal do caso reto	terceira pessoa do singular	pós-verbal	complemento verbal

Seguindo a análise das ocorrências expostas no quadro 02 (dois) as asserções motivadas pela frequência do pronome pessoal do caso reto direcionam a aferir os conceitos de protótipo. Nota-se, ainda que a possibilidade de observar um dos vieses indicadores de características da função sintático-discursiva do pronome reto de terceira pessoa: a frequência das ocorrências. Desta forma, há muito mais sentido em afirmar-se que 93,4% de frequência indica que a função sintática é prototípica e não a posição do pronome. Constata-se, também, 6,6% de ocorrências situando a função sintática de complemento verbal desempenhada por tal pronome.

Quadro 03: Ocorrência do pronome reto complemento verbal:  
modalidade oral e escrita.

Modalidade escrita	Modalidade oral
10%	90%

Fonte: elaboração própria.

O quadro 03 (três), apresenta o percentual nas duas modalidades de ocorrência (oral e escrita), quando o pronome está atuando como complemento verbal. Ressaltamos, no entanto, que o total, neste caso, refere-se aos 6,6 % de ocorrência, verificada no quadro 02 (dois) (equivalente a 159 ocorrências das 2429).

Por isso, embora, proporcionalmente, seja bem mais baixa a ocorrência dos pronomes do caso reto atuando na função de complemento verbal, é neste recorte sintático-discursivo diverso que a flutuação é perceptível. Especialmente na modalidade oral em oposição à modalidade escrita. Assim, se considerarmos a previsão de que tais posições e funções deveriam ser desempenhadas por pronomes átonos, é possível afirmar que o pronome reto de terceira pessoa, de fato, começa a ocupar um espaço no discurso em virtude da menor frequência, quase ausência, do pronome átono *o/a/os/as*, se comparado ao pronome de terceira pessoa do caso reto.

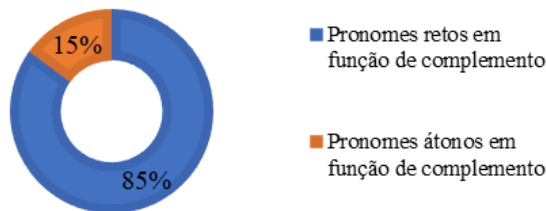
Quadro 04: Comparação entre categorias pronominais e funções sintáticas exercidas.

POSIÇÃO DE COMPLEMENTO VERBAL (FLUTUAÇÃO)	POSIÇÃO DE COMPLEMENTO VERBAL
Pronome – <i>ele/ela/eles/elas</i>	Pronome – <i>o/a/os/as</i>
159	28

Fonte: D&G, Natal (1998).

Diante do exposto, é possível afirmar que no corpus D&G, predominantemente em textos da modalidade oral, o pronome pessoal do caso reto tem função prototípica de sujeito, bem como sua posição no discurso se confirma como aquele que age e/ou aquele que diz. Do mesmo modo, é possível afirmar a disposição deste pronome para ocupar posição e função sintática previstas para pronomes átonos. A considerar que o pronome átono já seria uma espécie de variação do pronome reto, podemos admitir que este ambiente morfossintático é estimulado por uma relação dêitica em que aquele que diz (pronome pessoal reto) começa a emprestar características de si, a aquele que aponta para quem diz (o pronome átono).

Gráfico 02: Frequência de ocorrências do pronome *ele/ela/eles/elas* em posição de complemento verbal em comparação aos pronomes *o/a/os/as*.



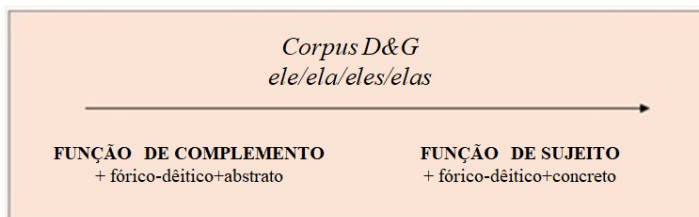
Fonte: elaboração própria.

Visto que a flutuação está entre aspectos sintáticos da colocação pronominal e aspectos discursivos (contexto comunicativo, aspectos situacionais e extralinguísticos) do uso efetivo da língua. Observamos que na posição de sujeito o pronome pessoal de terceira pessoa do caso reto, discursivamente, apresenta propriedades de natureza *+fórica* e *-dêitica*. Uma vez que os usos apontam *+referên-*



*cias* a pessoas e/ou referentes internos do texto e *-referências* a pessoas ou referentes externos ao texto. Enquanto, elementos *fóricos* ou anafóricos, os pronomes pessoais retos de terceira pessoa apontam na direção de um referente localizado no espaço físico do texto, um lugar *+abstratizado*, pois é o lugar no texto. Isso não quer dizer que nesta função sintático-discursiva-anafórica os pronomes perderam suas propriedades dêiticas de remeterem às pessoas do discurso, mas que junto às propriedades dêiticas, os pronomes agregaram propriedades *fóricas*. Logo, quando os pronomes pessoais retos de terceira pessoa ocupam posição pós-verbal, função sintática de complemento, remetem a referentes textuais, em sua maioria retomando pessoas citadas no discurso, como exposto nos recortes do *corpus D&G* (159 ocorrências em posição de complemento). Eles fixam propriedades *+fórico, -dêiticas*, tendo características discursivas *+abstratos* quando ocupam posição pré-verbal, função sintática de sujeito, tendem a ser *+fóricos*, fixam propriedades *+dêiticos*, características discursivas *+concretos*.

Gráfico 03: Régua de gradação das funções e propriedades sintático-discursivas do pronome de terceira pessoa do caso reto em função de flutuação.



Fonte: elaboração própria.

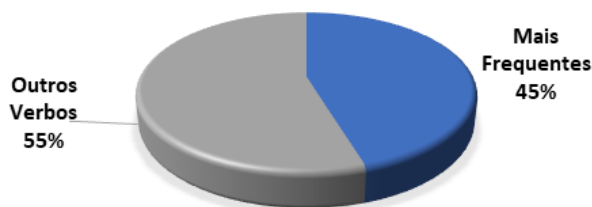
Na seção a seguir, apresentaremos uma análise dos verbos motivadores das ocorrências dos pronomes pessoais do caso reto em função acusativa, flutuação pronominal.

### 5.1 Relação dos pronomes pessoais de terceira pessoa do caso reto em função de complemento com verbos motivadores

Destarte, no quadro 02 (dois) apresenta-se 159 ocorrências do pronome de terceira pessoa do caso reto em função sintática de complemento verbal. Logo, é possível atestar que há um conjunto de verbos mais regulares e motivadores na ocorrência da flutuação pronominal. Registramos 60 (sessenta) verbos, para 159 ocorrências. Em termos regulares, há uma aferição de uma média de 03 (três) ocorrências para cada verbo.

Neste segmento, dos 60 (sessenta) verbos selecionados, é perceptível que apenas 05 (cinco) detêm uma regularidade maior, representando 45% das ocorrências. Ou seja, das 159 ocorrências dos pronomes retos em flutuação sintático-discursiva, 72 ocorrem com estes cinco verbos citados. Abaixo, apresentamos o gráfico 02 (dois) sistematizando estas ocorrências.

Gráfico 04: Verbos mais frequentes e outros verbos

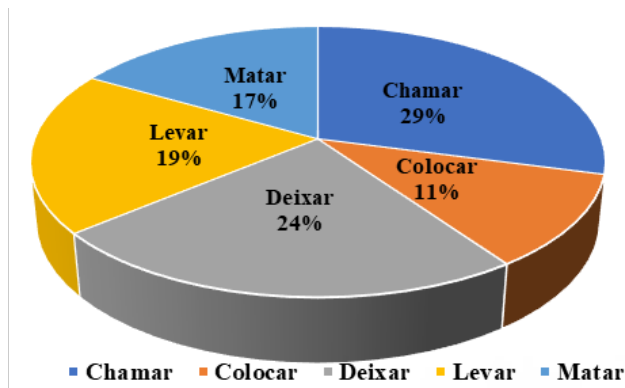


Fonte: elaboração própria.

O gráfico 04 (quatro) apresenta uma regularidade de ocorrências possíveis de delimitação e de determinar as escolhas verbais que ocorrem juntos aos pronomes retos de terceira pessoa em posição pós-verbal, exercendo função sintático-discursiva de complemento verbal.

A seguir, o gráfico 05 (cinco) recorta as ocorrências verbais que mais se relacionam com os pronomes pessoais do caso reto *ele, ela, eles, elas* em flutuação, a partir do *corpus* D&G Natal. São eles: chamar 29% (21 ocorrências), deixar 24% (17 ocorrências), levar 19% (14 ocorrências), matar 17% (12 ocorrências) e colocar 11% (08 ocorrências):

Gráfico 05: Verbos que mais se relacionam com a flutuação pronominal



Fonte: elaboração própria.

Diante dos dados expostos, é perceptível de alguma maneira ou por algum motivo, a existência de um conjunto de verbos que atraem o pronome de terceira pessoa do caso reto para que atue na função de complemento verbal. Este movimento linguístico de

consonância dos pronomes com alguns verbos motivadores emerge das pressões discursivas do uso da língua.

## 5.2 A Relação da flutuação dos pronomes de terceira pessoa do caso reto com os princípios de mudança linguística

Um dos aspectos importantes no âmago deste estudo, é o processo de gramaticalização, consequência de usos regulares e frequentes das formas linguísticas no discurso. Inerentes ao processo de gramaticalização estão os fenômenos da mudança e variação linguística, decorrentes de consequência da incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular das línguas. Observemos alguns exemplos:

### Modalidade oral da língua

[3] o ex-namorado dela tava ... o ex-amante né ... **tava procurando ela** ... e a polícia investigando e tal ... pra descobrir pistas de onde ele tava ... como fazer pra **prendê-lo** e tal ... (D&G NATAL, 1998, p. 131)

[4] ... né ... eles conheciam ele ... não **ia deixar ela** ter visto assim. (D&G NATAL, 1998, p. 130)

[5] esse morto tinha pedido para que **ele as** procurasse quando ele conseguisse sair da prisão e (D&G NATAL, 1998, p. 18)

ANÁLISE SINTÁTICA					
Oração	Pronome	Classificação pronominal	Posição oracional	Função sintática	Fenômeno linguístico
...tava procurando <b>ela</b>	ela	pessoal do caso reto	Pós-verbal	complemento verbal	flutuação sintático-discursiva
<b>Ele</b> ia procurá-la	Ele	pessoal do caso reto	Pré-verbal	Sujeito	Uso prescrito pela abordagem tradicional
	lá	Átono	Pós-verbal	complemento verbal	Uso prescrito pela abordagem tradicional
<b>elas</b> procurasse	elas	pessoal do caso reto	Pré-verbal	Sujeito	Uso prescrito pela abordagem tradicional
	as	Átono	Pré-verbal	complemento verbal	Uso prescrito pela abordagem tradicional

Observa-se em torno do verbo “procurar”, e de sua locução verbal, as formas pronominais do caso reto de terceira pessoa em função de complemento verbal, como em [04] e [03], e de sujeito em [05], ou seja, a mesma forma “*ele/ela*” desempenhando funções sintáticas de sujeito e de complemento verbal. No mesmo segmento, em [05] tem-se a forma pronominal átona “*as*” desempenhando a função de objeto direto e a forma pronominal “*ele*” desempenhando função sintática de sujeito. Assim sendo, em algumas ocorrências, a forma pronominal “*ele*” assume função sintática não prevista por uma abordagem tradicional dos estudos da língua, em outras ocorrências o mesmo pronome assume função sintática de complemento verbal, função desempenhada pelos pronomes átonos. Contudo, mesmo o pronome “*ele*” assumindo a função sintática de um pronome átono, esta ocorrência sintática não anula os átonos que continuam existindo normalmente como mostram as ocorrências [03], [04] e [05].

Para melhor observarmos a flutuação por meio dos princípios de camadas nas modalidades da língua, apresentamos recortes do *corpus* D&G Natal, na modalidade escrita da língua. Seguem recortes abaixo:

### Modalidade escrita da língua

[06] **Colocou ele** pra dentro e foi dormir mas quando acordou **e procurou ele não o encontrou** mais. (D&G NATAL, 1998, p. 14)

[07]Ao chegá-las no hotel o rapaz tirou o seu casaco **e colocou-o nela**, porque o seu traje não estava adequado p/ o ambiente, que só existia pessoas bem vestidas. (D&G NATAL, 1998, p. 124)

[08]No final do filme seu amigo morre e **os homens que mataram ele**. E sua noiva conseguiu se comunicar livremente com ele através de um espirita e logo após ele se vai de uma forma muito bonita. (D&G NATAL, 1998, p. 125)

[09] No assassinato de Míriam, eu também fiquei muito chocada, porque o assassino confessou que matou a criança porque ela estava chorando demais, mas o seu pai acha que **ele a estuprou** e depois matou, dividiu as partes do corpo e enterrou em lugares diferentes. (D&G NATAL, 1998, p. 126)

ANÁLISE SINTÁTICA					
Oração	Pronome	Classificação pronominal	Posição oracional	Função sintática	Fenômeno linguístico
Colocou ele	ele	pessoal do caso reto	Pós-verbal	complemento verbal	flutuação sintático-discursiva
colocou-o nela	o	Átono	Pós-verbal	complemento verbal	Uso prescrito pela abordagem tradicional
os homens que matarem ele	ele	pessoal do caso reto	Pós-verbal	complemento verbal	flutuação sintático-discursiva
ele a estuprou	ele	pessoal do caso reto	Pré-verbal	Sujeito	Uso prescrito pela abordagem tradicional
	a	Átono	Pré-verbal	complemento verbal	Uso prescrito pela abordagem tradicional

Os trechos tomados como exemplos, são recortes textuais da modalidade escrita com formas pronominais do caso reto desempenhando as funções de sujeito e de complemento verbal. Nas ocorrências [06] e [08], o pronome “ele” exerce função sintática de complemento verbal, posição pós-verbal. Na ocorrência [09], o pronomesupracitado exerce função sintática de sujeito, posição pré-verbal. Neste sentido, em [06] e [08] ocorre o princípio de *camadas*, a mesma forma pronominal desempenhando duas funções sintáticas diferentes. Como também, temos nas ocorrências [07] e [09] o uso das formas átonas “o” e “a” em posição de complemento, função original destes pronomes.

Com o intuito de efetivação do princípio de *camadas*, pautado por Hopper (1991), segue abaixo gráfico 06 (seis) com a sistematização dos usos linguísticos analisados:

Gráfico 06: Camadas



Fonte: elaboração própria.

Por meio do gráfico 06 (seis) pode-se constatar o uso das duas formas pronominais, retos e oblíquos, em função de complemento verbal, embora, estes últimos tenham apresentado um número de ocorrências bem menor. Observamos que a utilização de uma forma pronominal não descarta a outra e que as formas oblíquas continuam a existir. Ressaltamos, apenas, que os textos da modalidade oral da língua apresentam maior quantidade de ocorrências dos pronomes pessoais do caso reto em função sintática de complemento verbal, sendo possível afirmar que a flutuação acontece nas modalidades oral e escrita da língua. No caso do pronome reto em função de complemento verbal, este exerce função semelhante ao pronome oblíquo e continua atuando na função de sujeito, sem perder propriedades de sua categoria, somando-se, assim, uma nova função para sua forma já existente. Por isso, novas *camadas* estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas.



O outro princípio de gramaticalização importante para este estudo é o de *divergência*, pois na flutuação pronominal abordada aqui, temos um conjunto de formas com a mesma etimologia, desempenhando funções diferentes, sem que uma forma anule a outra. Novamente, o recorte do *corpus* das ocorrências [03] a [09] exemplificam este princípio, pois as construções sintáticas em que os pronomes *ele, ela, eles, elas* ocupam, posição pós-verbal, exercendo função de complemento verbal, preenchem um espaço sintático, na oração, correspondente ao dos pronomes átonos. E este emprego implica uma extensão do uso original, inclusive do uso previsto por uma abordagem mais tradicional dos estudos da língua. Neste segmento, há um conjunto de fatores discursivos e sintáticos, exercendo pressões comunicativas fazendo com que a mesma forma pronominal amplie suas funções.

Ainda sobre o processo de gramaticalização dos pronomes pessoais do caso reto em função completiva, percebe-se que este movimento acontece do discurso para a gramática de forma unidirecional, conforme tópico 2. De acordo com a natureza pronominal, em um quadro comparativo de propriedades dêiticas e fóricas, em comparação com os pronomes átonos, os pronomes oblíquos retos de terceira pessoa são: em flutuação, *+dêiticos* que os átonos, por sua forma original remeter a elementos textuais e pessoas do discurso de maneira explícita, mesmo estes retomando referentes textuais na flutuação (função do átono); já os átonos, por natureza, são *+fóricos, -dêiticos, +abstratos*.

Logo, em comparação aos átonos, os pronomes pessoais de terceira pessoa em função de complemento são *+concretos*, e em relação a sua própria função canônica de sujeito, estes, quando em

flutuação sintático-discursiva, tornam-se +*abstratos* por estarem mais imbricados a elementos +textuais e -discursivos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aferição da frequência delimitamos o uso +prototípico e regular da função sintática dos pronomes de terceira pessoa do caso reto *ele/ela/eles/elas* como de sujeito oracional, função prevista por uma abordagem mais tradicional da língua. Confirmamos as conseqüências sintático-discursivas na flutuação do pronome supracitado em relação à função assumida na oração em posições pré-verbais (sujeito) e pós-verbais (complemento verbal). Principalmente no que concerne em demandas de formas linguísticas para atender necessidades comunicativas.

Observamos e constatamos um conjunto de verbos +frequentes, compreendendo que os usuários do *corpus Dé&G* Natal, usam um determinado grupo de verbos motivadores que atendem, de algum modo, à necessidade comunicativa dos usuários.

Um fator importante é que as ocorrências estão presentes tanto em textos da modalidade oral, como também em gêneros textuais da modalidade escrita.

No que concerne ao processo de gramaticalização, sob os princípios de *camadas e divergência*, constatamos o uso de uma mesma forma linguística (pronome reto) desempenhando funções diversas. Logo, há uma tendência dos pronomes pessoais do caso reto em flutuação sintática-discursiva, exercendo função sintática de complemento verbal, de tornar suas formas mais fixas e mais regulares.

É neste sentido que colocamos a flutuação pronominal dos pronomes de terceira pessoa do caso reto da função de sujeito, pré-verbal, para a função sintática de complemento verbal, posição pós-verbal, como um movimento flutuante entre a sintaxe e os elementos discursivos que compõem o discurso.

No caso da flutuação dos pronomes do caso reto de terceira pessoa, confirmamos o fato de que as regularidades da língua em uso fundamentam a relação simbiótica entre gramática e discurso. Além disso, nosso estudo apresenta uma hibridez de funções agrupadas por estes elementos linguístico, o que indica o processo de gramaticalização em curso desta classe em flutuação.

## REFERÊNCIAS

ECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A.(Org.). **Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do natal**. Natal: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2015.

GIVÓN, Talmy. **A compreensão da gramática**. Tradução: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; MARTELOTTA, Eduardo; ALBANI, Filipe. São Paulo: Cortes; Natal, RN: EDUFRN, 2012.

GIVÓN, Talmy. **Form Discourse to syntax**. Nova York: Academic Press, vol.12, 1979, p. 81-112.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs). **On some principles of grammaticalization**. Amsterdã: Jonh Benjamins, v. 1, 1991.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, Mário E. & AREAS, Eduardo K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro Parábola Editorial, 2015, p. 17-28.

NARO, Anthony Julius; VOTRE, Sebastião Josué. Páginas 43-48. Mecanismos Funcionais do uso da língua: função e forma. In: VOTRE, Sebastião Josué (Org). **A construção da Gramática**. Niterói: Editora UFF, 2012.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

# CAPÍTULO 8

## GSF E COMPLEXO ORACIONAL

*Vania Lúcia Rodrigues Dutra*

### 1 INTRODUÇÃO

A chamada Linguística moderna assume dois paradigmas principais nos quais se podem situar os estudos linguísticos: a perspectiva formalista e a perspectiva funcionalista. Essas abordagens buscam um entendimento mais amplo dos fenômenos que envolvem a linguagem, e seus estudos são orientados, respectivamente, pelo foco nos elementos da divisão entre forma e função.

Esses dois programas teóricos, embora tenham o mesmo objeto de análise, a língua, assumem, para ela, concepções diferentes. O formalismo concebe a língua como um sistema abstrato – sistema de sons, sistema de signos –, destacando-se a caracterização dos seus constituintes e as relações que se podem estabelecer entre eles, independentemente de seu uso em situação de comunicação. O funcionalismo, por sua vez, concebe a língua como um instrumento de interação social, destacando-se as relações que se podem estabelecer entre seus constituintes e os diversos modos de interação entre os falantes, considerando-se o contexto em que essa interação se dá.

Este trabalho localiza-se no polo funcionalista dos estudos linguísticos, especificamente no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional, teoria idealizada por Michael Halliday (1985) que propõe uma abordagem sociofuncional da linguagem.

O funcionalismo defende a consideração do papel do contexto, em particular do contexto social, na tentativa de compreender a natureza das línguas. Assim, ele concebe a língua não como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a mudanças a partir de pressões oriundas das diferentes situações comunicativas. São essas pressões que auxiliam na determinação de sua estrutura gramatical. Segundo Halliday (1994, p. xiii), “uma gramática funcional é essencialmente uma gramática ‘natural’, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada.” (DUTRA e SCHLEE, 2019, p. 205)

As diversas vertentes do funcionalismo, entre elas a LSF, partem da ideia central de que a forma é subordinada à função e entendem a língua como prática social, como um processo intersubjetivo e contextualizado. Segundo Halliday (1985), a língua exerce funções que desempenham um papel fundamental na organização de sua gramática, e a gramática é o instrumental para a construção dos sentidos. De base semântica, o paradigma sistêmico-funcional analisa as relações entre a língua, suas funções e as diversas modalidades de interação social, investigando como a forma atua na construção do significado e como as funções que a língua exerce no contexto social influenciam na forma.

Assim, a gramática ocupa um lugar de destaque no quadro teórico da Linguística Sistêmico-Funcional, mais concretamente na chamada Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994). Vale

ressaltar que, no âmbito da LSF – e da GSF, portanto –, não se separa a gramática do léxico, o que justifica o uso, nos estudos sistêmicos, da palavra léxico-gramática. Léxico e gramática representam os dois extremos de um mesmo *continuum*, visto que não é possível o uso da língua sem um ou sem o outro.

## 2 ORAÇÃO E COMPLEXO ORACIONAL

Embora o texto seja o objeto de análise e a unidade de descrição na LSF, conforme Gouveia (2009, p. 20), é a oração “a unidade principal de processamento da gramática, já que tudo se processa à volta da oração: acima de, abaixo de, para além de.”. E, respaldado em Halliday, ele acrescenta que “a oração é também a unidade principal de processamento da léxico-gramática, porque é nela que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada.”

Os constituintes da léxico-gramática organizam-se, hierarquicamente, em uma escala de níveis, como se pode ver na Figura 1:

1 – Escala de níveis de realização do sistema



Fonte: Gouveia (2009, p. 21).

Gouveia apresenta, nesse diagrama, uma descrição topo-base da realização do sistema, aquela que se dá da unidade maior para a unidade menor, iniciando pelo texto. No diagrama, observa-se, também, a representação da centralidade da oração na análise. A partir dela, passa-se pelo grupo (sintagma) e pela palavra, chegando-se ao morfema, o estrato mais baixo na escala.

Muitos estudos em LSF dedicam-se a investigações no âmbito da oração – fonte central para a construção de significados –, explorando os principais sistemas léxico-gramaticais a partir das metafunções ideacional, interpessoal e textual concebidas por Halliday: Sistema de Transitividade, Sistema de MODO e Sistema Temático, respectivamente<sup>1</sup>. Neste trabalho, o foco estará em uma outra fonte potencial de construção de significados: os complexos oracionais. O objetivo aqui é trazer uma visão geral da descrição proposta por Halliday para o complexo oracional e estabelecer algumas relações entre ela e a descrição apresentada pela tradição gramatical.

## 2.1 Metafunção lógica e complexo oracional

Segundo Halliday (2014), o componente ideacional da linguagem, que é normalmente descrito como aquele que organiza a experiência, apresenta, também, um aspecto lógico, que atua na constituição de unidades complexas por meio da construção de relações lógicas entre suas partes. Dessa forma, reconhece-se, no significado ideacional, uma bipartição entre significado experiencial e

---

1 Sobre as metafunções da linguagem e os sistemas gramaticais que a elas correspondem, ver DUTRA, 2012, p. 133-136.



significado lógico, caracterizado o primeiro pela organização da experiência e o segundo pela construção das relações lógicas.

Enquanto o significado experiencial atua na base da construção das orações (*clauses*), por meio do Sistema de Transitividade, o significado lógico atua na produção de configurações mais complexas, em que duas ou mais orações se unem em um todo maior: os complexos oracionais (*complex clauses*).

(1) *A viagem transcorreu em segurança.*

(2) *Embora as condições não fossem favoráveis, a viagem transcorreu em segurança.*

Temos, em (1), um caso de oração que funciona em seu nível comum, constituindo-se a partir de unidades menores dependentes umas das outras – os grupos, ou sintagmas. Já em (2), temos um caso de duas orações que, alinhadas, funcionam acima do nível da oração, no nível do complexo oracional, constituindo-se, nesse caso, por meio da hipotaxe.

O complexo oracional, na escala de níveis de realização do sistema (Figura 1), encontra-se no estrato acima da oração e abaixo do texto. Devido à importância do complexo oracional para a construção e para a análise de textos, Halliday (2014) considera a existência de uma quarta metafunção, a metafunção lógica, que funciona mais marcadamente entre orações<sup>2</sup>, produzindo significados específicos e atuando na configuração coesiva texto.

---

2 Embora funcione mais marcadamente entre orações, a metafunção lógica também opera em outros níveis, assim como todas as metafunções.

## 2.2 Complexo oracional na GSF

A descrição proposta por Halliday (2014) em sua gramática difere, em muito, do que a tradição gramatical apresenta. A chamada gramática tradicional (GT), no Brasil, apresenta, basicamente, dois processos de estruturação dos períodos, a coordenação e a subordinação, abrigando, sob este último rótulo, relações nada homogêneas de combinação de orações.

Para Halliday (*op. cit.*), as orações complexas (que, de modo genérico, correspondem ao período composto na GT) são construídas a partir do estabelecimento de dois tipos de relações entre suas orações constituintes: relação de interdependência e relação semântico-funcional. Essas relações estruturam-se, respectivamente, a partir destes dois eixos diferentes, mas que se entrecruzam: o eixo tático e o eixo lógico-semântico.

O eixo tático, que considera a relação de interdependência entre orações, diz respeito a seu modo de organização/estruturação, compreendendo a parataxe (relação entre elementos de igual estatuto – exemplo 3) e a hipotaxe (relação entre elementos de diferente estatuto – exemplo 4).

(3) *Falei com ele sobre isso, mas ele não foi muito compreensivo.*

(4) *Embora eu tenha falado com ele sobre isso, ele não foi muito compreensivo.*

O eixo lógico-semântico, que trata das relações semântico-funcionais entre as orações que integram os complexos oracionais, estabelece para elas valores semânticos e funcionalidades distintos na constituição dos textos.

(5) *As condições não eram favoráveis, mas a viagem transcorreu em segurança.*

(6) *Embora as condições não fossem favoráveis, a viagem transcorreu em segurança.*

Nos exemplos (5) e (6), o valor semântico básico observado é o mesmo. O que a tradição separou em adversidade e concessão – construindo uma relação direta entre tipo de oração e tipo de conectivo que encabeça a oração – resume-se nos valores de oposição, de contraste. Essa abordagem respalda a ideia de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estruturas gramaticais. A reescrita muda o *status* de igualdade entre as orações em (5) para dependência em (6), mas mantém entre elas a mesma relação lógico-semântica.

Segundo Halliday (2014), o eixo lógico-semântico abrange dois tipos de relações: a expansão e a projeção. A expansão (*expansion*) funciona como uma representação direta da experiência do mundo real, em que uma oração expande o significado de outra (7). A projeção (*projection*), por seu turno, funciona como uma representação de uma experiência linguística em que a oração secundária é projetada pela primária devido ao sistema de transitividade do processo que a constrói – no caso, o processo verbal (8).

(7) *Entreguei a ele a petição / quando saímos da reunião.*

(8) *Ele disse / que não poderia ajudar a nossa causa.*

## Expansão

Na expansão, o significado de uma oração é ampliado por outra. Halliday (2014) identifica três tipos de relações semânticas de expansão entre orações: elaboração (*elaboration*), extensão (*extension*) e intensificação (*enhancement*).

- a. Elaboração – uma oração de elaboração oferece mais informações sobre o que já está dado na oração primária, especificando-a ou descrevendo-a em mais detalhes, ou ainda exemplificando-a; ela pode se referir a toda a oração primária ou a uma parte dela. Não há, na elaboração, nenhum acréscimo de elemento essencial novo à mensagem. A elaboração pode se construir por meio da parataxe (9) e da hipotaxe (10).

(9) *Ela tinha um emprego na lanchonete do bairro: / auxiliava nos serviços gerais.*

(10) *A aluna, / sobre a qual falei ontem com você, / foi aprovada com muito boa nota.*

- b. Extensão – uma oração de extensão amplia o escopo semântico da oração primária, acrescentando a ela uma informação nova, seja por adição, seja por oposição, seja por substituição (subtrativa ou alternativa – “pelo contrário”, “exceto que”, “ou” etc.). No exemplo (11), tem-se um caso de extensão por oposição em uma construção paratática.

No (12), um caso de extensão por adição em construção hipotática. No (13), um caso de extensão por substituição alternativa em uma construção paratática.

(11) *Falei com ele sobre isso, / mas ele não foi muito compreensivo.*

(12) *Em julho, a temperatura no Rio ainda é amena / enquanto em Pelotas é muito fria.*

(13) *Reservamos um hotel / ou alugamos um apartamento para as próximas férias?*

c. Intensificação – uma oração de intensificação intensifica, realça o significado da oração primária, cobrindo valores semânticos como tempo, modo, lugar, causa-condição. Em (14), a primeira oração configura-se semanticamente como causa-condição da segunda, construindo uma oração complexa por parataxe. Em (15), a relação semântica temporal é construída por meio da hipotaxe.

(14) *Ou você se dedica seriamente / ou os resultados não serão satisfatórios.*

(15) *Entreguei a ele a petição / quando saímos da reunião.*

## Projeção

A relação de projeção difere da relação de expansão por se tratar da inclusão, em um determinado texto, do que foi dito por alguém em uma situação de relato de fala. Ou seja, uma oração pro-

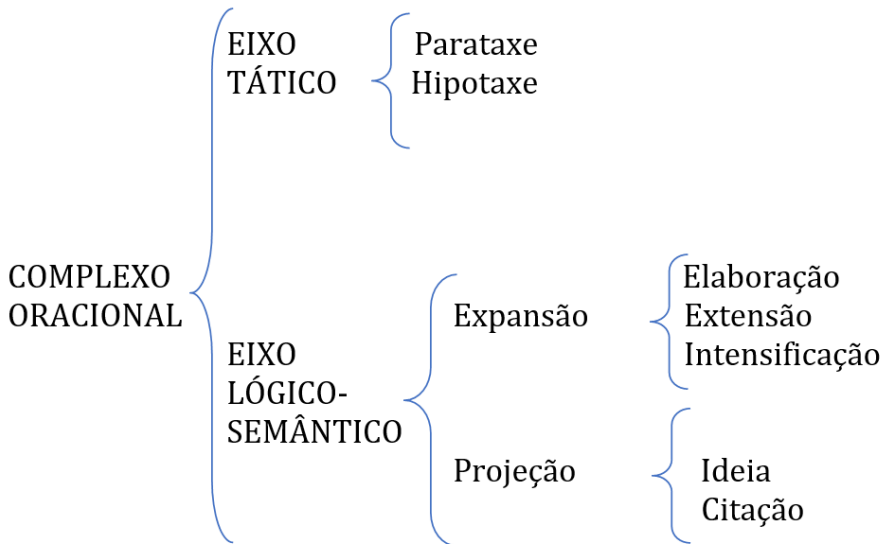
jeta a outra, indicando que o conteúdo da oração projetada foi originalmente proferido em um outro evento comunicativo. Isso pode ser feito por meio da repetição das próprias palavras ditas, *ipsis litteris*, ou por meio do relato do significado, da “ideia” do que foi dito. Não se trata, aqui, de representar a experiência (expansão), mas de representar uma já representação linguística da experiência (projeção). De modo geral, a oração secundária é representada, na parataxe, pelo chamado discurso direto (16) e, na hipotaxe, pelo chamado discurso indireto (17). Percebe-se, aqui, mais um ponto em que se afastam as descrições da GSF e da GT, pois esta considera as duas construções como casos de subordinação (hipotaxe).

**(16)** *Ele afirmou: / “Todos estão na sala”.*

**(17)** *Ele afirmou / que todos estavam na sala.*

Resumidamente, a descrição do complexo oracional proposta por Halliday (2014) pode ser assim representada:

Quadro 1: Sistemas do complexo oracional



Fonte: adaptado de Halliday (2014, p. 438).

Como já dito anteriormente, a abordagem sistêmico-funcional do complexo oracional difere, em muito, do que a tradição gramatical apresenta. Enquanto esta privilegia a forma na construção do quadro descritivo do que chama de período composto, a partir das relações de coordenação e subordinação, e dos conectores que nelas atuam, aquela considera, para além da forma, a função que elas cumprem numa organização lógico-semântica em que o significado tem lugar de destaque, conforme se pode ver pelo tratamento dado ao exemplo 14 (*Ou você se dedica seriamente / ou os resultados não serão satisfatórios*). Esse exemplo constrói-se no eixo da parataxe, ou da coordenação, conforme a nomenclatura da GT. Entretanto, a coincidência para aí.

A GT classifica as duas orações como sindéticas alternativas, marcadas que estão pela conjunção coordenativa alternativa “ou”. Já a GSF considera o papel da primeira oração (*você se dedica seriamente*) de intensificar o significado da segunda (*os resultados não serão satisfatórios*), configurando-se semanticamente a primeira como causa-condição para a realização do significado codificado na segunda. Trata-se, a primeira, de uma oração paratática de intensificação.

O próximo quadro (Figura3) propõe, *grosso modo*, uma correspondência entre a proposta de Halliday e a descrição apresentada pela GT, considerando-se o modo como a GSF interpreta a constituição dos complexos oracionais e seu funcionamento.

Quadro 2: Orações: correspondência entre a descrição da GSF e da GT

GSF	EXPANSÃO			PROJEÇÃO
	ELABORAÇÃO	EXTENSÃO	INTENSIFICAÇÃO	
GT	Coord. Explicativa	Coord. Aditiva	Coord. Adversativa (MAS ≠ E)	Sub. Subst. Objetiva Direta
	Sub. Subst. Apositiva	Coord. Alternativa	Coord. Conclusiva	Sub. Subst. Objetiva Indireta (com processos verbais ou mentais - processos de elocução)
	Sub. Adj. Explicativa	Coord. Adversativa (MAS = E)	Sub. Adverbial	

Fonte: elaboração própria.

Como se pode perceber, faltam, no quadro, algumas orações subordinadas previstas na abordagem da GT. Isso se dá pelo fato de a GSF não as considerar, de fato, orações.



### 3 ORAÇÕES ENCAIXADAS

Halliday (2014) reconhece, ainda, um outro tipo de estrutura: as chamadas orações encaixadas (*embedded clauses*). As chamadas orações encaixadas apresentam estrutura de oração, mas não funcionam como tal. Trata-se de estruturas oracionais que exercem função de grupo (sintagma), colocando-se abaixo do nível da oração na escala apresentada na Figura 1. Elas funcionam não como oração, mas como constituintes de outras orações. Não são, portanto, consideradas como orações integrantes de complexos oracionais: são parte de um grupo nominal (18) ou representam um grupo nominal (19):

(18) *Eles defendem [o argumento / de que há oportunidades para todos].*

(19) *É importante / [que haja oportunidades para todos].*

Segundo Halliday (2014), a estrutura de encaixamento não figura no nível tático, pois a oração encaixada funciona como um constituinte na estrutura de uma outra oração.

Neste quadro (Figura 4), registram-se as estruturas apresentadas pela GT como orações, mas que são consideradas, pela GSF, como partes constituintes de orações, funcionando como sintagmas e figurando no estrato de grupo na escala de níveis de funcionamento da linguagem (Figura 1):

Quadro 3: Orações encaixadas: correspondência entre a descrição da GSF e da GT

GSF	GT
ORAÇÕES ENCAIXADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sub. Adj. Restritiva</li> <li>• Sub. Subst. Obj. Direta (com processos diferentes dos verbais e dos mentais)</li> <li>• Sub. Subst. Obj. Indireta (com processos diferentes dos verbais e dos mentais)</li> <li>• Sub. Subst. Subjetiva</li> <li>• Sub. Subst. Predicativa</li> <li>• Sub. Subst. Completiva Nominal</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

A descrição da tradição gramatical para as orações subordinadas não reconhece a diferença de funcionamento entre as orações de fato – aquelas que funcionam no nível oracional –, e as chamadas orações encaixadas – as que funcionam no nível de grupo. Por essas últimas funcionarem no estrato de grupos, as categorias de hipotaxe e parataxe a elas não se aplicam. Entretanto, quando se trata de duas ou mais orações encaixadas alinhadas, elas podem se combinar por meio da parataxe (20) ou da hipotaxe (21), constituindo o que pode ser chamado de orações complexas encaixadas (THOMPSON, 2014, p. 191-192).

(20) *Eles defendem o argumento [de que há boas oportunidades] / [e de que elas são para todos].*

(21) *Eles defendem o argumento [de que há boas oportunidades] / [de melhorar a vida de todos].*

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem proposta por Halliday (2014) para o complexo oracional a partir de dois eixos, o eixo tático e o eixo lógico-semântico, constitui-se como uma contribuição significativa para os estudos funcionalistas. Embora a oração seja a fonte principal para a construção de significados na base das três metafunções da linguagem, no texto, as diferentes formas de alinhamento que essas orações podem assumir são um recurso que nos permite construir configurações mais complexas de significado.

Segundo Halliday, os significados gerados no sistema lógico-semântico, que emerge do componente lógico da metafunção ideacional, não estão atrelados a estruturas léxico-gramaticais específicas. O entrecruzamento dos dois eixos pode se dar de várias formas diferentes, produzindo enunciados que codificam um mesmo significado básico por meio de estruturas diversas.

Assim como a construção de mensagens por meio de orações ou por meio de complexos oracionais é uma escolha que gera significados diferentes, a opção por uma ou por outra forma de alinhamento do complexo oracional também. Ou seja, a língua pode codificar um mesmo significado por meio de estruturas diversas, com vistas a atender a intenções comunicativas diferentes, em contextos distintos. O exemplo 14 (*Ou você se dedica seriamente / ou os resultados não serão satisfatórios.*) ilustra bem essa afirmação quando confrontado com outra construção com o mesmo significado básico: *Se você não se dedicar seriamente, / os resultados não serão satisfatórios.* A escolha do falante por uma ou outra construção, ou seja, pela parataxe ou hipotaxe, respectivamente, se dá em contex-

to, atendendo a restrições da situação de comunicação e do propósito comunicativo.

Enfim, conforme afirma Halliday (1985, p. 7), “o valor de uma teoria reside no uso que se pode fazer dela”. É por assumir uma abordagem que concebe a língua como instrumento de interação social sem perder de vista sua estrutura léxico-gramatical que reafirmamos a relevância do aporte teórico da LSF para o estudo do texto. Na teoria de Halliday, a léxico-gramaticais tem um papel fundamental. Conforme o autor, “uma análise de discurso que não se baseie na gramática não é uma análise, mas simplesmente um comentário rápido sobre um texto” (HALLIDAY, 1994, p. xvi).

## REFERÊNCIAS

- DUTRA, V. L. R. A concepção sistêmico-funcional e o processo semiótico de construção dos sentidos do texto. **Linguagem em (Re) vista**, Ano 7, Nº 13/14, p. 131-146. Niterói, 2012.
- DUTRA, V. L. R. e SCHLEE, M. B. Ensino de língua na escola básica: abordagem formal x funcional. *In*: CÂMARA, T. M. N de L. *et al.* **Língua Portuguesa – tradições e modernidades**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, pp. 13-47, jan.-jun. de 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to function grammar**. 1. ed. London: Edward Arnold, 1985.
- \_\_\_\_\_. **An introduction to function grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. **An introduction to function grammar**. 4. ed. Revisada por C.M. I. M. Matthiessen. London: Routledge, 2014.

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. 3rd. ed. London: Routledge, 2014.

## CAPÍTULO 9

### A PARTÍCULA DISCURSIVA *ME*

*Adélia Virgínia de A. Lacerda*

*Amanda Brito de M. Farias*

*Denilson P. de Matos*

#### 1 INTRODUÇÃO

Nossas inquietações sobre o pronome *me* surgiram a partir das discussões no grupo de pesquisa Teorias Linguísticas de Base (TLB), que desenvolve projetos sobre os pronomes no Português do Brasil (PB), refletindo a respeito da regularidade dos usos. Das pesquisas já realizadas neste viés, instigou-nos o trabalho da autora Vanderlei (2014), que observa o comportamento do pronome *me* em algumas situações de uso.

Mediante o caminho de investigação, os resultados das análises atestavam que o estudo das categorias gramaticais é incompleto, se realizado isoladamente, sem observar, por exemplo, a transitividade oracional. Portanto, a partir desta problemática, em uma nova etapa de estudos, as noções de prototipicidade e transitividade oracional representadas, respectivamente, por Naro e Votre (2002) e Hopper e Thompson (1980), oriundas da Linguística Funcional de abordagem mais clássica (LFC), foram evocadas na tentativa de explicar o fenômeno do objeto por nós escolhido. Este caminho de

investigação nos traz a possibilidade de uma pesquisa preocupada em examinar a relação entre a estrutura gramatical da língua e os vários contextos interacionais de uso.

Acreditamos que o pronome *me*, dependendo do ambiente discursivo, pode desempenhar outra(s) função(ões) não prevista(s) em uma abordagem de cunho mais tradicional, no entanto, possível(is) para o viés discursivo, adotado pela Linguística Funcional. Objetivamos, com isso, analisar o comportamento do pronome *me* e encontrar as possíveis situações não regulares deste pronome. Além disso, almejamos fazer uma análise dos resultados, comparando-os com as proposições de Vanderlei (2014), para verificarmos se eles se mantêm no *corpus* selecionado, a fim de ampliar o estudo e tentar entender o funcionamento do pronome *me*.

Em sua pesquisa, Vanderlei (2014) fez, inicialmente, um levantamento sobre os pronomes e suas classificações, especificamente os pronomes *o (s)*, *a (s)*, *me*, *te*, que parte desde a análise da gramática latina até classificações expostas nas gramáticas contemporâneas.

Vanderlei (2014) chegou à conclusão de que a função de objeto – direto e indireto – é mais prototípica, logo é mais regular no uso de determinado elemento da língua. Destaca-se nos estudos da autora o princípio funcionalista da transitividade oracional sobre a qual a nossa pesquisa também versou.

A seguir, apresentamos alguns conceitos da Linguística Funcional Clássica, doravante LFC, destacando a prototipicidade e a transitividade oracional. Buscamos indicar as funções desempenhadas pelo pronome *me* e sua função prototípica. Por último, tendo como subsídio os critérios de transitividade oracional de Hopper e

Thompson (1980) e a tabela gradiente de transitividade de Matos (2008), trazemos a análise de ocorrência, a qual foi formada a partir de dados escritos e traz os resultados obtidos entre os dez critérios e a tabela de gradiência.

Destarte, acreditamos que a presente pesquisa nos conduziu, a partir dos conceitos da LFC, a verificar como o pronome *me* funciona no *corpus* selecionado. Assim, vislumbramos analisar, além do uso prototípico deste pronome, outras possibilidades não prototípicas que uma abordagem de cunho mais tradicional não prevê, porém torna-se admissível em uma perspectiva que considere os aspectos discursivos.

## 2 CONCEITOS FUNCIONALISTAS OBSERVADOS

Assinalamos, primeiramente, conforme Ribeiro (1889, p. 91), que:

pronome é a palavra que lembra o nome em relação à pessoa gramatical. Essa pessoa gramatical consiste na posição que representa uma pessoa ou coisa no diálogo ou no discurso.

Na gramática Descritivista Portuguesa (PERINI, 1996), os “pronomes” não apresentam traços comuns, tampouco semânticos, que possam categorizá-los em uma classe única. Conseqüentemente, recusa a classe tradicional dos “pronomes” e substitui por diversas categorias ao alegar que alguns termos de interpretação apresentam definição obscura, como é o caso de substituir e acompanhar os substantivos, pois esses termos não ajudam a delimitar a classe tradicional dos pronomes.



Na pesquisa de dissertação a qual este trabalho remete, estudamos a categoria pronome e fazemos detalhado percurso entre gramáticas clássicas, contemporâneas e descritivas, de cunho mais funcional. Para o estudo que ora se apresenta, destacaremos a parte da pesquisa dissertativa que abrange os conceitos funcionalistas (prototipicidade e transitividade oracional), a partir dos quais observamos o pronome *me* escolhido e apresentaremos os resultados, de acordo com o corpus elencado.

A linguística funcional faz parte da corrente funcionalista que, dentre outros pontos, considera o uso das formas linguísticas em atos comunicativos reais, vendo a língua como um sistema não-autônomo por ela estar inserida em um contexto social, entendendo que a função das formas linguísticas possui um papel predominante. Nesta corrente linguística, os conceitos que ressaltaremos são prototipicidade e transitividade oracional.

Em nosso caso, o estudo dos protótipos está associado a alguns comportamentos relacionados à frequência exercida pelo pronome selecionado em nosso *corpus*: C-Oral-Brasil. A frequência é um dos parâmetros para a identificação de uma estrutura prototípica, visto que a gramática é moldada de acordo com o uso feito da língua através da repetição ou da frequência de ocorrência de um item e/ou construção linguística.

Observamos em acréscimo que há um membro linguístico (modelo) que reúne o maior número de propriedades que caracterizam uma categoria – o protótipo – ou a categoria mais prototípica. Enquanto os demais membros que possuem um menor número de propriedades que caracterizam uma dada categoria serão considerados menos prototípicos.

Quanto a este princípio do funcionalismo, Bybee (2010, p. 79, tradução nossa) acrescenta que:

As categorias de exemplar como acumulado por meio da experiência (em vários domínios) expõem efeitos de protótipo. Os efeitos de protótipo derivam da adesão de categoria classificada: alguns exemplares são membros centrais da categoria enquanto os outros são mais marginais. Esta propriedade muitas vezes ilustra-se com categorias naturais como PÁSSARO: alguns pássaros, como tordos ou pardais julgam-se como mais centrais à categoria do que outros, por exemplo, águias ou pinguins. Esta adesão de categoria classificada revelou-se em colocações experimentais, usando categorias naturais e culturais. Os membros da mesma cultura podem escolher um “melhor exemplar consistente” da categoria, reagir mais rápido quando perguntado se um membro central pertencer à categoria em comparação com um mais marginal e produza rankings consistentes do grau da adesão na categoria.

Acreditamos na existência de usos mais frequentes em relação ao comportamento do pronome *me*. Preliminarmente, esperamos, inclusive, o uso mais frequente da função sintática do pronome *me*, que seria, até o momento, o de desempenhar o papel de complemento – a função de objeto direto ou indireto. Contudo, esses são indícios visualizados a partir da gramática contemporânea e antes propriamente da análise dos dados. A análise de nossos dados não só permitiu verificar a exatidão desta função como a mais recorrente, mas também serviu para apontarmos a possibilidade da existência de outras características prototípicas desempenhadas.

Mesmo que, coincidentemente, mantenhamos as categorias presentes na gramática formal como figuras prototípicas de uma determinada categoria da língua, isto não garantirá que tal categoria continue exercendo a figura de modelo para os demais membros,

pois, ao considerarmos o fator frequência para a configuração de um protótipo, outro membro mais recorrente no uso pelos falantes passará a ser o central, mais prototípico, através do qual os demais poderão ser ajustados.

Observamos, no decorrer das análises se, nas ocorrências, o pronome *me* apresenta características prototípicas do pronome átono, quando: pertencer a uma classe, fizer referência a uma das pessoas do discurso e tiver as mesmas características morfossintáticas. Porém, a confirmação dessas características pronominais como sendo as prototípicas serão objetos de análise em nosso *corpus*. Consideramos, para isso, o comportamento do pronome dentro das orações selecionadas e também a transitividade oracional nessas mesmas orações.

Evidenciamos o nosso interesse em propor um estudo que parte de uma perspectiva mais funcional e menos formal. Nesse sentido, compreendemos que a transitividade oracional pode favorecer uma perspectiva mais comprometida com a dinâmica comunicativa. Antes de tratarmos da transitividade oracional, concebemos interessante citar o trecho a seguir que indica como a transitividade é abordada pela gramática contemporânea:

Para a gramática tradicional, transitividade refere-se à transferência de uma atividade de um agente para um paciente. É, portanto, uma propriedade dos verbos, classificados como transitivos, quando acompanhados de objeto direto ou indireto, ou intransitivos, quando não há complemento (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p.37).

Tornou-nos conveniente mencionar Matos (2011) que realizou um estudo de revisão teórica relacionado à transitividade verbal e nominal. Nesse, são apresentadas reflexões sobre a transitividade encontrada em obras que se relacionam a uma abordagem mais ca-

tegorial/formal, sendo separadas em dois períodos: ANGB – Antes da Nomenclatura Gramatical Brasileira e DNGB – Depois da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

O primeiro período caracterizou-se por desacordo nas opiniões quanto aos complementos que operam na sintaxe da língua portuguesa. Referente ao segundo período indicou-se, entre outras considerações, o verbo como categoria que pode ou não necessitar de complemento; o *objeto direto* em ser o complemento, representando o paciente da ação e o *objeto indireto* como pessoa a quem se dirige a ação; a predicação (ou regência) verbal como o tipo de conexão entre sujeito e verbo, entre verbo e complemento; o critério sintático, partindo das características apresentadas pelos verbos para definirem sua predicação.

Situadas algumas concepções sobre transitividade verbal propostas, passemos, neste momento, à abordagem da transitividade oracional, observando-a como outra perspectiva de se examinar a transitividade. Elucidamos o fato de que a transitividade oracional não despreza, amplamente, a transitividade formal/categorial. Entretanto, discute-se a possibilidade de uma abordagem mais oracional/funcional, através de um funcionalismo moderado, prevendo como plausível a concomitância do estudo das categorias sintáticas e os planos do discurso dos textos, assim como, admitindo não só as pressões internas, mas também comportamentos linguísticos expressos nas estruturas utilizadas pelos usuários da língua para a construção do texto.

No funcionalismo, a transitividade é concebida enquanto processo não absoluto, sob uma perspectiva que relativiza as possibilidades de análise do construto oracional, superando a dicotomia “transitivo” ou “não transitivo” por uma postura que visa à escalaridade, em termos do “mais

transitivo” ou “menos transitivo”. Trata-se de uma visão gradiente de transitividade que considera todos os participantes, eventos e verbos que podem contribuir para melhor expressar o que ocorre na oração como um todo: transitividade oracional (MATOS, 2011, p. 50).

Nesse caminho, para a análise da gradação ou escala de transitividade de um construto oracional, são apontados dez critérios formulados por Hopper & Thompson (1980) e elencados no Quadro 1 desenvolvido por Furtado da Cunha, Costa & Cezário (2003).

Quadro 1: Critérios de transitividade oracional

<b>Crítérios/traços</b>	<b>Transitividade alta</b>	<b>Transitividade baixa</b>
1. Participantes	dois ou mais	um
2. Cinese	ação	não-ação
3. Aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
4. Punctualidade do verbo	punctual	não punctual
5. Intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
6. Polaridade da oração	afirmativa	negativa
7. Modalidade da oração	<i>modorealis</i>	<i>modoirrealis</i>
8. Agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
9. Afetamento do objeto	afetado	não-afetado
10. Individuação do objeto	individuado	não-individuado

Fonte: CUNHA, Maria Angélica Furtado; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, p.37.

A partir desses critérios, elencados por Hopper e Thompson (1980), é possível estabelecer o grau de transitividade de uma sentença. Cada um deles contribui para o ordenamento das sentenças através de uma escala de transitividade. Para tanto, devem ser considerados em sua relação conjunta, implicando dizer que, ao serem tratados de maneira isolada, estes não serão suficientes para determinar a transitividade da oração. É relevante mencionar que tais parâmetros que definem a transitividade são motivados pelos atos discursivos. Nesse sentido, quanto mais traços a oração apresentar, maior será o grau de transitividade.

A noção de transitividade explicitada, nesta seção, colabora com a nossa proposta de observação dos usos do pronome *me*, uma vez que possibilita analisarmos, através de outro caminho, além da transitividade do verbo, o espaço discursivo, os seus componentes e as funções que desempenham em determinado contexto.

### **3 SOBRE O *CORPUS* E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Como primeiro passo, fizemos um estudo da classificação pronominal e suas funções sintáticas, levando em consideração o percurso histórico de alguns estudiosos que parte desde as gramáticas clássicas, seguindo pelas contemporâneas, até as gramáticas de cunho mais funcionalista. Logo, nosso primeiro passo foi a realização de pesquisa bibliográfica.

A pesquisa foi de cunho quantitativo e qualitativo com base em análise de dados, com o objetivo de avaliarmos a hipótese de

que o pronome *me*, dependendo do ambiente discursivo, pode desempenhar outros comportamentos não previstos em uma abordagem de cunho mais tradicional, no entanto, possível(is) ao viés discursivo, previsto pela LFC. Para compor nosso *corpus*, escolhemos um banco de dados que apresentasse registros de ocorrências, de modo espontâneo, remetendo-nos a uma realidade cotidiana da fala do português brasileiro.

O C-Oral-Brasil foi escolhido, primeiramente, por ser um *corpus* já trabalhado no Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base – TLB e por se tratar de um registro de ocorrências legitimamente direcionado ao uso oral, embora também possua material escrito. Segundo, por ser uma maneira de começar a análise com dados que tivessem algumas semelhanças com o *corpus* trabalhado por Vanderlei (2014).

O *corpus* do trabalho de Vanderlei (2014) foi extraído de contos narrados por Luzia Tereza dos Santos que fazem parte do acervo do NUPPO (Núcleo de Documentação Popular)<sup>1</sup>. Os textos foram transcritos por meio de narração da contadora de histórias e, conquanto tenham recebido um tratamento para serem vistos como um texto escrito em termos de pontuação e de organização dos parágrafos, possuem marcas de oralidade percebíveis na leitura, o que os configura em uma modalidade de textos escritos com fortes traços de oralidade, a saber: no vocabulário, na ortografia, na informalidade, dentre outros aspectos. É um texto escrito a partir de uma narrativa contada. É escrito, mas tem influência do oral.

---

1 O NUPPO é um órgão vinculado à Universidade Federal da Paraíba na cidade de João Pessoa.

No que concerne aos exemplos, sejam frases, períodos ou trechos parciais ou integralmente transcritos, foram apresentados em ordem crescente, com numeração arábica, entre parênteses. Os quadros, tabelas e esquemas permitiram visibilidade dos resultados alcançados (também foram apresentados em ordem crescente, com o sistema de numeração romana).

Precisava-se de um *corpus* coerente com as intenções da LFC, em termos de uso real de língua, e que corroborasse com o propósito de compreender os papéis do pronome *me* ao levar em consideração sua transitividade oracional. Além disso, havia necessidade também de fazermos uma análise de resultados, comparando-os no *corpus* selecionado por Vanderlei (2014), com o intuito de ampliar o estudo e tentar entender o comportamento do pronome *me*. Assim, para compor a análise de dados, selecionamos o *corpus*: C-Oral-Brasil.

O *Corpus* C-Oral-Brasil<sup>2</sup>, vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedica-se ao estudo da fala espontânea do português brasileiro, criado pelo projeto C-Oral-Brasil, através da compilação de um *corpus* de textos orais produzidos em contexto natural. Esse *corpus* é composto por, pelo menos, 200 textos e 300.000 palavras, divididos em uma metade formal (em fase de coleta) e uma metade informal (concluída). A metade informal se divide em um domínio privado/familiar (80%) e um domínio público (20%). Cada domínio se divide em monólogos (1/3), diálogos (1/3) e conversações (1/3).

Como resultado da busca de dados no C-Oral-Brasil, arrolou-se uma lista de 418 ocorrências desse pronome em diferentes

---

2 Projeto C-Oral-Brasil. Disponível em: <[http:// http://www.c-oral-brasil.org/](http://www.c-oral-brasil.org/)>. Acesso em: 28 jul. 2018.



trechos e textos. Ressalta-se, ainda, que, para os trechos e frases serem analisados coerentemente, trabalhamos, efetivamente, com 394 casos que se apresentaram de modo legível, já que devido aos contextos linguísticos, algumas ocorrências apresentaram trechos truncados, o que impossibilitou nossa análise.

Diante do material apresentado, realizou-se a análise de cada umas das amostras selecionadas, a fim de analisar o comportamento do pronome em questão nos seguintes quesitos: função(ões)<sup>3</sup> e função(ões) prototípica (s).

Em seguida, foi construído um gráfico com o objetivo de resumir e explanar o resultado da contagem nas ocorrências.

Definiu-se o que será observado, para o teste de transitividade, tendo em vista o fator frequência diante das outras funções analisadas nas ocorrências do *corpus* C-Oral-Brasil, o comportamento do pronome *me* diante da função de objeto – direto e indireto, uma vez que confirma o *status* de função mais usada nos dados analisados.

Vale lembrar que Vanderlei (2014) buscou demonstrar as funções desempenhadas nas nos textos pelos pronomes átonos *o(s)*, *a(s)*, *me*, *te*, levando em consideração sua função textual-discursiva e justificando de que maneira essas funções ajudam na compreensão do funcionamento da língua. Com isso, a autora concluiu que o elemento prototípico é o pronome *me* justamente por ter maior frequência nas narrativas e essa frequência se dá no papel de complemento (função de objeto direto e indireto).

---

3 A análise foi feita sob a perspectiva da gramática contemporânea e funcional que preveem as categorias: objeto direto, objeto indireto além de outras possibilidades gramaticais do pronome em questão.

De antemão, as primeiras expectativas que se referiam à utilização do pronome “*me*” com comportamento diferenciado nos *corpora* - considerados o *corpus* de Vanderlei (2014) e o C-Oral-Brasil, começam a ser sinalizadas nos primeiros resultados da análise do pronome. Essa investigação também possibilitou alguns desdobramentos de análise em que o viés sintático-semântico é suplantado pelo viés discursivo que emerge de algumas funções que o pronome “*me*” vai incorporando.

## 4 ANÁLISES E RESULTADOS

Ao admitir que os papéis assumidos pelos constituintes numa sentença podem variar, faz-se necessário aprofundar os estudos do pronome *me*, considerando os diversos tipos de contexto em que ele possa estar inserido e até que ponto as suas funções vão ser realmente prototípicas.

Antes de iniciarmos as considerações em relação às análises feitas, é necessário enfatizar que devido ao grande número de ocorrências do *me*, escolhemos apresentar alguns exemplos para que se possa corroborar com o que apontamos no decorrer deste estudo.

Assim estabelecido, eis a análise:

### 4.1 Análise do *corpus* C-Oral-Brasil

Ao realizarmos a busca por ocorrências que confirmassem o uso do pronome *me* no *corpus* do projeto C-Oral-Brasil, especificamente no ambiente virtual do projeto AC/DC: Corpo C-Oral-Brasil, arrolou-se uma lista de 418 ocorrências desse pronome em diferentes trechos e textos (Ver Anexo A – Ocorrências do *corpus*

C-Oral-Brasil). No entanto, trabalhamos, efetivamente, com 394 casos, uma vez que os demais foram geradores de confusão e dificultaram a inteligibilidade para a análise linguística necessária.

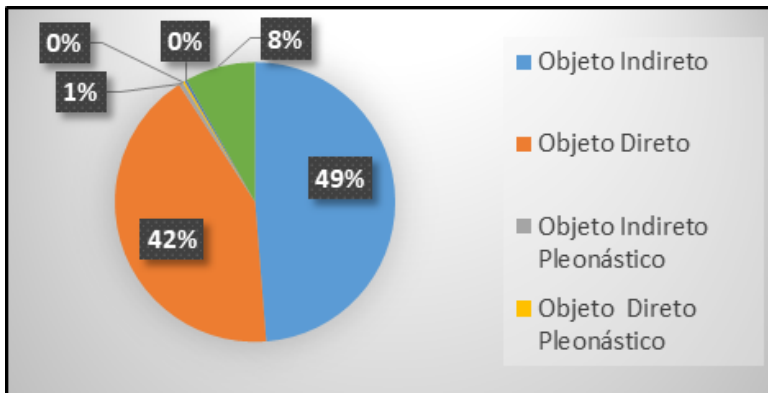
Vejam-se os resultados da busca:

- a. Complemento Nominal: 01 ocorrência
  - (1) Nome não *me* é estranho.
  
- b. Objeto Direto: 166 ocorrências
  - (2) N *me* convida pa ser madrinha não, hein.
  - (3) Não, pra quê, eu n quero não, Deus *me* livre.
  
- c. Objeto Direto Pleonástico: 01 ocorrência
  - (4) e me chamo Balsian.
  
- d. Objeto Indireto: 192 ocorrências
  - (5) Cê n *me* dá nem um beijinho de oi.
  - (6) ô Sander, *me* dá mais um, pão de queijo aí.
  
- e. Objeto Indireto Pleonástico: 02 ocorrências
  - (7) Eu tava com um alpiste, o Didito falou assim, ah mãe, a senhora n tem passarim mais, *me* dá esse alpiste pra mim.
  - (8) [...] o que eu tive, parecia que eu tinha levado, uma surra de tão roxa que eu fiquei, de trem que eles ficaram, acho que mais aflito do que eu, tentando me furar me detonaram meus braço, *me* arreventaram comigo, sabe [...]

- f. Partícula Discursiva: 32 ocorrências  
 (9) é, ela quer que eu *me* case + na verdade ela quer que eu me case e me estabeleça.  
 (10) Aí eu *me* lembrei a que tipo de chita, aquele enfestadinho que fazia, blusas antigamente.

Destas primeiras contagens é possível resumir-se as primeiras impressões a partir do Gráfico 1:

Gráfico 1: Função(ões) do pronome *me*



Fonte: elaboração própria.

Após esta análise do *corpus* C-Oral-Brasil, constatamos que a função prototípica do pronome *me* é a de objeto – direto e indireto, pois é a possibilidade mais frequente nas frases e trechos analisados. Vale ressaltar que nossa conclusão é congruente com o que as gramáticas preveem para pronome *me*, como também com a que Vanderlei (2014) encontrou em sua análise, asseverando que tanto pode ser objeto direto quanto objeto indireto.

Apesar de termos encontrado em maior parte das ocorrências do pronome em estudo, no *corpus* selecionado, com função mais frequente de objeto – direto e indireto –, foi possível identificarmos usos do pronome *me* também em situações divergentes: 01, com função sintática de complemento nominal, já apresentado na ocorrência (1), e 32 ocorrências como partícula discursiva.

Partícula discursiva é um nome dado a uma categoria de pronome sobre o qual não foi possível dizer a função sintática desempenhada diante do conjunto de regras que determina a sintaxe. Todavia, é importante perceber que, nas ocorrências com partícula discursiva, há um funcionamento do pronome *me* que ultrapassa o nível “puramente gramatical”, possuindo também uma integração discursiva. Ressaltamos que todas as ocorrências analisadas no *corpus* C-Oral-Brasil que faziam parte desse grupo pertencem à categoria de verbos pronominais.

Sabe-se que a categoria dos verbos pronominais é empregada para indicar ações concernentes ao sujeito que as pratica. Assim sendo, a conjugação, obrigatoriamente, ocorre juntamente com um pronome oblíquo átono (*me, te, se, nos, vos*) que corresponde à pessoa gramatical do sujeito. No entanto, a categoria de voz verbal, nas gramáticas que nos serviram de embasamento, já citadas no tópico 1, é mal descrita. Os critérios, a depender do autor, divergem e, portanto, altera-se a tipologia, por conseguinte, o critério sintático. Ao analisar a categoria de verbos pronominais, percebemos que há verbos que apresentam nuances semânticas/pragmáticas distintas no que concerne ao verbo, conseqüentemente, ao comportamento do pronome *me*.

Na ocorrência (9), temos um verbo intransitivo em que o sujeito reaparece, através do pronome *me*, como centro de uma

ação verbal que fica mais intrinsecamente relacionado ao sujeito, enfatizado a sua intensa participação no processo de mudança de estado geral do *status* civil. Já na ocorrência (10), o sujeito, que vem expresso pelo pronome *me*, acoplado ao verbo, reaparece no predicado como complemento transitivo em que a ação verbal parte do próprio objeto, logo, o agente pratica e recebe a ação expressa pelo verbo. Dispomos ainda de mais um exemplo:

(11) *Aí fiz, me saí muito bem, cumpri meu papel, agradei o professor, né, fiz tudo direitinho.*

Vê-se na ocorrência (11) que o pronome *me* reaparece para marcar mais seu papel de sujeito do que da ação verbal, já que é um verbo intransitivo. O verbo perde espaço para o pronome *me* que ganha mais importância na estrutura. A presença do *me* altera o significado da construção frasal como um todo. O foco da construção frasal, neste caso, não é mais a ação verbal, mas sim o resultado que se obtém a partir dela com a junção do pronome átono, que promove a mudança de estado. Para tanto, o *me* é associado à posição de sujeito. É tanto que há uma flutuação do *me* para frente – que é a posição ressaltada na sintaxe. O verbo não precisa do pronome em questão para se configurar sintaticamente, porém precisa dele no nível semântico-pragmático para evocar uma cena em que há uma mudança de estado acontecendo e em que o sujeito da oração está associado ao papel de paciente.

Após analisar o comportamento do pronome *me*, nas ocorrências com verbos pronominais citados acima, a saber: casar, lembrar e sair, percebemos que a função que ele desempenha nas cons-

truções desse tipo ainda é um assunto obscuro, justamente por isso, resolvemos denominar os usos do pronome *me* que mantinham essa peculiaridade de partícula discursiva. Ainda que não seja um papel eminentemente sintático, precisa-se de uma base sintática para ser discursivo. Essa categoria tem características de pronome, tanto é que ela pertence a uma classe, substitui pessoas, é pessoal, é átono e tem características morfossintáticas. Logo, não é simplesmente algo discursivo.

Não conseguimos encontrar, dentro da grade sintática, qual seria o papel desempenhado pelo *me* enquanto função alusivamente sintática, todavia quando se encontra um uso recorrente de uma partícula com as mesmas características, quer dizer que esse é um âmbito de uso em que esse pronome ocupará um papel no qual ele salta da sintaxe e vai a um lugar diferente, que é um lugar discursivo.

Os contextos em que temos o pronome *me* com função de partícula discursiva, quais sejam (9), (10) e (11) são exemplos de ocorrências com funções menos prototípicas. Ademais, tais fatos reafirmam a importância da nossa admissão de análises de construtos fundamentadas em uma perspectiva funcional, embora não se despreze a validade da gramática contemporânea por entender que o encaminhamento do estudo segue a direção sintaxe – semântica – pragmática – discurso para se obter uma via mais promissora ao descrever os usos nesta investigação.

Já que o intuito era verificar se os resultados, no espaço da oralidade, eram equivalentes aos dados analisados por Vanderlei (2014) e os deste *corpus* – C-Oral-Brasil, foi feito, para as análises seguintes, um recorte das funções mais frequentes relacionadas ao

pronome *me* – objeto direto e indireto. Vale ressaltar que o resultado das funções mais frequentes encontradas no *corpus* C-Oral-Brasil foi congruente com o encontrado por Vanderlei (2014).

Na etapa seguinte, após analisarmos as ocorrências selecionadas nesta seção, conforme a proposta de Hopper e Thompson (1980), nos dez critérios capazes de mapear a transitividade oracional em graus, citados anteriormente no Quadro 2, utilizamos a Tabela de gradiência de transitividade sugerida por Matos (2010) para identificar o grau de transitividade alcançado pela ocorrência observada, com base na presença ou ausência de cada critério que vai de 0 a 10. A presença dos critérios está relacionada à tabela gradiente de transitividade proposta por Matos (2010, p. 60), como demonstra o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Tabela gradiente de transitividade

Quantidade de Critérios	Transitividade
0 a 2	Muito baixa
3 a 4	Baixa
5 a 6	Média
7 a 8	Alta
9 a 10	Muito Alta

Fonte: MATOS, D. P. de. Transitividade: de uma perspectiva categorial/formal para uma perspectiva oracional/funcional. In: SILVA, C. R.; MATOS, D. P. de. (Orgs.). *Sintaxe do Português: abordagens funcionalistas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011, p. 60.

Ressaltemos que, mesmo o pronome “*me*” demonstrando comportamento diferenciado quanto a função que exerce em ambos os *corpora* – o de Vanderlei (2014) e C-Oral-Brasil, os testes de



transitividade foram feitos em torno da função mais frequente, ou seja, a de objeto - direto e a de objeto indireto.

Assim como Vanderlei (2014), analisamos vinte ocorrências com o pronome em questão, em que nas dez primeiras, o pronome *me* exerce a função de objeto direto; e nas outras dez, a função de objeto indireto. Como forma de exemplificar os procedimentos realizados no teste de transitividade, destacamos a seguir uma frase analisada e, em seguida, a indicação de cada critério percebido. Vale mencionar ainda que a utilização de “+” ou “-” indica a presença ou a ausência do critério de transitividade, tal como se verifica na análise do trecho.

(12) “Aí lá no apartamento dele, ele *me* mostrou o celular, falei, oh, No!, beleza, yyy.”

Quadro 3: Modelo do teste de transitividade

Exemplo	Participantes	Cinese	Aspecto	Punctualidade	Intencionalidade	Polaridade	Modalidade	Agentividade	Afetamento	Individualização	Total
4	+	-	+	-	+	+	+	+	+	+	8

Fonte: elaboração própria.

Nas vinte amostras analisadas, verificamos que não houve diferença de níveis de transitividade a depender da função analisada. Na primeira função – objeto direto, as orações constataram que

se trata de um ambiente com orações de média a alta transitividade. Já em relação à segunda amostra com o pronome *me* na função de objeto indireto, obtivemos um nível de muito alta transitividade, ratificando a ideia proposta anteriormente de que textos orais possuem este tipo de transitividade.

Constatamos, assim, que, baseada na tabela gradiente de transitividade, tanto o pronome *me* com função de objeto direto quando de objeto indireto apresentam uma alta transitividade discursiva. Vale lembrar, que esses resultados também são congruentes com os atestados por Vanderlei (2014).

Depois destas discussões, passemos a observar, no tópico seguinte, as considerações a que chegamos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do nosso capítulo foi a de estudarmos o comportamento do pronome *me* a partir da perspectiva funcionalista de estudos da linguagem, cuja abordagem prevê uma análise desse pronome não apenas mediante as suas funções pré-estabelecidas pela gramática contemporânea, mas considerando também o universo discursivo em que está inserido. Em face disso, foi estabelecido como objetivo deste estudo verificar, junto ao pronome, a sua prototipicidade e o seu funcionamento sob a ótica da transitividade oracional.

Nosso trabalho se inspirou em um estudo já realizado sobre os pronomes *o(s)*, *a(s)*, *me*, *te* (VANDERLEI, 2014). Entretanto, restringimo-nos apenas ao pronome *me*, obedecendo ao mesmo embasamento teórico, ou seja, a linha funcionalista clássica. Busca-

mos encontrar tanto o uso prototípico do pronome *me* como também as manifestações de usos não regulares deste pronome.

Para tanto, discorreremos o capítulo em tópicos de desenvolvimento da pesquisa que tentaram comprovar a nossa hipótese de que, dependendo do ambiente discursivo, o pronome *me* pode desempenhar outras funções não previstas em uma abordagem de cunho mais tradicional, no entanto, possíveis a uma instância mais discursiva. Ademais, fizemos uma análise dos resultados do *corpus*, comparando-os para verificar se o comportamento do objeto investigado é semelhante aos dados já encontrados por Vanderlei (2014).

Nosso aporte teórico foi fundamentado em princípios da LFC, a saber: prototipicidade e a transitividade oracional. Desse modo, foi possível discutir a noção de prototipicidade para observar quais os usos mais frequentes do pronome *me* ocorriam no *corpus* considerado e refletir, levando em consideração a transitividade oracional, sobre outra maneira de verificarmos as estruturas no conjunto do texto.

O nosso levantamento de dados, no *corpus* C-Oral-Brasil, encaminhou-nos a resultados divergentes com os já encontrados por Vanderlei (2014), já que o *corpus* C-Oral-Brasil apresentou funções do pronome em questão a mais das encontradas por Vanderlei (2014) como: complemento nominal, objeto direto pleonástico, objeto indireto pleonástico, partícula discursiva, além do objeto direto e objeto indireto. Destas funções exercidas pelo pronome *me*, apresentou-se em maior frequência também a de objeto – direto e indireto. No entanto, como nossas observações foram além das funções previstas pela gramática contemporânea, avaliamos outros critérios, considerados, por nós, importantes para entender o comportamento do pronome *me*.

Nesse sentido, analisamos o comportamento do pronome *me* amplamente, envolvendo os fatores pragmáticos e discursivos não levados em consideração pela tradição de uma perspectiva contemporânea que observa essa categoria apenas em termos morfológicos, semânticos e sintáticos.

Com o teste realizado sobre a transitividade oracional envolvendo dez ocorrências do pronome *me*, selecionadas do *corpus* C-Oral-Brasil como objeto direto e as outras dez ocorrências, de objeto indireto, concluímos que, em ambas as funções, esse pronome apresenta uma transitividade que vai de média a alta transitividade oracional. Através do que já expusemos, passamos a descrever em síntese, a seguir, as conclusões finais a que chegamos com nossa pesquisa:

Em termos de comportamento do pronome *me*, concluímos que, de fato, dependendo da situação de uso, o pronome *me* pode desempenhar outras funções que uma abordagem de cunho mais tradicional não prevê, mas torna-se admissível em uma perspectiva que considere os aspectos discursivos, isto é, prevista pela LFC.

No que concerne à comparação dos resultados entre as proposições de Vanderlei (2014) e os resultados das nossas análises, constatamos que o pronome *me* apresenta um comportamento semelhante no nosso *corpus* analisado. Embora tenhamos encontrado o pronome *me* exercendo outras funções, as funções prototípicas do pronome *me* são compatíveis com as encontradas por Vanderlei (2014), ou seja, de objeto direto e/ou indireto.

Ao retomar os questionamentos levantados no início da pesquisa, asseveramos ter conseguido respostas e percebermos que estas foram as esperadas. Portanto, cumprimos o que tínhamos

como objetivo nesta pesquisa ao tentar ampliar os estudos sobre o funcionamento do pronome *me*.

## REFERÊNCIAS

BYBEE, John. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

**Corpus C-Oral-Brasil**. Disponível em: <<http://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CORALBRASIL>>. Acesso em: 28 junho de 2018.

CUNHA, Maria Angélica Furtado; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. **Transitivity in Grammar and Discourse**. Language Journal of the Linguistic Society of America Baltimore, Md 56, 1980.

LEMOS, Cléber A.. **O uso do pronome te: reflexões numa perspectiva clássica da linguística funcional**. João Pessoa-PB, 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2015.

MATOS, D. P. de. **Transitividade: de uma perspectiva categorial/formal para uma perspectiva oracional/funcional**. In: SILVA, C. R.; MATOS, D. P. de. (Orgs.). **Sintaxe do Português: abordagens funcionalistas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011, p. 33-64.

NARO, Anthony Julius; VOTRE, Sebastião Josué. Páginas 43-48. **Mecanismos Funcionais do uso da língua: função e forma**. In:

VOTRE, Sebastião Josué (Org.). *A construção da Gramática*. Niterói: Editora UFF, 2012.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves& C. 1889.

SARAH, J. F. S. **O pronome LHE**: uma investigação de perspectivas gramatical e discursiva em corpus paraibano. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba. 2017.

VANDERLEI, Delma de Melo. **Transitividade oracional**: reflexões sobre a função textual-discursiva dos pronomes o(s), a(s), me, te. 2014. (Dissertação) Mestrado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2014.

## **SOBRE OS AUTORES E AUTORAS**

### **Adélia Virgínia de Araújo Lacerda**

Mestre em Linguística (PROLING/UFPB) e licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora com experiência no Ensino Fundamental II e Médio. Atualmente é professora na rede privada de ensino no município de Campina Grande-PB. É membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Teorias Linguísticas de Base – TLB/CNPq/UFPB. Apresentou trabalhos em eventos regionais e nacionais. Linguística funcional de abordagem mais clássica tem sido sua linha principal de pesquisa, com foco nos pronomes átonos da língua portuguesa.

### **Adílio Junior de Souza**

Doutor e mestre em Linguística (PROLING/UFPB) especialista em L. Portuguesa e Lit. Brasileira e Africana de L. Portuguesa. Graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor temporário de L. Latina e História da L. Portuguesa no curso de Letras da Unidade Descentralizada de Missão Velha – CE (UDMV/URCA). Bolsista Capes (2014/2015). Foi membro do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base (TLB). Participa do Núcleo de Pesquisa em L. Espanhola e Lit. de L. Espanhola, CNPq/UFPE e do Núcleo de Pesquisas em Ensino de Línguas e formação docente – NUPELINF/UEVA. Coordenou o Projeto Estudos Clássicos (URCA/2016-2018). Desenvolve pesquisas em Linguística, Filologia e Língua Latina.

### **Amanda Brito de Medeiros Farias**

Doutoranda e Mestre em Linguística pelo (PROLING/UFPB). É licenciada em Letras (UFPB), com habilitação em Língua Portuguesa. Tutora no Curso de Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa (CLELP/2015-2017). Bolsista Capes (2014/atualmente). Supervisora integrante do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base TLB/CNPq/UFPB. Apresentou trabalhos em eventos nacionais internacionais. Publicações no periódico científico CONFLUÊNCIA (RIO DE JANEIRO): MATOS, Denilson P. de; FARIAS, A. B. M.. O problema do aspecto verbal: reflexões sobre aspecto e linguística estruturalista, 2016 e MATOS, Denilson P. de; BRITO. A relação entre os nomes e as coisas: reflexões gregas e saussurianas, 2015.

### **Cícero José da Silva**

Doutorando em Linguística (PROLING/UFPB). Mestre em Linguística (PROLING/UFPB). Mestre em Linguística e Ensino (MPLE/UFPB). Especialização em Ensino de L. Portuguesa e graduação em Letras-Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Membro do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base (TLB/UFPB/CNPq). Professor substituto no curso de licenciatura em Letras-Inglês e na pós-graduação (*lato sensu*) da Faculdade do Belo Jardim (FBJ). Coordenação e gestão escolar na rede estadual de ensino (PE) e na rede municipal de ensino no município de São Caetano (PE). Desenvolve pesquisas nas áreas da Linguística Funcional Clássica (LFc) e Linguística Textual.



### **Cláudia Sales de Oliveira**

Doutoranda (PROLING/UFPB). Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduação com Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atuou como professora de Educação Superior, na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) e no Curso de Licenciatura em Letras e no Ensino Médio e Superior, no Instituto Federal de Roraima (IFRR) e na Universidade Federal de Roraima (UFRR), desde 2012. Tem experiência com cursos técnicos profissionalizantes e em cursos de formação de professores de L. Materna e L. Estrangeira. É integrante do Grupo de Pesquisa Teorias Linguística de Base (TLB/UFPB/CNPq). Desenvolve pesquisas nas áreas da Linguística Funcional Clássica (LFC) em especial com os pronomes demonstrativos.

### **Cléber A. de Ataíde**

Doutor em Linguística (PROLING/UFPB). Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Campus de Serra Talhada (UFRPE). Coordena o Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc) e o projeto Para História do Português Brasileiro em Pernambuco (PHPB). Membro dos grupos de pesquisa Tradições Discursivas do Ceará (TRADICE-UFC-CNPq), do Grupo de Investigações Funcionalistas (GIF-UFPB-CNPq) e líder do Grupo de Estudos da Língua em Uso (ELU-UFRPE-CNPq). Foi presidente do GELNE (2016-2018) e, atualmente, é membro conselheiro da ABRALIN e do GELNE. Em cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integra também a Comissão Científica Internacional do projeto *Pombalia: Pombal Global*, do qual é coordenador em Pernambuco.

## **Denilson P. de Matos**

Doutor em estudos Linguísticos (UFF), mestre em estudos da linguagem pela PUC/RJ e bacharel e licenciado em letras/Port. Literaturas pela UERJ. Lato sensu em L.Portuguesa (UERJ) e EaD (SENAC). Professor associado (UFPB). Integrante permanente nos Programas de Pós-graduação PROLING e PGLE. Coordenador de cursos *lato sensu* a distância pela UFPBVirtual. Líder do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base TLB/UFPB/CNPq. Desenvolve pesquisa na área de Linguística Funcional e de Letramento Digital e EaD. Últimos livros publicados como organizador: *Uso e ensino de língua: pesquisas e reflexões do grupo teorias linguísticas de base TLB*, 2019 *eLinguística e ensino: teoria e método*, 2018. Ambos pela Editora UFPB, após aprovação em Edital UFPB-PPRG/EDITORA UFPB.

## **Dyoney Moreira Gomes**

Doutor pela Universidade de Brasília (UnB), com o Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú (Tupí). Mestre pela UnB. Professor Associado 3 do Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas (UnB). Atua também na formação inicial e continuada de professores. Foi pesquisador visitante no Centre d'Études de Langues Indigènes d'Amérique (CELIA/Paris) e Laboratoire Dynamique du Langage (DDL/Lyon). Foi coordenador do Programa Inst. de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) do curso de Letras. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Linguística da UnB (biênio 2012-2013). Líder do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Tipologia Linguística (NTL/CNPq) e coordena, junto com a Profa. Dra. Alejandra Regúñaga, o Projeto 9 “Diversidade linguística na América (Línguas Ameríndias)” da ALFAL. Pesquisa L. indígenas, português do Brasil e Libras.

### **Isabella S. Toguchi**

Mestra em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), na área de Gramática: teoria e análise. Graduada em Letras, Português do Brasil como Segunda Língua pela UnB. Especialista em tradução Inglês/Português pelo Instituto Daniel Brilhante de Brito. Monitoria na UnB em: Abordagens, Métodos e Técnicas; Morfossintaxe e Introdução ao Multimeios (entre os anos de 2011 e 2013). Tem grande interesse nas áreas de Teoria e Análise Gramaticais e no Ensino de Português para Estrangeiros, Surdos e Indígenas. Publicação: RIBEIRO, R. R.; TOGUCHI, I. S.; Carvalho, M.. A flexiderivação como espectro analítico para a configuração de substantivos femininos no Português. Revista Portuguesa de Humanidade (2014).

### **José Walbérico da Silva WCosta**

Mestre em Linguística (PROLING/UFPB), especialista em Língua Portuguesa (FUNESO/UFPB) e licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Experiência como Professor no Ensino Superior: Faculdade Três Marias (FTM) e no Ensino Básico: Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo/PB (PMPF). Atuou como tutor do curso *Lato Sensu* CLELP/UFPB Virtual (2015-2017) e atualmente atual como tutor voluntário nos cursos CLEaD e CLELP. É membro do Grupo de Pesquisa Teorias Linguísticas de Base – (TLB/UFPB/CNPq). Estuda e pesquisa na área da Linguística Funcional Clássica (LFC) e na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU).

### **Maria Angélica Furtado da Cunha**

Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharelado e Licenciatura em Letras (UFRJ). Professora titular de Linguística da UFRN. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN. Professora visitante da UFPB. Pesquisadora do CNPq. Fez dois estágios de pós-doutorado na University of California, Santa Barbara, e um na Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRN. Coorganizadora de livros e autora de vários capítulos e artigos sobre gramática de construções, estrutura argumental, transitividade, negação, e a relação entre a Linguística Funcional Centrada no Uso e o ensino de gramática.

### **Mariangela Rios de Oliveira**

Doutorado e mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Letras Português Literaturas (UFRJ). Pesquisadora do CNPq e docente permanente do Programa de Pós-graduação PosLing/UFF da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem pós-doutorado na Universidade Aberta (Lisboa). Lidera nacionalmente o Gr. de Estudos “Discurso & Gramática”. Membro do Conselho da Abralín, foi presidente de 2013 a 2015. Membro do conselho editorial periódicos do Brasil, atuando, também, em comitês de avaliação: SBPC e da Fapesp. Editora da Revista Gragoatá (2006 a 2016). Desenvolve pesquisas na vertente da Linguística Funcional Centrada no Uso, na investigação de rotas de mudança linguística em categorias morfossintáticas do português. É uma das organizadoras das coletâneas

“Linguística funcional centrada no uso: teoria e método”, Lamparina/Faperj (2015) e “Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes”, Editora da UFF, (2017).

### **Vania Lúcia Rodrigues Dutra**

Doutora em L. Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em L. Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Letras (Português-Inglês) pela UFF. Professora Associada do Inst. de Letras da UERJ. Professora Titular, Coluni-UFF (aposentada). Na UERJ atua como professora: no Programa de Pós-Graduação em Letras, especialidade L. Portuguesa; no Curso de Especialização; na Graduação do Inst. de Letras da UERJ. Coord. do Setor de L. Portuguesa. Membro do GT “Linguística Sistêmico-Funcional” da Anpoll e dos Gr. de pesquisa “SAL-Brasil: Sistêmica, Ambientes e Linguagens”, GESD-Uerj; Gr. de Estudos em Sistêmica e Discurso” e SELEPROT: Semiótica, Leitura e Produção de Texto. Desenvolve pesquisas na área da Linguística Sistêmico-Funcional, com ênfase em: ensino de L. Portuguesa – gramática, leitura e produção de texto. Autora de vários capítulos de livros e artigos em anais de eventos sobre Linguística Sistêmico-Funcional e suas contribuições para o ensino de língua materna.

### **Victor Hugo Luz Ramos**

Graduando em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET LETRAS – CS Linguística, Letras e Artes desde outubro de 2018, onde desenvolve atividades relacionadas a tríade: ensino, pes-

quisa e extensão. É aluno colaborador do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc) e desenvolve pesquisa na área de Linguística Histórica através da análise dos paradigmas de *tu* e *você* na posição de complementos verbais dativos em cartas amorosas do sertão pernambucano, sob a orientação do professor Dr. Cleber Alves de Ataíde.



Este livro foi diagramado pela  
Editora UFPB em 2021.

